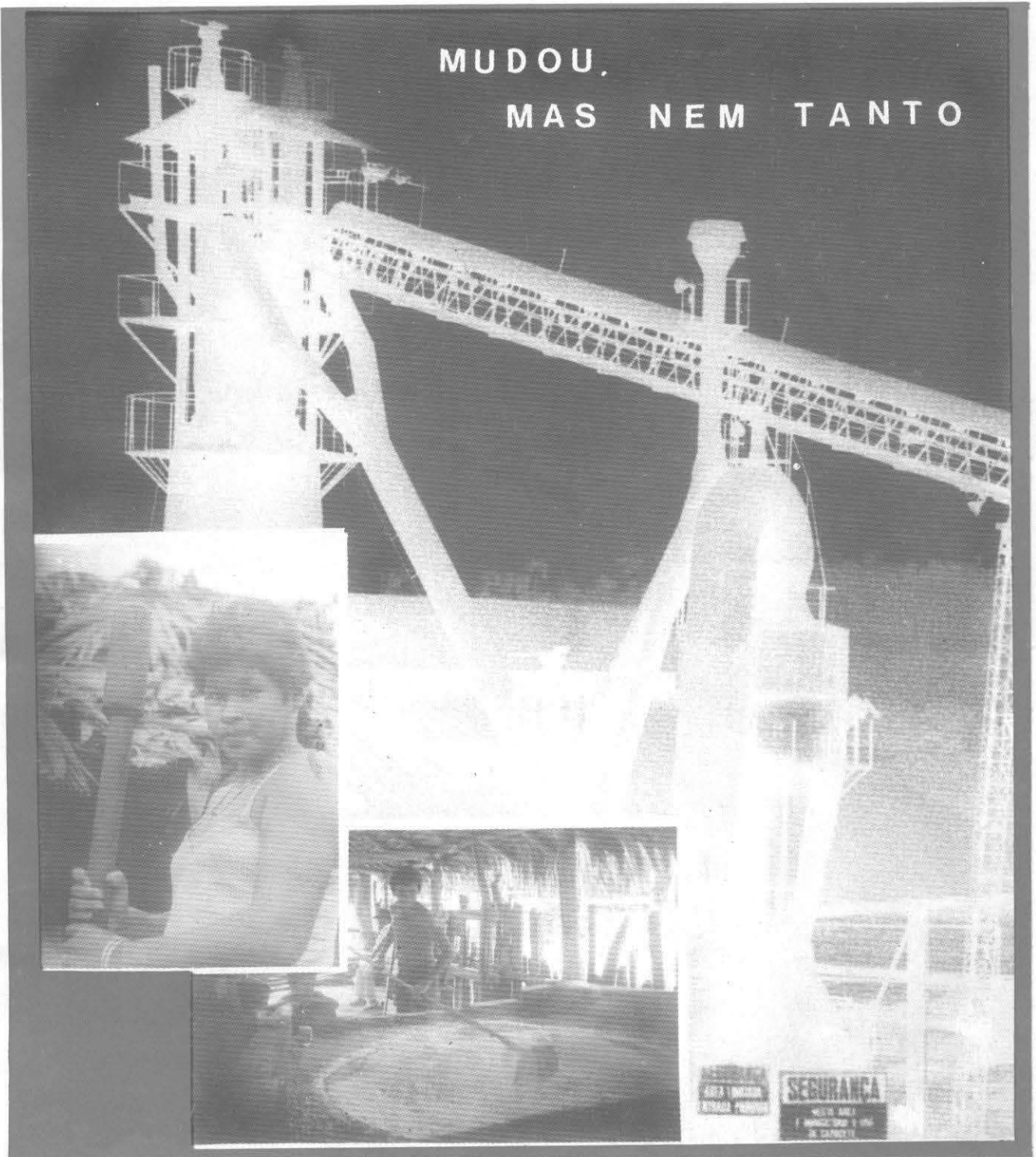


# Maria Fumaça

CADERNO DE DEBATES

Nº 02 SÃO LUIS



**O MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO**

## I — APRESENTAÇÃO

## II — QUESTÃO FUNDIÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

- 3.** O Intransitivo da Transição  
O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia  
Alfredo Wagner Berno de Almeida
- 17.** A Industrialização do Maranhão no rastro do Desenvolvimento  
Raimundo Moacir Mendes Feitosa

## III — RICOS E POBRES EM MOVIMENTO:

- 23.** A Questão das Classes Sociais no Maranhão  
Suas relações no contexto da organização e luta política no Estado pós 65...  
Josefa Batista Lopes
- 28.** O papel do Estado no processo de organização política pós 64 no Maranhão  
Helena Barros Heluy
- 30.** Maranhão: situação dos povos indígenas  
Claudio Zannoni
- 35.** Índios Guajajara e o Programa Grande Carajás  
Cinco anos de projeto "Apoio às Comunidades Indígenas do Maranhão"  
Carlo Ubbiali

## IV — ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEGMENTO DO CORREDOR DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS-EFC

- 40** Estratégias de sobrevivência da população pauperizada  
Maria Ozanira da Silva e Silva
- 43.** Elementos para a análise das estratégias de sobrevivência no segmento maranhense do corredor da EFC.  
Arlete Borges e Ilse Gomes



# APRESENTAÇÃO

**A** trajetória do desenvolvimento do Maranhão após 1965" foi tema do Seminário realizado pelo CIMI com várias entidades no período de 06 a 09 de março em São Luís. Este número do Maria Fumaça traz para um público muito maior, as discussões que aconteceram no Seminário.

Para começar: "o intransitivo da transição", uma abordagem da questão fundiária na Amazônia com ênfase nos conflitos, ações governamentais (incluindo o PNRA) e o processo de militarização dos conflitos e da região. Trata-se de um "pano de fundo" essencial à análise e compreensão da questão agrária no Maranhão. Em seguida, "a industrialização do Maranhão no rastro do desenvolvimento", um panorama histórico, do processo de industrialização no Estado a partir de dois grandes momentos: antes e depois do Programa Carajás. No segmento "ricos e pobres em movimento", temos uma rápida abordagem sobre o processo de organização dos diferentes setores da sociedade maranhense, com destaque para a questão teórica da composição das classes sociais e da oligarquização da política no Brasil e no Maranhão; uma narrativa de importantes fatos da política maranhense, reveladores de como tem se dado as relações entre o Estado e os grupos dominantes; além disso, um minucioso balanço da situação dos povos indígenas do Estado e a análise dos efeitos do Programa Grande Carajás junto a estas populações. Finalmente, dois trabalhos sobre estratégias de sobrevivência, um que trata de indicações teórico-conceituais sobre o tema e dados específicos sobre a realidade de São Luís; no segundo, "elementos para a análise das estratégias de sobrevivência no segmento maranhense do Corredor da EFC"

*Estrada de Ferro Carajás - a partir da avaliação do quadro sócio-econômico do Estado.*

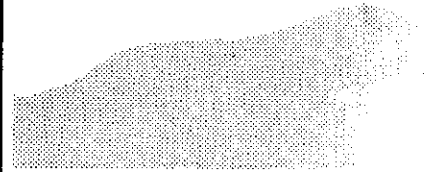
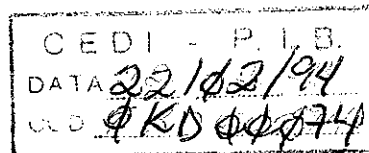
No Caderno anterior, que trata da questão fundiária do Maranhão, o ponto forte das discussões foram as "profundas e rápidas mudanças que o Maranhão tem vivido". Já neste número, os autores procuram entrar no mérito dessas modificações e perceber sua intensidade. A conclusão foi a seguinte: modificações profundas e rápidas sim, mas nem tanto.

Essa conclusão vem da análise dos elementos teórico-conceituais e dos dados empíricos que são fortemente apresentados nos textos e que se afunilam nas seguintes teses: a) as mudanças que tem ocorrido no Maranhão não são suficientemente fortes para transformar a qualidade da economia e da política (o processo de industrialização continua incipiente e os métodos de fazer política são os mesmos tradicionais e arcaicos, com uma ou outra ressalva); b) esse "mudou mas nem tanto" tem sua representação mais forte na convivência pacífica e lucrativa de formas modernas e atrasadas tanto na economia como na política e, por fim, a tese de que está consolidada a "coalização e interesses" no campo da classe dominante, onde o projeto global de dominação capitalista em escala internacional se afirma como o mais importante de todos e secundariza interesses particulares e localizados, irmanando sob as mesmas bandeiras latifundiários, industriais, banqueiros, comerciantes, empresa nacional e multinacional que inclusive, nem são, necessariamente, pessoas ou grupos diferentes.

Mas, há uma questão muito importante - a coalização de interesses dos setores explorados - que continua em aberto, pois ainda não tivemos oportunidade de aprofundá-la, embora estivesse na programação do Seminário.

Pra finalizar, é sempre bom reafirmar o caráter deste documento: **caderno de debates mesmo e também agradecer a todos aqueles que contribuem para que o Maria Fumaça se viabilize, seja através do Seminário ou da organização do Caderno.**

Aproveite bem.



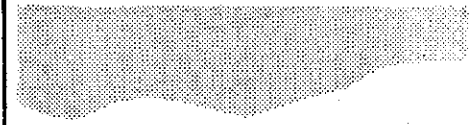
EXPEDIENTE:  
MARIA FUMAÇA  
caderno de debates

Publicação do Grupo de Estudos sobre Carajás  
Conselho Indigenista Missionário - CIMI  
São Luís - MA Junho de 1990  
Capa, diagramação e arte final: J. Azcárate

Agradecimentos:

Alfredo Wagner, Maria Ozanira, Josefa Batista, Helena Heluy, Moacir Feitosa, Cláudio Zannoni, Carlo Ubbiali, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Urbanas, Comissão Pastoral da Terra, Paróquia de Amarante, Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, Paróquia do Anjo da Guarda, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Pastoral Operária, Pastoral da Juventude, Juventude Operária Cristã, Cáritas, Movimento Popular da área do Itaqui-Bacanga, Comissão Pró-Menino e Menina de rua, Associação de Saúde da Periferia.

Correspondência: Caixa Postal 698 - São Luís.  
Telefone: 222-0001



# O Intransitivo da Transição

## O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia

Alfredo Wagner Berno de Almeida\*

O descompasso entre a intensificação dos conflitos de terra e o caráter irregular e desigual da intervenção governamental tem se constituído num traço marcante da estrutura agrária da região amazônica no decorrer das duas últimas décadas. Prevalece neste período uma representação oficial algo tecnocrática dos conflitos e, particularmente, da violência considerados como fatores inerentes à modernização da agricultura e ao desenvolvimento das forças produtivas numa região de fronteira agrícola. Interpreta-se de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção. A subjugação pela violência de diferentes segmentos camponeses, denominados regionalmente de *posseiros* e *peões*, e de diversos grupos indígenas, não obstante provocar declarações públicas de indignação moral, manifesta-se implicitamente, nos meandros desta lógica, como um "fato necessário" e peculiar aos processos econômicos e às estruturas políticas de uma situação de fronteira, delineando-se numa constante observável tanto em períodos explicitamente ditatoriais (1964-85), quanto em conjunturas definidas como de "transição à democracia" (1985-89). Sem conhecer maiores reversões essa tendência concentracionista, de certo modo, reproduz na fronteira padrões culturais intrínsecos à formação dos latifúndios, tal como verificada em áreas de colonização antiga. O princípio da subordinação dos camponeses por atos coercitivos e por modalidades diversas de banditismo e pistolagem mostra-se historicamente coextensivo à consolidação dessa grande propriedade territorial fundada no acesso aos meios de produção pela destruição dos sistemas de apossamento preexistentes e na adoção de mecanismos de imobilização, como a peonagem da dívida<sup>(1)</sup>, que configuram modalidades extremas de repressão da força de trabalho.

Consoante B. Moore estas formas mais extremadas de agricultura repressiva podem se constituir em "auxiliares decisivos" (Moore; 1966:568) para o desenvolvimento do capitalismo na fronteira<sup>(2)</sup>. A vigência destes mecanismos imobilizadores, no caso da Amazônia, apresenta-se ademais articulada com uma ação geral do Estado que, além de impor medidas rígidas de controle social a índios e posseiros no acesso formal à terra, facultava vantagens creditícias, incentivos fiscais e concessões de extensas glebas a grupos empresariais pretextando racionalidade econômica e maior tecnificação. As inovações técnicas decorrentes têm, entretanto, função nitidamente conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio da terra, dos mecanismos de imobilização e de atos coercitivos como forma de resolução dos conflitos agrários. A generalização da violência na fronteira não é, pois, contingente constituindo-se num dado de estrutura, essencial a este tipo de desenvolvimento capitalista<sup>(3)</sup>. A anuência a esta assertiva permite que se fale numa "modernização de caráter autoritário", que inova conservando, como pressuposto para uma reflexão sobre a ação governamental na Amazônia nas décadas mencionadas.

Semelhante representação oficial e as práticas administrativas e operacionais dela derivadas, a despeito de condicionarem o ritmo da intervenção governamental, não se apresentam, todavia, segundo uma regularidade. Conhecem variações entre 1964, quando foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), e 1989 ditadas principalmente pelo grau de mobilização dos camponeses, pela reconhecida incapacidade dos órgãos fundiários e dos interesses latifundiários em assimilar as pressões e demandas geradas por esta mobilização e, sobretudo, pelas oscilações da prolongada "transição democrática", que a partir do término formal do regime militar, em 15

de março de 1985, instituiu um plano nacional de reforma agrária (Dec. nº 91.766 de 10 de outubro de 1985) o qual, passado o ímpeto reformista inicial, logo veio a se tornar inócuo.

O surgimento de movimentos sociais no meio rural fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico, reivindicando desde 1973 uma execução "ampla e maciça da reforma agrária", desorganiza, em certa medida, regras daquela dominação imposta como "natural". Reconhecendo as mobilizações e o acirramento dos conflitos agrários na região amazônica a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura procede, ainda na ditadura do General Garrastazu Médici, à distinção entre "reforma agrária" e "colonização", criticando as transferências e remoções compulsórias de camponeses para "áreas distintas das que habitam" e reivindicando reforma agrária com a fixação deles nos locais em que tem morada habitual e cultivam (CONTAG; 1973: 132)<sup>(4)</sup>. Em maio de 1974 a CONTAG entrega um memorial ao General E. Geisel exigindo uma "reforma agrária ampla e imediata" com a participação direta dos interessados<sup>(5)</sup> e concomitantemente procura expandir o sindicalismo na Amazônia.

Numa direção similar as Igrejas da Amazônia Legal reunidas em Goiânia, em junho de 1975, preocupadas com a disseminação dos conflitos, decidem, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos, intensificar sua mediação criando uma "Comissão de Terras" com o propósito de "interligar, assessorar e dinamizar" as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo. Foi criada, assim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) numa imensa região onde a estrutura sindical revelava-se bastante frágil e em condições muito precárias para atender, sobretudo, o segmento mais expressivo do campesinato na fronteira: os *posseiros*<sup>(6)</sup>.



As mobilizações camponesas, transcendendo às medidas usuais de controle, logram, de certo modo, uma reordenação das práticas de latifundiários e de “modernos pecuaristas”, bem como uma revisão de procedimentos administrativos da burocracia dos órgãos fundiários oficiais.

Seringalistas do Acre e do Amazonas, donos de castanhais do Sul do Pará, pecuaristas das ribeiras férteis do Baixo Amazonas, da Ilha de Marajó e da Baixada Maranhense, madeireiros, mineradores e grupos econômicos do Centro-Sul do País, responsáveis por centenas de projetos incentivados pela SUDAM, ao se haverem com problemas agrários têm recorrido, invariavelmente, qualquer que seja a conjuntura, à resposta tradicional do latifúndio, qual seja, atos de truculência. Criticam a morosidade da justiça nos litígios dominiais e na busca do que intitulam de “solução imediata” decidem pelo manejo de instrumentos de força. A celeridade da resolução que objetivam presuppõe, no mais das vezes, a “eficiência” pela utilização da força, mesmo que violando dispositivos legais. Tal resposta, entretanto, está sendo levada a extremos no último lustro, ultrapassando limites considerados toleráveis e vitimando consecutiva e principalmente trabalhadores rurais, indígenas, assessores sindicais e membros das entidades confessionais e de apoio à reforma agrária. Porquanto parece lhes ser impossível aumentar a escalada ou susten-

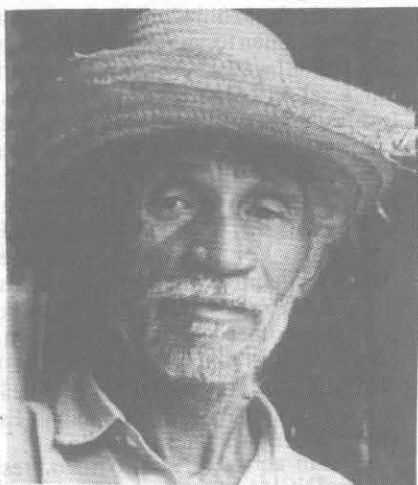
tar permanentemente um tipo de dominação em seus limites extremos, acionando a todo tempo com intensidade máxima os instrumentos coercitivos, os interesses latifundiários têm sido impelidos a reverem parcialmente suas formas de organização e seus estratagemas. A armação de tocaias e emboscadas contra líderes sindicais, a destruição de roçados, a queima de casas, os massacres em aldeias indígenas e povoados camponeses e a disseminação de armas de fogo como regra geral para resolver qualquer problema agrário, em mantendo as prerogativas dos latifundiários parecem escapar do controle destes atores sociais que as impuseram enfraquecendo, por conseguinte, as instituições de dominação e poderio.

Acrescente-se a esta situação limite tensões geradas no interior dos grupos dominantes pela emergência de interesses industriais e do capitalismo financeiro, sobretudo na região do Programa Grande Carajás. Matizados pelas denominadas “modernas ideologias políticas”, tímida e cautelosamente, opõem o uso da força ao desenvolvimento econômico ao se negarem a conceber a violência explícita como um de seus fatores essenciais. Parecem querer reverter os “auxiliares decisivos” mencionados por Moore ao recusarem os apossamentos ilegítimos e as grilagens, ao pretenderem a demarcação das áreas indígenas, ao repudiarem as práticas delinqüentes de trabalho escravo decorrentes da imobilização da força de trabalho e ao chamarem a atenção para o valor ecológico da floresta. Preconizam uma maior racionalidade econômica e uma dinamização do mercado de terras (7). Embora não seja ainda tão elevado esse nível de tensão ele concorre também para abalar os fundamentos daquele princípio de opressão como instituição “natural e necessária”.

O propósito maior de uns e outros parece, entretanto, ser o de “re-naturalizar” modernamente a dominação “tradi-

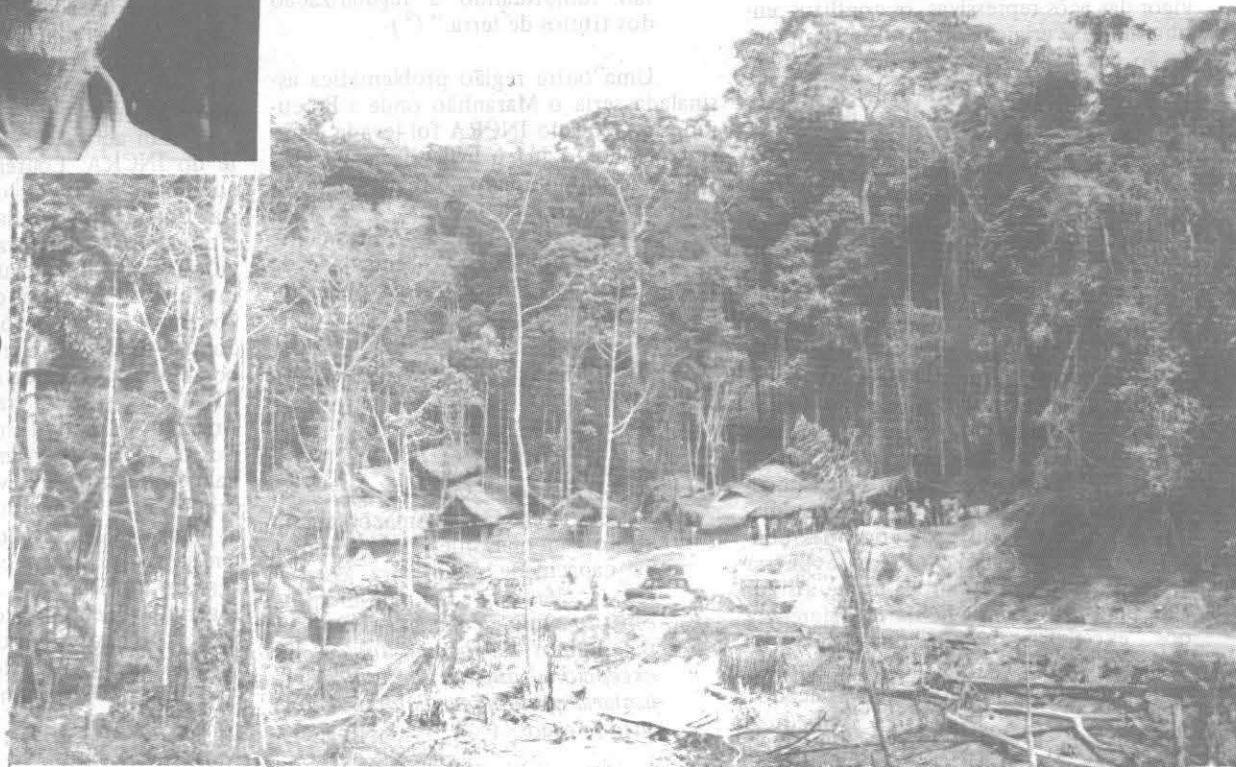
cional” neutralizando instrumentos de ação fundiária, previstos em diplomas legais, que asseguram os direitos de posse e que concernem à desapropriação por interesse social. Em outros termos esta aludida tensão implica em um desdobramento dos antagonismos deslocando-os para as instâncias do judiciário, sobretudo através das chamadas ações de reintegração de posse (que se multiplicam a partir do final dos anos 70 e que ainda hoje assinalam grandes despejos), e para o exercício de pressões constantes sobre o legislativo, que se tornam regra de atuação dos interesses latifundiários, notadamente, a partir de 1986 e dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Um nível de legalização do que já foi “natural” e que não exigia legitimidade para ser imposto, é o que objetivam. A tensão entre o esforço para traduzir seus interesses numa forma legal e a recorrência de atos coercitivos para solucionar antagonismos revela as dificuldades intrínsecas às estratégias diferenciadas dos grupos dominantes.

De igual modo há tensões que permeiam os órgãos fundiários oficiais levando-os a sucessivas revisões em sua intervenção. A explicação senso-comum destas alterações alega a “descontinuidade administrativa”. Muitos deles, certamente, têm existência tão efêmera como as políticas que preconizam. Não apenas os de abrangência nacional como o IBRA (1966 – 70), o INCRA (1970–87) e o MEAF (1983 – 85), mas também aqueles voltados precipuamente para a região amazônica como a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (1976-79), o GETAT (1980–87), o GEBAM (1980-86) e a Coordenadoria Especial do Acre (1980–85). Para além da inépcia operacional há relações com diferentes grupos sociais na fronteira que têm sido redefinidas nestas duas décadas. Uma delas diz respeito aos poderes locais e sua capacidade de atuação. Recorde-se que os órgãos fundiários



J. Alcárate

Ocupação dos Sem-Terra na fazenda “Terra Bela” (Buriticupu-MA)



J. Alcárate



estaduais, à exceção do IDAGO que data de meados dos anos 60, foram reativados na Amazônia a partir de 1978 como parte de uma política de revigoramento do poder regional (Almeida; 1980:48) para fazer frente às mobilizações camponesas e à ação das entidades confessionais e de apoio. E estas relações redefinidas, ainda que à sombra do poder central, são coetâneas de modificações na prioridade dos instrumentos de ação fundiária adotados, que ora dão ênfase à colonização dirigida, ora ao reconhecimento das "ocupações espontâneas", ora à colonização privada em regiões determinadas, como o caso do Norte de Mato Grosso; ora a simples distribuição de terras sem observância dos módulos rurais definidos por Lei, como o GETAT entre 1980 e março de 1985; ora a arrecadação sumária e a discriminação desvinculados da colonização. Tais revisões podem ser situadas num fundo comum de recusa efetiva do instrumento de desapropriação por interesse social, de dificuldades no reconhecimento dos conflitos, acarretando procedimentos de "administração por crise"; e da proeminência de quadros militares e de organismos de segurança nacional na orientação operacional dos órgãos fundiários. Os invariantes ressaltam o caráter autoritário, quando não colonialista, dos projetos governamentais em curso.

OS CONFLITOS AGRÁRIOS E OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (1970 - 80)

Importa sublinhar, contudo, que os conflitos agrários na região amazônica passaram a ser formalmente reconhecidos como questão relevante para a intervenção governamental na segunda metade da década 1970-80. Então, a despeito do vigor das ações repressivas, os conflitos ampliavam-se e erigiam obstáculos à implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de mineração, que ameaçavam o sistema de apossamento pré-existente. Os posseiros se batiam pela manutenção de suas posses, notadamente no Maranhão, no Pará e em Goiás, que congregavam então 1/3 do total nacional de ocupantes que, de acordo com os dados censitários da FIBGE, correspondia no ano de 1980 a 898.164 posseiros<sup>(8)</sup>. Até este período os órgãos fundiários só concebiam estas disputas como fatos característicos do que as forças militares classificavam de "turbulência agrária", que deviam ser reprimidas "energicamente" como o foram as populações camponesas que se localizavam nas regiões alcançadas pela Guerrilha do Araguaia, entre 1971 e 1974. Imaginavam que o local geográfico dos conflitos fosse a Região Nordeste e outras áreas de colonização antiga e que a solução para eles consistia na transferência dos "excedentes populacionais" para os projetos de colonização oficial na Amazônia. Os conflitos agrários eram explicados

basicamente pela pressão demográfica e pelos fatores climáticos (a "seca do Nordeste"), cujos efeitos de acordo com o pensamento tecnocrático poderiam ser atenuados, senão completamente resolvidos, pela existência de recursos abertos que configuravam uma situação de fronteira. Segundo esta concepção os conflitos eram necessariamente "problemas das regiões de origem".

O INCRA havia sido criado sob esta inspiração, consoante o Decreto-Lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970, e voltado prioritariamente para a "colonização dirigida". Os projetos integrados de colonização (PIC), as agrovilas, as agrópolis e rurópolis, que compunham tal colonização se revelaram, porém, inadequados e não lograram êxito. As prioridades de ação do INCRA foram definidas visando a implantação de projetos de colonização oficial e particular, ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, vinculados aos objetivos do PIN e do Proterra. A ação discriminatória ao longo das rodovias da Amazônia Legal foi planejada no sentido de disciplinar o "povoamento espontâneo". Tratava-se de medida complementar aos projetos de colonização no seu propósito de promover o "povoamento dirigido".

Uma vez que a tensão social e os conflitos eram pensados pelos órgãos oficiais como subproduto de um processo migratório desordenado, à migração eram atribuídos aumentos vertiginosos dos índices de criminalidade e delinquência na região, bem como os atos ilegais e as operações fraudulentas que caracterizavam a grilagem. Declarações do Presidente do INCRA, José Moura Cavalcanti, em outubro de 1972, associavam a grilagem com um suposto segmento de migrantes:

*"O maior problema encontrado pelo INCRA na colonização da Amazônia está na região de Rondônia, onde é maior a emigração com a presença de aventureiros que estão tumultuando a regularização dos títulos de terra."*<sup>(9)</sup>

Uma outra região problemática assinalada seria o Maranhão onde a Procuradoria Geral do INCRA foi levada a iniciar perante o Juízo Federal daquele Estado ação de nulidade do registro imobiliário de inúmeras glebas.

Em fevereiro de 1973 o Presidente do INCRA reconhecia a necessidade de grandes alterações na estrutura operacional do INCRA em sua ação na Amazônia, onde estaria havendo um fluxo migratório espontâneo que superava as estimativas oficiais:

*"As famílias saem de todos os Estados e chegam à Amazônia num ritmo bem mais intenso do que nossa capacidade atual para assentá-las. . . Mas o INCRA montará uma estrutura que atenda este fluxo, pois, estamos recebendo um colono excepcional que, ao se deslocar voluntariamente, já participou de uma auto-seleção."*<sup>(10)</sup>

Com respeito a Rondônia, Moura Cavalcanti sublinhou um fato recorrente em toda a região. Ao visitar o Projeto Sidinei Girão, próximo à fronteira boliviana, deparou com:

*"(. . .) 100 famílias de paranaenses e nordestinos que já tinham chegado antes da estrada ficar pronta."* (ibid.)

A chamada "ocupação espontânea" não apenas transcendia às estimativas dos planejadores oficiais, mas também antecedia às suas próprias ações e lhes impunha seu reconhecimento. O INCRA passava a utilizar os projetos de assentamento dirigido (PAD), considerados de menor custo operacional e que se caracterizavam por um loteamento oficial, prevenido-se, no entanto, uma assistência aos colonos através de outros órgãos públicos, que participavam do projeto mediante convênios. Procurava restringir seu campo de ação aos que já se encontravam na região. Não mais promovia o transporte de camponeses do sul do país para a Amazônia, nem remunerava-os nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo. Começava-se a desacelerar a "colonização dirigida".

A visão positiva do migrante "auto-selecionado" parece ter sido, entretanto, circunstancial. Em julho de 1973 o então Presidente do INCRA Walter Costa Porto sugeria ao Ministro da Agricultura inibir a migração interna e reordenar a ocupação da Amazônia, privilegiando grandes empreendimentos agropecuários. Segundo sua formulação os "colonos" continuariam a ser assentados nas áreas pré-estabelecidas, enquanto que lotes de 50 mil hectares seriam dispostos à venda, atraindo interesses empresariais e "vultosos recursos". Destaque-se que neste mesmo mês o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, anunciava viagem à Amazônia com um grupo de grandes empresários, objetivando abrir nova etapa para a colonização, fundada em imóveis com imensos domínios territoriais<sup>(11)</sup>. Segundo sua concepção esta coalizão de interesses aumentaria o poder do Estado frente à ocupação desordenada.

Em abril de 1974, o novo Presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, anunciava que a "colonização oficial" seria finalmente "readaptada". Seu anúncio ocorreu concomitantemente com a divulgação de um documento da SUDAM intitulado "Estudos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia" afirmando que com os fluxos de migração espontânea superando a capacidade controladora do INCRA tinha-se uma transplantação para a Amazônia dos conflitos e problemas agrários do Nordeste. Admitia que institucionalmente era impossível se proibir ou reprimir os deslocamentos e sugeria critérios rigorosos de seleção de "colonos". Defendia também a solução dos problemas agrários nordestinos no próprio Nordeste, sugerindo que a Amazônia fosse reservada para os grandes projetos<sup>(12)</sup>.

A proposição de reduzir as migrações internas será também endossada pe-



lo Ministro da Agricultura, Alysso Puldinelli, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra (13) em 5 de agosto de 1974. Asseverava da necessidade de se conjugar a expansão da fronteira agrícola e a incorporação de regiões pioneiras ao processo produtivo com a inibição das migrações internas que ameaçavam tornar conflituosa a Amazônia.

Os aparelhos de poder convergem para uma ação fundiária centrada na implantação de grandes empreendimentos agropecuários e logram afastar de vez os setores da burocracia que ainda acreditavam num processo de ocupação apoiado principalmente em pequenos produtores agrícolas.

Diversos projetos de colonização e empreendimentos agropecuários resultaram numa incidência em áreas indígenas ao suporem estes territórios como "espaços vazios". Terras indígenas foram consideradas como terras de domínio público e dispostas à ocupação o que gerou grandes entreveros. Os intrusamentos acirraram antagonismos e criaram áreas críticas de conflito e tensão social. No Acre (Yaminawa e Machineri), no Pará (Tembé, Parakanã), no Maranhão (Guajá, Urubu e Guajajara), em Goiás (Xerente), em Rondônia e Roraima colonos e posseiros foram assentados em oposição aos grupos indígenas. O agravamento deste quadro em praticamente toda a Amazônia levou o Presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, a uma tentativa malograda de resolução. Em 22 de junho de 1976 instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de promover junto à FUNAI estudos atinentes ao reassentamento dos que estavam ilegalmente localizados em áreas indígenas (14).

A questão prossegue, nos anos seguintes, sendo formulada nos termos demográficos de sempre, mas registra-se alteração de ênfase com relação aos instrumentos operacionais acionados. O Diretor do Departamento de Projetos e Operações do INCRA, Hélio Palma de Arruda, em agosto de 1977, no seu "Informe à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)" intitulada *Os problemas fundiários na estratégia do Desenvolvimento e da Segurança*, realizado em Brasília, no Auditório do Tribunal de Contas da União, expunha o seguinte:

*"Assim, o problema fundiário da Amazônia, de uma maneira geral se caracteriza pela necessidade de discriminação das terras devolutas nela existentes, para que possam ser levados para lá os grandes contingentes humanos do Brasil, que necessitam de terra boa e barata."*

(ARRUDA; 1977:15)

Neste momento o instrumento de discriminação ainda era apresentado como associado à colonização. Porém, desde que não podiam mais ignorar que as zonas de tensão e conflito se multiplicavam em regiões da própria Amazônia os órgãos fundiários compelidos a proceder a novas alterações em sua intervenção. A pressão demográfica diferentemente das primeiras formulações era verificada agora

internamente à região amazônica, funcionando como móvel de antagonismos. Os conflitos estavam sendo reconhecidos nas chamadas "áreas de destino". Mediante acontecimentos desta ordem os órgãos fundiários recuaram novamente da colonização (15) e conferiram prioridade aos trabalhos discriminatórios desvinculados dos projetos de colonização oficial. Conforme se pode depreender do depoimento do Diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA, Odair Zanatta, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a política de incentivos fiscais na Amazônia, publicado em junho de 1980 a questão era disposta da maneira seguinte:

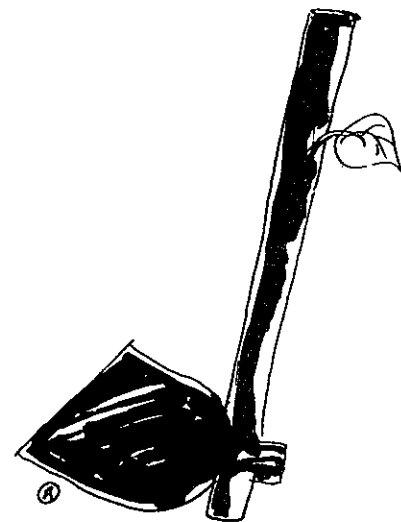
*"Em função da situação jurídico-fundiária, da densidade populacional e dos conflitos possessórios e dominiais deu-se prioridade à discriminação de terras nas regiões mais críticas, principalmente aquelas de Mato Grosso, Sul do Amazonas, Rondônia e Sul Pará. . ."*

(ZANATTA; 1980:13)(16)

Como decorrência desta "prioridade" até 31 de dezembro de 1984 foram discriminados pelo INCRA, pelo GETAT, pelos Estados e pelo Projeto Nordeste 139 milhões 908 mil 652 hectares. Destaque-se que 82,6% desta área discriminada o foram no Acre, Amazonas, Pará e Rondônia e nos Territórios de Roraima e Amapá. Estas unidades da Federação acrescidas dos Estados de Mato Grosso e Goiás perfazem nada menos de 97,7% de toda a área discriminada no País (17). Tal instrumento, ainda que mantido, logo se revelou ineficaz para alterar as chamadas "distorções" na estrutura fundiária e permitir um livre acesso à terra. Dirimia dúvidas dominiais porventura existentes, mas não lograva uma solução para os conflitos de manutenção de posse ou de recuperação das posses de onde os trabalhadores rurais já haviam sido anteriormente expulsos e despejados. Além disto, a morosidade das discriminatórias, que permanecem inconclusas após década, só contribuiu para agravar conflitos e tensões.

De igual modo resultaram as iniciativas primeiras do Conselho de Segurança Nacional adotadas em nome de uma "agilização das ações fundiárias". Em 1976, através das Exposições de Motivos 005 e 006, o Conselho de Segurança Nacional defendeu que a União reconhecesse "títulos de propriedade irregularmente transcritos no registro de imóvel". Em decorrência introduzia-se no mercado de terras imensas extensões territoriais resultado de adulteração de documentos alusivos às cadeias dominiais e da deformação dos registros em cartório. Ainda que num primeiro momento houvesse problemas, as operações de mercado, posteriormente, iriam legalizando as extensões griladas em sucessivas transações de compra e venda. Os litígios seriam assim, absorvidos de forma gradual pelos próprios mecanismos de mercado, bem como os casos de apossamentos ilegítimos.

A CONTAG se contrapôs a esta representação oficial. Para ela estas medidas constituíram um "estímulo sem preceden-



tes à grilagem" e às violências cometidas contra os posseiros:

*"(. . .) considerando, em evidente prejuízo, dez anos de ocupação, o que contraria uma longa prática de respeito à posse de ano e dia, embasada na legislação vigente e reconhecida pelo INCRA"*

(CONTAG; 1981:12)

Quando elaboradas estas Exposições de Motivos o CSN já acumulava alguns conhecimentos impressionistas a partir do acompanhamento de situações de conflito. Na condição de "observadores" seus quadros militares e especializados desenvolviam verificações *in loco* tanto no Maranhão e no Pará, quanto no Acre.

Em julho de 1974 o Coronel Veneslau Braga, da SG-CSN, foi enviado ao Acre para examinar os conflitos que envolviam os seringueiros e os grupos de pecuaristas do Centro-Sul do país que haviam se deslocado para a região implantando projetos agropecuários a partir da desagregação da empresa seringalista. O nível de tensão nos seringais forçava milhares de seringueiros a se deslocarem para território boliviano. De maneira concomitante o processo de ocupação espontânea na região intensificava-se a partir da frente camponesa que avançava a partir de Rondônia.

Em agosto esta verificação se ampliava com a presença na área de um grupo de trabalho interministerial objetivando medidas emergenciais; tal como o registra o artigo "Governo estuda situações de migrantes desabrigados e sem alimentos na Amazônia." senão vejamos:

*"O governo está procurando resolver a situação em que se encontram milhares de pessoas na Amazônia, principalmente no Estado do Acre, todas elas completamente abandonadas, sem abrigo e sem alimento, aglomeradas em regiões que acreditavam viessem a ser um novo Eldorado. (. . .)*

*Um grupo formado de representantes dos Ministérios da Justiça, do Planejamento, da Agricultura e do*

*Interior, com a assistência de um observador do Conselho de Segurança Nacional, está encarregado de elaborar as medidas necessárias para que estas famílias possam conseguir meios de se manter na Amazônia ou de regressar aos seus Estados. No Acre, o problema é mais grave. O Ministério da Justiça teme que estes aglomerados, pelas próprias dificuldades em que se encontram, venham a se tornar pólos de aumento de criminalidade, razão pela qual as autoridades federais estão assistindo diretamente a todos, mantendo até agora um controle da situação com a assistência do Exército, cujos homens tem fornecido barracas para abrigo e alimentação.*"

(Jornal do Brasil, 9 de agosto de 1974)

O acompanhamento de situações de conflito e tensão social no Acre, no Maranhão e no Pará, sobretudo com as experiências na repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia, entre 1971 e 1974, funcionou como uma espécie de ensaio e de teste para as medidas que o governo militar viria a tomar, posteriormente, face às questões agrárias na Amazonia.

As demais medidas oficiais quanto aos conflitos mantiveram-se, entretanto, adstritas ao circunstancial e ao episódico não havendo referências nem propósitos de modificações profundas na estrutura agrária, conforme reivindicavam os trabalhadores rurais, principalmente a partir de seu III Congresso Nacional realizado em maio de 1979<sup>(18)</sup>.

OS DESDOBRAMENTOS DA AÇÃO FUNDIÁRIA OFICIAL: A MILITARIZAÇÃO DO CONTROLE SOBRE OS CONFLITOS (1980 - 1985)

Mecanismos de ajuste urdidos por planejadores oficiais provocaram revisões no escopo da ação fundiária, com vistas ao que passaram a denominar de administração dos conflitos agrários na Amazônia, no período autoritário imediatamente anterior à chamada Nova República. A partir de fevereiro de 1980 o governo militar do General Figueiredo encetou uma série de medidas, objetivando uma "agilização das questões fundiárias pendentes". Criou sucessivamente o GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Decreto-Lei n.º 1.767 de 1.º de fevereiro de 1980), o GEBAM - Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Decreto n.º 84.516 de 28 de fevereiro de 1980) e a Coordenadoria Especial do Acre. As ações da denominada "regularização fundiária" concentravam-se pois, em regiões amazônicas onde a expansão camponesa com seu movimento de ocupação espontânea suplantava as expectativas oficiais e onde o sistema de apossamento preexistente, como no caso

dos seringueiros, castanheiros e posseiros em regiões de babaquais, contrariava inteiramente as determinações governamentais acerca da forma de ocupação das terras. O fluxo destes movimentos e os inintermitentes conflitos onde as posses estavam consolidadas colidiam com os ideais de "ocupação racional" propugnados pela ação oficial. Enquanto na lógica da unidade camponesa a terra se incorporava ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, tem-se que para os grupos econômicos e projetos incentivados interessava uma visão e uma relação jurídica e mercantil com ela. Em nome destes últimos pressupostos é que os órgãos oficiais começam a falar com frequência em "invasão de terras públicas e particulares" (CSN-GETAT; 1981: 5) na Amazônia. As condições de posseiros e ocupantes passam a ser recobertas pela ilegitimidade atribuída ao invasor. O documento "Estudos sobre o Projeto Carajás" elaborado no âmbito da Secretaria-Geral do Conselho Nacional e do GETAT, datado de Marabá, setembro de 1981<sup>(19)</sup> assim advertia:

*"... já se iniciou e tende a intensificar-se de maneira incontrolável a invasão desordenada das terras situadas ao longo das vias de acesso que demandam a Serra dos Carajás e das localizadas na extensa área de sua influência. Esta situação se não for prontamente corrigida poderá comprometer irremediavelmente... os projetos de desenvolvimento da região."*

(CSN-GETAT; 1981:5)

Os critérios de segurança para tratar os problemas agrários, alegados na criação do GETAT e do GEBAM, expressariam, nesta ordem, uma dimensão claramente econômica. Afinal tratava de se estender um cordão protetor para as companhias de colonização particular (entre 1968 e 1984 foram aprovados pelo INCRA 71 projetos de colonização privada, sendo 66 localizados no Mato Grosso, 03 no Maranhão e 02 no Pará), para as centenas de projetos agropecuários, que usufruem de benefícios fiscais através do FINAM (Fundo de Incentivos da Amazônia), assim como para os empreendimentos madeireiros e minerais<sup>(20)</sup>. Sublinhe-se que o volume de incentivos fiscais concedidos desde 1966 contribuiu decisivamente para manter os índices de concentração fundiária na Região Norte. Segundo as estatísticas cadastrais do INCRA, os dados de 1985 (base 1984) assinalam nesta região 69.987 latifúndios, que medem 98,9 milhões de hectares, representando 79,74% da Região e 16,61% da área cadastrada do País.

Os atos discriminatórios e as arrecadações sumárias perpetrados pelo GETAT e pelo INCRA constituiriam, em verdade, instrumentos de ação fundiária voltados para assegurar um certo tipo de desenvolvimento capitalista que aliás, só pode manter seu processo de reprodução na Amazônia se conseguir neutralizar as ocupações de posseiros, a demarcação das áreas indígenas e os movimentos de

garimpeiros, coletores de castanha, juteiros e seringueiros que têm resistido à implantação de grandes projetos agropecuários e das empresas madeireiras e de extração mineral<sup>(21)</sup>.

Neste sentido, o propósito de "regularização fundiária", ao visar uma ordenação jurídica para atender fundamentalmente os grupos sociais que mantêm uma relação mercantil com a terra, foi se confrontando cada vez mais com os interesses reais dos movimentos camponeses e indígenas. Os conflitos decorrentes passaram a ter uma nova dimensão se constituindo também em formas de participação política assumidas por camponeses e indígenas para fazer reconhecidos seus direitos de cidadania. Pelos antagonismos impunham-se como interlocutores legítimos aos organismos oficiais. Por esta interlocução os conflitos passaram gradativamente a representar, ainda que de maneira paradoxal, uma modalidade de organização e uma via para assegurar o acesso às terras disponíveis e o domínio de posses já consolidadas. Zonas críticas de tensão social até então menosprezadas ou ignoradas pelo burocratismo do regime militar passaram a impor seu reconhecimento. Mediante as mobilizações, os órgãos fundiários foram impelidos a formalizar os registros de conflitos. Data de 29 de setembro de 1981 o Ofício-Circular N.º 502 do INCRA, que instituiu o Cadastro de Áreas de Tensão Social. Concomitantemente foi também criado o Cadastro de Áreas Problemas no âmbito da ação do GETAT.

A este tempo a questão dos conflitos já havia se imposto como tema de reflexão às instituições militares e aos organismos de segurança. Na única reunião do Conselho de Segurança Nacional de que até então participara na qualidade de Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel leu para os presentes, em março de 1980, dois documentos históricos regulando a posse e a aquisição de títulos de propriedade<sup>(22)</sup>. Em 30 de julho do mesmo ano o Presidente do INCRA, Paulo Yokota, realizara palestra no Estado Maior das Forças Armadas enfatizando os problemas fundiários na Amazônia e no Nordeste<sup>(23)</sup>. No agosto seguinte em conferência aos oficiais desse Estado Maior, o Gov. Antonio Carlos Magalhães, falara da necessidade de um "pacto social no campo"<sup>(24)</sup>. Paulatinamente os conflitos agrários passaram a ser vistos como matéria de segurança nacional. Deste modo, para além das medidas de identificação e mapeamento dos conflitos inerentes ao cadastramento, o governo do General Figueiredo projetava uma outra configuração legal relativa à competência da questão.

Em nome da "agilização" militarizou inteiramente a questão agrária e indígena, subordinando as respectivas políticas e ações ao Conselho de Segurança Nacional. Procedeu, em 16 de agosto de 1982 através do Decreto n.º 87.457, à instituição do Programa Nacional de Política Fundiária e à nomeação do Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários investido cumulativamente na função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional: General Danilo Venturini.



Percebe-se que quanto mais se aproxima a data que fixaram para a "mudança de regime" e para o "início da transição democrática com um governo civil", mais os militares erigem mecanismos autoritários para o campo e em particular para a Amazônia. Com estas medidas e aquelas anteriores, relativas à criação do GETAT e do GEBAM deixam transparecer que a democracia não pode vigir no campo e, principalmente, na fronteira.

Quando daquela decisão que instituiu o MEAF, o instrumento de tributação progressiva da terra não-cultivada, que fora concebido no governo do General Castelo Branco para corrigir gradualmente as "distorções" na estrutura fundiária, achava-se relegado.

*"Em seu pico, em 1967, quando ainda se preparava o cadastro rural, (o recolhimento do ITR) alcançou 0,36% da receita federal da União, percentagem que baixou continuamente, em função da incompetência ou desídia fiscal, até alcançar o nível ridículo de 0,8% em 1983. Perdeu-se assim a oportunidade de uma solução gradualista e eficaz para o drama agrário."*

(CAMPOS; 1988)

Lamentava-se o Senador Roberto Campos, ex-Ministro do Planejamento do General Castelo Branco, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, de 10 de maio de 1988, intitulado "Buraco Branco", em que se apresenta no primeiro parágrafo como o "principal formulador do Estatuto da Terra de 1964" (ibid.).

Quando ao instrumento da desapropriação por interesse social até então havia sido formalmente definido como mero mecanismo auxiliar da "regularização fundiária". O próprio GETAT não havia realizado até fins de 1982 nenhuma ação deste tipo. Preponderavam neste período as chamadas "composições" e "permutas", quer dizer, o GETAT promovia a troca de áreas de posse efetivamente ocupadas por camponeses, mas pretendidas por latifundiários e/ou grandes projetos, por extensões de terras devolutas com dimensão superior, localizadas, geralmente, no Vale do Rio Xingu, realizando assim pequenas remoções e remanejamentos. Para lá eram deslocadas as famílias de posseiros e imaginava-se que esta região poderia funcionar como "alívio das tensões" nas áreas contíguas aos grandes empreendimentos de extração mineral do PGC.

Mediante as mobilizações camponesas e às denúncias de violência nos conflitos, o MEAF iniciou um trabalho de investigação das "origens" dos antagonismos e acenou com a possibilidade de desapropriação em situações críticas, com grande concentração de posseiros, grau elevado de violência e resistência prolongada aos despejos. Os critérios adotados para uma primeira caracterização dos conflitos diziam respeito a:

Paseata UDR  
Altamira-PA



J. Ascárate

- a) dúvidas quanto a legitimidade do título,
  - b) litígios entre posseiros em terras devolutas quanto a sua pretensão,
  - c) propriedades rurais que não cumprem função social,
  - d) ausências de demarcação de áreas indígenas e de grandes propriedades com fins extrativos (castanhais e seringais),
  - e) desrespeito aos direitos de posse anteriores às privatizações,
  - f) reassentamentos para a implantação de obras públicas (barragens),
  - g) exigência por parte do posseiro de área superior ao módulo rural."
- (VENTURINI; 1985:31)(<sup>25</sup>)

A caracterização adotada pelo MEAF omitia qualquer referência explícita à violência nos conflitos, considerando-a de atribuição de outros órgãos. Face às repetidas denúncias e exigências de justiça no campo feitas por diferentes entidades tais como a CONTAG, a CPT, o CIMI e a OAB, relativas aos massacres de populações indígenas, ao assassinato de mais de 800 trabalhadores rurais e indígenas em conflitos agrários (<sup>26</sup>) ocorridos no período 1970-83 e à impunidade generalizada, o ministro do MEAF alegava o seguinte:

*"Algumas instituições, com o intuito de mostrar o aumento do número de conflitos, confundem os problemas de âmbito exclusivamente policial (inclusive o índice de criminalidade) com o conflito fundiário."*

(VENTURINI; ibid.31)

A separação pretendida entre o "policial" e o "fundário" tentando evi-

denciar que o MEAF cingia-se a aspectos técnicos, desdizia a própria idéia de conflito como matéria de segurança nacional e de competência de organismos militares, em que se baseava a própria autoridade do ministro.

Um dos desdobramentos da ação oficial consistiu na adoção da desapropriação por interesse social desvinculada das políticas de colonização(<sup>27</sup>), naquelas situações de conflito tidas como incontornáveis e classificadas como gerando "graves tensões sociais". Tais atos constituiriam, no entanto, uma exceção. Sua aplicação restringiu-se àquelas disputas em que os pretensos proprietários não lograram resultado na chamada limpeza de áreas e em que o volume da ocupação camponesa tornou inapropriada a medida usual de remanejamento. Os primeiros imóveis rurais desapropriados pelo GETAT datam de novembro de 1982, ou seja, quase três meses após a criação do MEAF. Até fevereiro de 1985 foram desapropriados somente 06 imóveis correspondentes a uma área total de 396.694 ha. Consoante a leitura do quadro abaixo observa-se que até a extinção do MEAF nenhuma ação desapropriatória ocorreu na área do Maranhão, sob jurisdição do GETAT e que era uma das zonas mais críticas de conflitos.

TABELA 01

GETAT: ÁREAS DESAPROPRIADAS POR INTERESSE SOCIAL  
(NOVEMBRO DE 1982 A FEVEREIRO DE 1985)

Gleba/Imóvel	Município	Unidades da Federação		
		Pará (ha)	Goiás (ha)	Total (ha)
Fundação Brasil Central	Xinguara	141.326	-	141.326
Fazenda Tupã Ciretã	Rio Maria/Xinguara	34.848	-	34.848
Colônia Verde Brasileira	Santana do Araguaia	52.316	-	52.316
Fazenda Extrema	Itacajá	-	159.400	159.400
Fazenda Extrema Norte	Nazaré	-	7.101	7.101
Fazenda Serra/GL-J-L22	Sítio Novo	-	1.703	1.703
<b>TOTAL</b>		<b>228.490</b>	<b>168.204</b>	<b>396.694</b>

FONTE: GETAT - 1985.



**PNRA: RITO EMERGENCIAL E OBSTÁCULOS À ENFASE NO INSTRUMENTO DA DESAPROPRIAÇÃO**

(junho de 1985 a agosto de 1986)

I

Com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), através do Decreto nº 91.214 de 30 de abril de 1985, e com as amplas discussões e debates que antecederam ao lançamento da Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PPNRA), fato ocorrido no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 25 de maio de 1985 (2<sup>o</sup>), sinalizava-se para os movimentos camponeses e para os grupos indígenas que uma parte essencial das obrigações do Estado, na chamada Nova República, consistiria na resolução dos antagonismos na área rural através, sobretudo, de modificações na estrutura agrária. Os pronunciamentos oficiais passaram a falar da reforma agrária como uma "dívida social" e da inocuidade da ação fundiária no período ditatorial, apresentando uma nova hierarquização dos instrumentos com ênfase na desapropriação por interesse social em detrimento da colonização, da tributação e das aquisições com recursos do PROTERRA.

Abertos os arquivos com documentação alusiva aos conflitos verificou-se que o Cadastro das Áreas de Tensão Social do INCRA indicava para a região amazônica somente 154 imóveis conflitados correspondendo a uma área de 3.043.063 ha e envolvendo 38.655 famílias. O Cadastro de Áreas Problemas do GETAT não permitiu de imediato a composição de um quadro demonstrativo. Em junho de 1985 o MIRAD constituiu uma Comissão para proceder ao levantamento de dados sobre os conflitos nesta área. Agregando os dados do GETAT a informações diversas coletadas, tal levantamento arrolou 125 situações de conflito envolvendo 13.133 famílias e 1.598.227 ha (2<sup>o</sup>).

TABELA 02

**CONFLITOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DO GETAT**

Unidade da Federação	Nº. de Imóveis	Área Total (ha)	Nº. de Famílias
Pará	66	918.075	8.084
Goiás	48	412.967	2.092
Maranhão	12	268.185	2.957

FONTE: MIRAD – Estudo da situação das áreas de conflito da Região Araguaia-Tocantins. Brasília, agosto de 1985. p. 26.

Os pressupostos que tradicionalmente orientavam o MEAF na conceituação e classificação dos conflitos incidiam sempre em torno do que intitulavam comumente de "pendências". As estatísticas e bases cartográficas produzidas no âmbito do INCRA, que sempre circularam de maneira restrita e baixo o carimbo de "reservado" ou "confidencial", aludem às áreas de tensão social como compreendendo, principalmente, os denominados "litígios dominiais" com ações que tramitam no judiciário. O GETAT considerava, de acordo com o relatório elaborado pela mencionada Comissão, que os conflitos localizados em áreas tituladas não eram de competência dos órgãos fundiários e sim da Justiça. A noção de "área problema" para o GETAT abrange os casos em que o imóvel ocupado pelo interessado não coincide com a área descrita no título definitivo ou com a materialização no campo da área objeto do título, bem como os casos de posseiros com benfeitorias em áreas de grandes projetos e também as denominadas "invasões de posseiros".

Os demais casos inclusos nestes cadastros referem-se a situações emergenciais, não necessariamente produto de questões judiciais, que tiveram uma repercussão tal ou um tipo de antagonismo considerado de gravidade, inadiável e, por tanto, impossível de não ser respondido. Nestas últimas é que com frequência sobressaem atos de violência, constrangimentos físicos e maus tratos contra trabalhadores rurais. Os dados quantitativos a seguir apresentados foram compostos a

partir das fichas que integram os referidos cadastros. As fichas do INCRA eram regularmente preenchidas e assinadas pelos Coordenadores Regionais e depois remetidas à Diretoria de Recursos Fundiários (INCRA-Brasília). Os dados obtidos refe-



TABELA 03

**CONFLITOS DE TERRA NA REGIÃO AMAZÔNICA SOB JURISDIÇÃO DO INCRA**

UF	Nº. de Imóveis	Área Total (ha)	Nº. de Famílias	Focos Pendentes			Focos Solucionados		
				Nº. de Imóveis	Área (ha)	Nº. de Famílias	Nº. de Imóveis	Área (ha)	Nº. de Famílias
*MA	78	767.062	23.480	54	533.250	17.491	13	234.812	5.989
*PA	11	325.383	2.108	10	312.844	1.865	01	12.539	243
AM	02	21.051	417	—	—	—	02	21.051	417
AC	11	459.554	1.936	02	155.000	327	09	304.554	1.609
RO	07	362.241	2.023	03	288.500	496	04	73.741	1.527
MT	38	983.069	7.997	22	616.226	2.855	16	366.843	5.142
*GO	07	124.703	694	04	90.243	210	03	34.460	404

\* Não inclui GETAT.

FONTE: INCRA, Cadastro de Áreas de Tensão Social / maio 1985. Cf. (Of. Circ. INCRA/nº. 502 de 29.08.89).



rem-se ao que denominavam de “focos de tensão social”. Considerando-se o ritmo dos encaminhamentos e as providências adotadas eram subdivididos do seguinte modo: “focos solucionados” através de discriminatória, aquisição e desapropriação; e “focos pendentes”. Quanto à sistemática instituída para avaliar, decidir e aplicar as medidas nas situações emergenciais, tem-se que era baseada na experiência dos burocratas militares e nas regras impostas informalmente pelos chamados “bombeiros”, que se deslocavam continuamente “apagando os focos de incêndio”. Os conflitos eram administrados por crise, menosprezando quaisquer possibilidades administrativas de tornar regular a intervenção dos órgãos fundiários<sup>(30)</sup>. Esta ação episódica explica os dados subestimados acerca dos conflitos, o menosprezo pelo acompanhamento sistemático dos entes e a ausência de documentação detalhada que registrasse as várias versões em jogo.



J. Alcântara

Consultando-se as versões originais dos Planos Regionais de Reforma Agrária, que começaram a ser elaborados dois meses após a montagem dos quadros demonstrativos baseados nos antigos Cadastros, verifica-se o quanto estavam sendo subestimadas as informações sobre os conflitos na Amazônia. Os dados levantados junto a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entidades patronais, entidades confessionais e associações voluntárias de apoio à reforma agrária revelaram números que ultrapassaram por demais aqueles coletados nos antigos Cadastros. Por outro lado, a qualidade das informações autoriza uma interpretação mais circunstanciada e acurada de cada situação de conflito.

Registre-se a partir destas versões para apenas 04 Unidades da Federação da região amazônica, isto é, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia foram levantadas 371 situações de conflito, correspondendo a uma área de 5.666.430 ha e envolvendo 82.447 famílias. A diferença entre estes dados e aqueles dos Cadastros só não é maior porque não foi possível consultar as versões concernentes aos demais Estados. Ressalte-se que estas versões originais dos PRRAs tiveram vida efêmera e não foram formalizadas. Por imposição do Conselho de Segurança Nacional, que havia passado a assessorar a Presidência da República, desde que orientou a elaboração da versão definitiva do Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985), tais versões foram modificadas e reformuladas com a subtração de dados concernentes a conflitos em muitas delas. Os textos publicados no *Diário Oficial da União*, em maio de 1986, aprovando os PRRAs, não contêm semelhantes dados<sup>(31)</sup> e as publicações levadas a efeito pelo INCRA ou apresentam total omissão (casos do Acre, de Goiás) ou confirmam apenas os totais assinalados naquelas versões originais (casos do Pará e de Rondônia) ou apresentam os totais só que segundo uma atualização que aumenta o número de imóveis arrolados (casos do Mato Grosso e do Maranhão). No PRRa de Mato Grosso assevera-se que “já estão catalogados mais de 250 conflitos” (p. 7)<sup>(32)</sup>, enquanto que a versão original assinala 144; no PRRa do Maranhão estima-se “mais de 100 conflitos” que envolveram, aproximadamente 15.000 lavradores, num território estimado em mais de dois milhões de hectares” (p. 8)<sup>(33)</sup>, superando a versão original em número de conflitos e área, mas apresentando um número inferior de famílias.

Quanto à caracterização dos imóveis rurais nestas zonas críticas de conflito verificou-se que em sua quase totalidade são classificados como latifúndio. Em diversas situações seus respectivos domínios constituem, em grande parte, resultado de concessões de grandes extensões de terras públicas a grupos econômicos e de alienação através de concorrência pública em módulos de 500 a 3.000 ha. Sobre saem, neste particular, aqueles imóveis localizados no Sul do Pará e no Oeste do Maranhão<sup>(34)</sup>.

II

Contrapondo-se a Proposta ao PNRA lançada pelo MIRAD, às suas formulações associando os conflitos de terra ao processo de concentração fundiária e à doação do instrumento desapropriatório, os interesses latifundiários fizeram-se manifestar também por dentro dos meandros do aparato de Estado. Segmentos da burocracia estatal, que haviam conduzido as ações fundiárias no período ditatorial, foram reacionados. O Conselho de Segurança Nacional, em cuja Secretaria-Geral se haviam encastelado os quadros especializados em “problemas agrários” (advogados, agrônomos, oficiais militares) oriundos do antigo MEAF, do GETAT, do GEBAM e da FUNAI, constituiu o lugar institucional de onde começou a ser urdida uma contra-estratégia conservadora e contrária à Proposta de reforma agrária encetada pelo MIRAD. Posições conflitantes passaram, deste modo, a permear os aparelhos de poder, revelando as próprias ambiguidades e níveis de contradição dos compromissos políticos que resultaram na chamada “Nova República”. O Estado tornou-se uma arena de disputas para orientar seu plano de ação agrária.

Em agosto de 1985, dois meses após o lançamento da Proposta ao PNRA no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o Conselho de Segurança Nacional fez circular um documento intitulado “Política Nacional de Desenvolvimento Rural – PONDERI” colidindo frontalmente com a referida Proposta e com disposições do Estatuto da Terra. Ato contínuo, o General de Brigada Rubens Bayma Denys, que acumulava as funções de Ministro-Chefe do Gabinete Militar e de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, encaminhou ao Presidente da República a Exposição de Motivos 021/85. Propunha a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo CSN, com a finalidade de elaborar documento concernente às ações do governo e aos instrumentos necessários à “Fixação do Homem no Meio Rural”. Para compor tal GTI convocava representantes dos seguintes ministérios: Justiça, Fazenda, Transportes, Agricultura, Educação, Comunicações, Interior, Minas e Energia, Indústria e Comércio, Saú-

TABELA 04

DADOS DE CONFLITOS DE TERRA NOS PRRAs DA REGIÃO AMAZÔNICA

UF	Nº. de Municípios	Conflitos		Área (ha)	Nº. de Famílias
		Nº. de Imóveis	Nº. de Conflitos		
MA	45	—	—	1.260.751	28.497
MT	30	144	—	—	24.297
PA	29	—	122	1.668.610	21.727
RO	—	60	—	2.737.064	7.926

FONTE: Planos Regionais de Reforma Agrária dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia, dez.. 1985. (versão original, antes de serem reformulados com vistas à publicação no Diário Oficial da União).



de, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ainda a Secretaria Especial de Ação Comunitária e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Consoante este documento o CSN reavivava as concepções de conflitos agrários e distorções na estrutura fundiária atreladas à pressão demográfica e às migrações internas. Novamente insistem no problema da distribuição demográfica sobre o território brasileiro como fator determinante das tensões sociais. As "áreas prioritárias" a serem selecionadas, segundo o documento, deveriam apresentar uma ou mais das características a seguir descritas:

- "atingidas ou propensas ao êxodo do campo;
- com *excedentes populacionais* não utilizados ou subutilizados;
- com quadro potencial ou real de agravamento do nível de *tensão social* por questões agrárias;
- com vocação agrícola não explorada adequadamente, que assegure ocupações rurais produtivas de baixos custos;
- não situadas na sede dos municípios (distritos);
- deficientes de infraestrutura agrícola e situadas em *novas fronteiras agrícolas, sujeitas a pressões sociais* e ou incidência de indesejável *retorno da corrente migratória*". (EM 021/85 p. 2) (g. n.)

Com este projeto de "fixação do homem no meio rural" planejavam inverter a tendência do chamado "êxodo no campo", orientando os fluxos migratórios a partir da "criação de pólos de atração agrícola" (ibid.) ou retendo os migrantes potenciais em suas regiões de origem. Confinando a explicação dos conflitos no âmbito da demografia erigiam fortes obstáculos à aprovação da Proposta ao PNRA pela Presidência da República, porquanto demonstravam uma suposta inocuidade dos instrumentos desapropriatórios previstos no Estatuto da Terra. O demografismo de suas formulações elidia os conflitos ao nível das relações de trabalho e dos processos reais subjacentes às formas de acesso ao meio de produção básico, a terra. Imaginavam assim, despolitizar os antagonismos sociais e neutralizar as reivindicações dos movimentos camponeses, que então conheciam grau elevado de mobilização.

Esta Exposição de Motivos, por outro lado, abordava questões que seriam de atribuição do MIRAD e do Ministério da Agricultura. Deslocava competências para o âmbito da Secretaria Geral do CSN e lhe conferia autoridade no trato dos problemas agrários constituindo numa interferência direta na elaboração da versão definitiva do PNRA, que se encontrava em curso com inúmeras reformulações impostas pela Presidência da República ao MIRAD.

Em 19 de agosto de 1985 o Presidente da República aprovou a mencionada Exposição de Motivos. Ao fazê-lo definiu indiretamente a orientação a ser imprimida ao PNRA.

O referido GTI realizou pelo menos três reuniões e seus resultados foram encaminhados no início de outubro à Presidência da República. Em 8 de outubro o *Diário Oficial da União* publicava a Exposição de Motivos nº. 501, intitulada "Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)", que objetivava estabelecer as bases para uma "harmonização" entre a "reforma agrária e a política agrícola". Tal Exposição de Motivos representa um mero desdobramento do PONDARI elaborado em agosto sob a chancela do CSN. Dentre seus signatários, entretanto, não se incluíam seus verdadeiros autores. Assinaram-na os Ministros do Planejamento, da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. A omissão dos autores reais evidenciava a força interna da Secretaria Geral do CSN, de impor como de outros ministérios as suas próprias formulações. Esta definição daquele choque de forças dentro do Estado assegurava o terreno para a assinatura e promulgação do PNRA, cuja elaboração fora também balizada e condicionada pelas orientações do CSN. (GOMES DA SILVA; 1987: 128-136).

Com efeito, dois dias depois, em 10 de outubro de 1985, o Presidente da República assinava o Decreto 91.766 instituindo o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989), após ter recusado onze versões apresentadas pelo MIRAD, a cada vez que se exigiam modificações, e ter acolhido uma versão inteiramente modificada pela sua assessoria direta. Dentre as modificações efetuadas assinale-se aquelas que pretendiam neutralizar o instituto da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e retirar poderes e competências ao INCRA e ao MIRAD. No primeiro caso tem-se a ênfase na "negociação" que segundo modificação enxertada na proposta do MIRAD pela assessoria da Presidência da República "é o primeiro instrumento a ser tentado". No outro tem-se que os planos regionais de reforma agrária seriam executados somente após a aprovação do Presidente da República, quando até en-

tão a competência de aprová-los era deferida ao próprio INCRA.

Nos termos do Decreto deve-se evitar a desapropriação dos latifúndios que desempenhem função social da propriedade, mantenham níveis satisfatórios de produtividade, assegurem a conservação dos recursos naturais etc. Tal dispositivo contraria mais uma vez o Estatuto da Terra ao tentar impor a figura controversa do "latifúndio produtivo". Aquelas áreas nas quais se constata elevada incidência de arrendatários ou parceiros representam um dos critérios para se desapropriar. O Decreto diz exatamente o inverso. Na prática os contratos agrários passarão a ser utilizados para evitar a desapropriação, desviando, assim, a reforma agrária de seu eixo principal.

Num ato de discordância explícita com tais intervenções indevidas no PNRA solicitaram demissão imediata o então Presidente do INCRA, José Gomes da Silva, e o Procurador Geral da autarquia, Luiz Edson Fachin.

A este tempo os conflitos agrários haviam assumido uma característica de tragédia tantas eram as denúncias de arbitrariedades e atos de violência. O Ministério da Justiça estudava a realização das "operações de desarmamento" em zonas críticas de tensão social e conflito, reeditando um mecanismo acionado em 1982 pelo Governo do General Figueiredo. O Ministério do Exército, embora reconhecendo que tal procedimento é de atribuição da Polícia Federal, colocava-se à disposição do Presidente da República para agir nestas regiões se necessário.

A aprovação do PNRA foi, portanto, cercada de muitas cautelas que compunham a contra-estratégia latifundiária e que mantinham ajustados os mecanismos coercitivos. Assim, um dia após a promulgação do decreto que instituiu o PNRA foi oficializada a alteração na estrutura organizacional do Exército. Em 11 de outubro de 1985 foram instituídos os chamados Comandos Militares em substituição aos denominados Exércitos:



Conflito na fazenda "Terra Bela" (Buriticupu-MA)



“Com a nova disposição desapareceu o conceito de Exército em tempo de paz, porque a antiga estrutura leva em consideração apenas os escalões operacionais (divisão interna que consistia em: Exército, Divisão, Brigada, Batalhão, Companhia e Pelotão) quer dizer, mobilizava-se um Exército e os outros auxiliavam. A transformação em Comandos Militares (designação mais apropriada) tornou possível, pelo menos teoricamente, a mobilização de vários comandos, simultaneamente, porque até então, o país tinha de mobilizar no máximo dois dos quatro exércitos existentes. Isto é, os outros dois dariam cobertura a-queles eventualmente mobilizados.”

(MIYAMOTO; 1985:391-393)

A relação entre estas alterações organizacionais e as zonas críticas de conflito e tensão social, envolvendo movimentos camponeses em processo de luta permanente, se fez sentir na delimitação das áreas adistritas aos mencionados Comandos. Assim, de acordo com MIYAMOTO, teriam ocorrido duas modificações “extremamente significativas” (ibid. 392), a primeira referente a criação do Comando Militar do Sudeste e a segunda diretamente vinculada aos conflitos agrários na Amazônia:

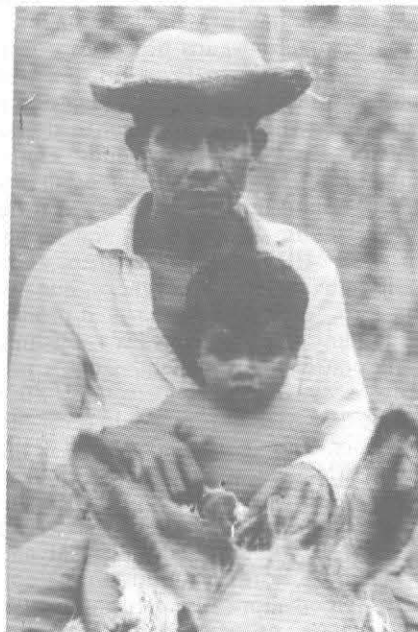
“A segunda grande modificação foi excluir do antigo IV Exército o Estado do Maranhão, subordinando-o ao Comando da Amazônia. O que significa dizer que todos os locais potenciais de conflitos fundiários, incluindo aquele Estado, o Pará, o Acre e o Norte de Goiás, ficam sob um único Comando, a partir desta reforma, o que agiliza as tomadas de decisão”

(MIYAMOTO; 1985:393) (g.n.)

Os três documentos legais, aprovados entre 8 e 11 de outubro, bem complementam os obstáculos erguidos pela contra-estratégia latifundiária às mobilizações no campo e às tentativas de realização de uma reforma agrária.

COMISSÕES AGRÁRIAS:  
IMOBILISMO E QUEBRA DO  
RITMO DOS PROCESSOS  
DESAPROPRIATÓRIOS

As limitações em torno da versão definitiva do PNRA, a morosidade na reformulação dos PRRAs e a ofensiva dos setores conservadores no campo, notadamente a partir de maio de 1985 com a fundação da União Democrática Ruralista, que sobrepujou as federações patronais com uma militância belicista e aguerrida; não inibiram inicialmente a utilização do instrumento de desapropriação por interesse social. Um rito de características



J. Alcázar



J. Alcázar



J. Alcázar

emergenciais prevaleceu até a criação das Comissões Agrárias em agosto de 1986. Consoante este procedimento em 25 de outubro de 1985 foram desapropriadas as primeiras áreas na Amazônia. A partir daí e até 1º de julho de 1986 foram desapropriados 67.694,23 ha no Maranhão, 67.245,95 ha no Pará, 33.027,93 ha em Rondônia, 65.939,66 ha no Mato Grosso, 56.083,80 ha em Goiás e 2.983,95 ha no Acre. Durante este período os conflitos recrudesceram. Os latifundiários ampliaram suas milícias privadas e mesmo escudados em mandados de reintegração de posse precederam a expulsões de posseiros, desenvolvendo uma ação de terra arrasada. Povoados camponeses foram inteiramente destruídos, notadamente, no Vale do Mearim (São Manuel, Serraria, Palmeira Torta) e do Itapecuru no Estado do Maranhão e na região norte do Mato Grosso. Em julho de 1986 numa Informação Técnica ao Ministro do MIRAD, a Coordenadoria de Conflitos Agrários do referido ministério estimava em 892 as situações de conflito na região amazônica, sendo que destas 778 localizavam-se no Mato Grosso, Pará, Maranhão e Goiás.

Durante os meses de junho e julho de 1986 o Mutirão Contra a Violência,

organismo recém-criado pelo Ministério da Justiça, coordenado pelo Coronel Curt Pesseck recebia um total de 185 denúncias no meio rural:

“O Estado do Maranhão aparece como o mais violento, com 41 queixas apresentadas, envolvendo assassinatos, denúncias de agricultores contra proprietários e destes contra invasores de suas terras, além de acusações contra autoridades.”

(Jornal da Tarde. São Paulo, 18/08/86 – “O campo conta seus problemas de segurança: em 2 meses 185 denúncias”)

Neste mesmo período o Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, elaborou um “caderno das fazendas em conflito e identificação dos grupos armados”, segundo o *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1986 – “Desarmamento Rural Tem Prazo”, compreendendo o Norte de Goiás, o Oeste do Maranhão e o Sul do Pará. Tratava-se da medida inicial para desencadear uma Operação de Desarmamento, levada a efeito a partir de 10 de junho em toda a região conhecida como Bico do Papagaio. Mediante protestos do movi-



mento sindical dos trabalhadores rurais e das entidades confessionais, o Ministério da Justiça assegurava que não se repetiria a operação realizada em 1982, no governo do General Figueiredo, que se limitou a desarmar os camponeses: "Brossard promete desarmar fazendeiros também - Exaltado, afirma que não repetirá Abi-Ackel que em 1982 só tirou armas dos posseiros". *Correio Brasiliense*. Brasília 4 de junho de 1986.

Estas zonas críticas de conflito e tensão social já haviam sido objeto de inúmeras ações do MIRAD instruindo processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. A operação do Ministério da Justiça, entretanto, não se realizava em conjunto com o MIRAD, havendo inclusive discordâncias entre os dois Ministérios quanto ao tratamento da questão. Não obstante, continuavam tramitando no MIRAD aqueles processos referidos e em várias situações já havia se aplicado o rito emergencial com a aplicação do decreto desapropriatório. Até então as situações mais graves assim tratadas referiam-se a Fazenda Capetinga (Redenção-PA), Fazenda Joncon (Conceição do Araguaia-PA), Fazenda Juarina (Colnéia e Couto de Magalhães-GO), dentre outras.

Em julho de 1986 encerra-se o período de aplicação do rito emergencial. A partir das Comissões Agrárias, que paradoxalmente tinham sido concebidas como mecanismos de democratização da reforma agrária, percebe-se que o MIRAD e o INCRA não se mostravam mais capazes de gerar iniciativas que rompessem com os imobilismos e com os entraves colocados pela contra-reforma. A inexistência de uma orientação e prioridade, quanto a que imóveis deveriam ser desapropriados levou a que fossem instruídos processos relativos a imóveis cuja desapropriação só interessava aos proprietários. Os latifundiários beneficiavam-se, livrando-se de terras de baixa qualidade, que transferiam aos camponeses vantajosamente através do PNRA. A chamada "desapropriação amigável" tornou-se freqüente sob uma visão iludida de conciliar interesses divergentes. Na Amazônia, as Comissões Agrárias funcionaram como fator para esfriar o ritmo imposto ao processo desapropriatório. No decorrer do ano de 1987 a Co-

missão do Estado do Pará reuniu-se uma única vez. Em inúmeras unidades da federação foram arquivados processos considerados prioritários para os movimentos sociais. Entraves burocráticos de toda a sorte marcaram o funcionamento destas Comissões, que acabaram tendo efeito desmobilizador pela ilusão de participação e de igualdade de representação entre os interesses dos camponeses e aqueles patronais. O MIRAD, por seu turno, abdicou de acionar o rito emergencial, que poderia ter "corrigido" em parte o problema de um direcionamento da reforma agrária consoante as demandas dos movimentos sociais. Entre agosto de 1986 e maio de 1987 tal rito teria sido acionado apenas por duas vezes nos casos da Gleba Aymorés (MT) e Castanhal Araras (PA).

A reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais de extinção imediata do GETAT e do GEBAM não foi atendida. Foram mantidos (35) sob gestão conservadora e sem rupturas maiores com as orientações anteriores. A pressão das mobilizações camponesas nesta região foi muito intensa e logrou algumas desapropriações. De 29 de novembro de 1985, data da primeira ocorrência em área do GETAT, até 15 de janeiro de 1987 foram desapropriados 15 latifúndios correspondendo a uma área de 77.673,57 ha beneficiando a 1.208 famílias camponesas.

No mais o total da área desapropriada pelo MIRAD na Amazônia, após o fim da aplicação do rito emergencial, encontra sua explicação nas chamadas "desapropriações amigáveis" e na conjuntura pré-eleitoral de novembro de 1986. Os compromissos políticos na esfera regional; através das comissões agrárias, atuaram como fator de despolitização da reforma agrária. Privilegiaram os chamados "acordos" em detrimento das reivindicações sindicais. Os quase um milhão e quinhentos mil hectares desapropriados na região amazônica até 15 de dezembro de 1987 devem também ser interpretados tendo-se em conta estas ressalvas.

A PARALISIA DO PROCESSO  
DESAPROPRIATÓRIO COM A  
REEDIÇÃO DAS AQUISIÇÕES



J. Alcázar

Com o gradativo enfraquecimento do que seria o instrumento principal da reforma agrária e a desativação dos setores mais ágeis da burocracia dos órgãos fundiários, juntamente com as sucessivas modificações na direção do MIRAD, configurou-se um quadro agravador do imobilismo. Privados dos meios elementares de exercer com plenitude sua finalidade precípua os órgãos fundiários foram investidos de uma passividade a gosto dos interesses da contra-reforma. As próprias estatísticas e análises acerca dos conflitos e dos homicídios dolosos cometidos neste período e que haviam sido elaboradas em 1985 e 1986 pelos setores competentes, não foram mais sistematizadas para divulgação ampla. A reedição do caráter reservado e de circulação restrita dos levantamentos acobertava a incapacidade técnica. As verificações *in loco* foram igualmente limitadas (36). Com a inércia generalizada passou-se, implicitamente, no caso da Amazônia, a um endosso tácito de forma de dominação pela força bruta que prosseguiram sendo acionadas por latifundiários e grileiros, seguros de que nem mesmo as sanções previstas no Estatuto da Terra seriam aplicadas.

A extinção do GEBAM (Decreto nº 92.678 de 19 de maio de 1986), e aquela do GETAT (Decreto-Lei nº 2.328 de 05 de maio de 1987) ocorreram sem provocar rupturas significativas. A extinção do INCRA (Decreto-Lei nº 2.363 de 21 de outubro de 1987) representou um novo golpe desfechado contra o instrumento de desapropriação por interesse social ao preconizar a inexistência de imóveis rurais, cuja área contínua não exceda a mil e quinhentos hectares, na região de atuação da SUDAM. Em janeiro de 1989 ocorreu a extinção formal

AMAZÔNIA - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESAPROPRIAÇÕES ( 15/03/85 - 15/12/87)

Unidades da Federação	Nº. de Decretos	Área Total (ha)	Capacidade de Assentamento (Nº. de Famílias)	Nº. de Áreas com Imissão de Posse	Nº. de Áreas com Projeto Assentamento	Área Total (ha) dos Projetos de Assentamento	Capacidade de Assentamento (Nº. de Famílias)	Nº. de Famílias Assentadas
Rondônia	012	161.071,5590	3.781	07	06	85.179,2215	1.839	427
Acre	006	75.681,1223	1.609	04	04	68.240,8117	1.482	-
Amazonas	003	103.545,0000	1.628	01	02	25.275,0000	320	-
Pará	026	256.675,5238	3.598	08	08	101.682,4490	2.019	-
Maranhão	022	307.900,5942	7.763	15	14	162.143,8175	3.946	-
Mato Grosso	039	447.901,3019	8.815	18	21	142.966,7473	2.235	-
Goiás	025	140.988,2044	2.945	03	10	67.789,3490	1.224	41
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>1.493.763,3056</b>	<b>30.139</b>	<b>56</b>	<b>65</b>	<b>653.277,3960</b>	<b>13.065</b>	<b>468</b>

FONTE: Áreas obtidas para assentamento (INCRA/NIB/DP/DPO - 15/12/87).



do MIRAD. Em março o Congresso Nacional votou a revogação de parte do Decreto nº 2.363 e o INCRA foi mantido, porém, com sua capacidade de ação restringida e novamente subordinado ao Ministério da Agricultura, como durante o regime militar.

A revogação do Decreto nº 1.164 de 1º de abril de 1971 ocorreu em 24 de novembro de 1987 através do Decreto-Lei nº 3.375 e deixou vastas áreas tais como os Municípios de Itaituba, Altamira e Marabá (PA) provisoriamente sob jurisdição federal, aguardando manifestação do Ministério do Exército. Consoante os Decretos nº 95.859, de 22 de março de 1988, e nº 97.596, de 30 de março de 1989, foram consideradas afetadas a uso especial do Exército 35 áreas na Amazônia, numa extensão superior a 6 milhões de hectares. Todas estas redefinições legais pertinentes à Amazônia sem atenderem às reivindicações dos movimentos sociais revelaram-se inócuas e não propiciaram condições factíveis de reverter a tendência anti-reformista. Ao contrário, acentuaram-na, porquanto permitiram pelo imobilismo consideráveis avanços dos interesses latifundiários. Estes se propagaram no judiciário e nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Na primeira situação o MIRAD só logrou obter imissão de posse de pouco mais de um terço daqueles imóveis cujos decretos foram publicados, na outra os interesses latifundiários conseguiram impor a noção de "propriedade produtiva" na nova Constituição.

Em suma, pode-se asseverar que o golpe de misericórdia no já desacreditado MIRAD não veio propriamente das decisões da Assembléia Nacional Constituinte relativas à não desapropriação de terras consideradas "produtivas", mas sim de reedição dos atos de aquisição. Com o ato de assinatura pelo Ministro do MIRAD no Estado do Pará, no dia 24 de maio de 1988, das escrituras de compra de terras públicas aforadas, reeditava-se a aquisição como solução para antagonismos em benefício dos latifundiários foreiros e em detrimento da desapropriação. O MIRAD adquiriu 56 imóveis rurais, sendo 53 afo-

gados e 03 titulados, localizados no não-demarcado Polígono dos Castanhais, no Sul do Pará, com uma área correspondente a 205.303 ha, com 2.670 famílias de posseiros, por um montante equivalente a 404.613 Títulos da Dívida Agrária, res-

quer outra medida concreta e deixando interrogações diversas acerca do desfecho dos conflitos que se mantêm acirrados e sem perspectivas de solução.

Os 3.502.217 ha desapropriados até abril de 1989 devem, pois, ser também li-

TABELA 07  
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESAPROPRIAÇÕES NA AMAZÔNIA  
(1985 - dezembro de 1989)

Unidade da Federação	Nº. de imóveis	Áreas Desapropriadas (ha)	Famílias Assentadas
ACRE	14	231.678	7.378
AMAZONAS	13	293.596	4.063
TOCANTINS	35	167.313	3.875
MARANHÃO	53	596.506	14.528
MT. GROSSO	50	690.264	9.991
PARÁ	57	887.985	14.421
RONDONIA	09	480.411	10.624
TOTAL	241	3.348.753	64.280

No caso do Pará não se incluem as aquisições. Os dados correspondentes ao Estado do Tocantins foram desmembrados daqueles de Goiás.  
FONTE: INCRA, janeiro de 1990

gatáveis em cinco anos, mas com prazo de carência de dois anos, correspondendo a aproximadamente 2,2 bilhões de cruzados<sup>(3,7)</sup>. Estas áreas após a referida assinatura foram repassadas ao governo estadual e seu órgão de terras, o ITERPA, que se incumbiriam do assentamento dos posseiros. Teria prevalecido neste ato a pressão dos donos e dos foreiros que exploram os castanhais. Queriam se desfazer vantajosamente de algumas áreas, que efetivamente já estavam com sua produção controlada pelos posseiros. Assim diversas zonas mais críticas do referido Polígono permaneceram excluídas de qualquer ação oficial. Numa leitura mais direta pode-se afirmar em consonância com as próprias interpretações de Silva (1988: 21) que os órgãos fundiários correm o risco de serem convertidos numa agência de corretagem de terras sem apresentar qual-

dos com mais uma ressalva, qual seja, a da utilização difusa do instrumento da aquisição de imóveis rurais notadamente nas gestões dos Ministros Jäder Barbalho e Leopoldo Bessone, quando aproximaram de 450.000 ha.

Em dezembro de 1989, oito meses depois, a tramitação de processos com fins de desapropriação encontrava-se inteiramente paralizada. No decorrer deste período observe-se que no Mato Grosso foram desapropriados apenas 8.187 ha.; no Acre 20.100 ha., em Rondônia 26.743 ha., no Amazonas 30.583 ha. e no Maranhão somente 38.006 ha.

Comparando-se com as metas previstas pelo PNRA para o período 1985-89 tem-se um resultado geral inexpressivo. No Maranhão só foram atingidos 16,7% da área prevista e 11,09% de famílias a serem assentadas. No Pará foram alcançados tão somente 16,3% da área e cerca de 19% no número de famílias. Em Rondônia 37,9% da área e cerca de 49% do número de famílias. No Acre cerca de 39% da área prevista e 89% das famílias assentadas. No Amazonas somente 13% da área prevista e 13% do número de famílias assentadas. Para além destes números a situação no conjunto dos projetos de assentamento tem-se revelado por demais grave, sem que tenham sido implementados os serviços elementares previstos.

A CONTRA-ESTRATÉGIA  
AUTORITÁRIA NO CONTROLE  
DA AMAZONIA

TABELA 06  
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESAPROPRIAÇÕES NA AMAZÔNIA  
(1985 - ABRIL DE 1989)

Unidade da Federação	Áreas Desapropriadas (ha)	Famílias Assentadas
Acre	211.578	7.056
Amazonas	263.013	2.363
Goiás	125.512	5.002
Maranhão	558.501	12.544
Mato Grosso	698.451	8.362
Para*	1.091.504	13.098
Rondônia	453.658	7.984
TOTAL	3.502.217	56.409

\*Incluem-se as aquisições que correspondem a 254.320 ha.  
FONTE: INCRA/DPO - Abril 1989.

Uma análise mais detida dos resultados objetivos desta experiência malograda de reforma agrária, talvez possa vir



a sugerir que a chamada “transição democrática” e, por extensão, as práticas de democracia, que asseguram os direitos elementares de cidadania, só tangencialmente chegaram a área rural e, com toda certeza, não chegaram aos camponeses e grupos indígenas da fronteira. As mobilizações sociais se mantêm intensas na Amazônia. A neutralização dos instrumentos básicos de reforma agrária e o esvaziamento do MIRAD deixaram em aberto, como que vago, um lugar institucional de interlocução. Os interlocutores oficiais, que se dispõem nas instâncias de poder, passada a fase transitória de ação emergencial do MIRAD, permanecem sendo os organismos subordinados direta ou indiretamente ao ex-CSN, agora denominado Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República. Reeditaram medidas nos moldes do GETAT e do GEBAM com o fortalecimento dos múltiplos Projetos Especiais da Calha Norte, a partir de meados de 1986, e do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFAO), conforme a Exposição de Motivos nº 002, publicada no *Diário Oficial* de 10 de março de 1989. Passaram a coordenar o Programa Nossa Natureza, lançando em 12 de outubro de 1988, orientando sua Comissão Executiva e seus grupos de trabalho interministeriais. Indiretamente passaram a também orientar o IBAMA e sua política florestal e de controle dos desmatamentos. Assessoram as decisões relativas à política mineral. A partir de setembro de 1988 com a designação do advogado Iris Pedro para a Presidência da FUNAI lograram que o dirigente do GETAT durante cinco anos e afinado com seus pressupostos de ação passasse a conduzir formal e explicitamente a política indigenista. Outra vez,

numa moldura diferente, todos os problemas cruciais da Amazônia são alçados à condição de matéria de “segurança”. A questão ambiental, a mineral, a indígena, a camponesa e a da própria industrialização da Amazônia tornaram-se explicitamente (ou sempre foram mantidas potencialmente, a despeito do término formal do regime ditatorial) problemas da alçada, direta ou indireta, da burocracia militar e seus quadros especializados. A administração dos conflitos e tensões sociais acha-se confinada nos domínios estreitos desta competência. Este parece ser o leito institucional em que os conflitos e antagonismos sociais na Amazônia estariam agora se derramando, debatendo-se tragicamente na ânsia de soluções democráticas (aparentemente cada vez mais longínquas) e não-coercitivas (cada vez mais improvável considerados os índices de violência em conflitos agrários registrados nos últimos meses).

Certamente que esta “aparente” hipertrofia não é um dado conjuntural ou contingente e traz em seu bojo estratégias pelas quais aqueles que detêm o poder se permitem minimizar a tragicidade dos antagonismos ao perseguirem soluções econômicas, consideradas essenciais e inibidoras de mudanças profundas. A compreensão de sua logicidade talvez esteja embutida nos esforços de resposta à pergunta: as instâncias centralizadoras de poder podem “abrir mão” ou penalizar os mecanismos de violência e coerção na fronteira sem erigir obstáculos incontornáveis para a reprodução da vertente autoritária do capitalismo?

\* ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
Mestre em Antropologia Social e autor de diversos artigos referentes a questões fundiárias.

NOTAS

- (1) Para maiores esclarecimentos sobre as relações entre estes segmentos camponeses e os empreendimentos agropecuários na fronteira leia-se ESTERCI, Neide – *Conflito no Araguaia – Peões e Possesores contra a grande empresa*. Petrópolis, Vozes, 1987. pp. 133-167.
- (2) Cf. BARRINGTON MOORE Jr. – *As origens sociais da ditadura e da democracia – Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Cosmos/M. Fontes, 1975. pp. 555-582.
- (3) *As relações entre o sistema repressor da força de trabalho e o desenvolvimento de uma vertente autoritária do capitalismo na fronteira são analisadas em: VELHO, O. G. – Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo, Difel, 1976. pp. 174-246.
- (4) Cf. *Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, CONTAG, 1973.
- (5) Para explicações mais detalhadas consulte-se o Memorial. Brasília, CONTAG, 19 de abril de 1974. 61 p.
- (6) Para outras informações leia-se: *Comissão Pastoral da Terra – CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis, Vozes, 1983. 105 p.
- (7) ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de – “As áreas indígenas e o mercado de terras – Por que empresários e organizações financeiras internacionais estão defendendo a imediata demarcação das áreas indígenas?” *Povos Indígenas do Brasil 1984*. São Paulo, CEDI, 1985. pp. 53-59.
- (8) Vide ALMEIDA, A.W.B. de – “Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa” in *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. José M. Gonçalves A. Jr. (org.) São Paulo, Ed. Brasiliense/Brasília-CNPq, 1986. pp. 263-293.
- (9) Cf. “Moura Cavalcanti afirma que o aspecto social é mais importante na Amazônia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1972.
- (10) Cf. “INCRA propõe-se a rever política para a Amazônia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1973. p. 25.
- (11) Neste mesmo mês o INCRA concluiu a licitação pública para a aquisição de terras no Estado do Pará e no Território de Rondônia anunciando oficialmente que 430 pessoas foram consideradas legalmente aptas para ocuparem lotes de 2 a 3 mil hectares nas glebas Anapu, Aratu e Uruará. Ainda neste mês abriu-se nova concorrência para aquisição de propriedades na Amazônia, a ser julgada em 15 de outubro, quando seriam oferecidos mais de 2 milhões de hectares a pessoas físicas ou jurídicas interessadas.
- Para maiores dados consulte-se: “Reis Veloso leva grupo de 12 empresários para visitar Amazônia em agosto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1973 e ainda *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de julho de 1973, p. 14.
- (12) Vide “Amazônia: de Colonos a Empresários”. *Opinião*, 15 de abril de 1974. p. 2.
- (13) “Paulinelli fala em reduzir as migrações”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1974.
- (14) A FUNAI pela Portaria nº. 754/P/1976 também criou um Grupo de Trabalho para atuar em conjunto com o INCRA. Esta iniciativa também não obteve êxito e os seus resultados foram reunidos na seguinte publicação: *INCRA – Desenvolvimento e Integração – GT – Port. 724/76*. Brasília, 1978. 228 pp.
- (15) Segundo dados coletados no INCRA em 1985 tem-se que no período de 1970 a 1984 foram criados 64 projetos de colonização oficial, cobrindo uma superfície superior a 12 milhões de hectares e proporcionando o assentamento de 86.503 famílias das quais 65.435 na Amazônia (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima).
- (16) Cf. ZANATTA, Odair – *A legislação e a ocupação do território nacional*. Brasília, INCRA, 1980. p. 13.
- (17) Cf. RIBEIRO, Nelson de F. – *Pronunciamento do Ministro da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário no Plenário da Câmara dos Deputados sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, MIRAD, 1985. 23 p. c/ Anexos.

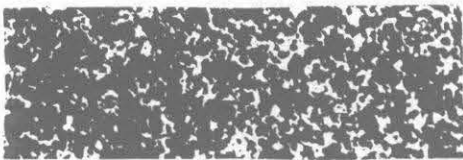


Foto: Arquivo do CIM/IMA



Mobilização indígena em Brasília.



(18) Cf. CONTAG - *As lutas camponesas no Brasil* - 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.

(19) Vide CSN-GETAT - "Estudos sobre o Projeto Carajás". Marabá, SG/CSN-GETAT, setembro de 1981. 31 p.

(20) Segundo relatório da Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais - COMIF, criada em 1985, em 20 anos foram aprovados 621 projetos agropecuários e industriais do FIANAM. Destes, 90 foram cancelados apesar da SUDAM somente realizar fiscalização a cada três anos e oito meses com prejuízos para a União estimados em 4.552.053,24 ORTN que não foram ressarcidos. Para um aprofundamento, consulte-se: GASQUES, José Garcia e YOKOMIZO, Cláudio - *Avaliações dos incentivos fiscais na Amazônia*. Brasília, IPEA, dezembro de 1985. pp. 35-37.

(21) Cf. ALMEIDA, A.W.B. de - "GETAT - A segurança nacional e o revigoramento do poder regional". Revista FIPES. Vol. I nº 2, julho-dez. de 1980, São Luiz. pp. 37-58; e O GETAT e a Arrecadação de Áreas Rurais como terra devoluta. Belém, IDESP, 1985. pp. 12, 13.

(22) Leia-se: CASTELO BRANCO, Carlos - "INCRALegista com Dom João VI". *Jornal do Brasil*, 19/03/80.

(23) Leia-se: "Yokota sugere rapidez para reforma agrária". *Jornal do Brasil*, 31/07/80.

(24) Leia-se: "Antonio Carlos pede pacto social no campo". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19/08/80.

(25) Cf. VENTURINI, General Danilo - *A questão fundiária no Brasil*. Brasília, MEAF, 1985. Vide Anexos.

(26) Para outros esclarecimentos consulte-se: *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, 1964-85. Pesquisa elaborada por Maria Cristina Vanucchi Leme e Wania Mara de Araújo Pietrafesa. São Paulo, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 1985. 217 p.

(27) Entre 1964 e 1985 (fevereiro) foram desapropriados 13,6 milhões de hectares no Brasil, dos quais 10,5 milhões na Região Norte (AM, AC, PA, RO). Sublinhe-se que o elevado volume de áreas desapropriadas em 1971, correspondendo a 6.363.721,65 ha "está representado pelas desapropriações do Polígono de Altamira em função da construção da Transamazônica e das agrovilas da região" (YOKOTA; 1981:37). Outras cotas referem-se igualmente aos projetos de colonização e apenas 5% delas constituem instrumento de resolução de conflitos. Para maiores esclarecimentos consulte-se: YOKOTA, Paulo (Presidente do INCRA) - *Questão Fundiária Brasileira*. Brasília, INCRA, 1981. 42 p.

Para um exame detalhado do quadro demonstrativo das desapropriações deste mencionado período leia-se os Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária. Salvador, MEAF, 20 a 24 de agosto de 1984 (Apêndices) pp. 702, 703 e 714 e 715.

(28) Cf. Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, CONTAG, dezembro de 1985. 413 p.

Este Congresso contou com representantes de 2.600 STRs. A expansão do sindicalismo na fronteira ficou registrada pelos 131 STRs do Maranhão e os 85 do Pará.

(29) MIRAD - Estudo de situação das áreas de conflito da região Araguaia-Tocantins. Brasília, agosto, 1985. p. 2. Relatório elaborado por Comissão constituída através das seguintes Portarias/MIRAD nº 32 de 4 de junho de 1985; nº 33 de 12 de junho de 1985 e nº 40 de 18 de junho de 1985.

(30) Cf. MIRAD/CCA - *Conflitos de Terra*. Brasília, fevereiro de 1986.

(31) Para aprofundamento destas modificações leia-se: SILVA, José Gomes da - *Caíndo por Terra*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987. pp. 119-141.

(32) Cf. MIRAD/INCRA - *Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso*. Brasília, 1986. 12 p.

(33) Cf. MIRAD/INCRA - *Plano Regional de Reforma Agrária do Maranhão*. Brasília, 1986. 14 p.

(34) Leia-se RIBEIRO, Nelson de F. - "A questão agrária na Amazônia" in: *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pp. 143-161.

(35) Para um entendimento desta continuidade de aludida, vide: Pronunciamento do Presidente do GETAT perante a Comissão do Interior da Câmara Federal, Sr. Asdrúbal Mendes Bentes. Brasília, MIRAD/GETAT, setembro de 1985. 48 p.

(36) Destaque-se que os homicídios dolosos em conflitos de terra na Amazônia atingiram entre 1985 e 1987 o total de 479 casos. Trata-se de um número subestimado posto que os dados referentes a 1987 são parciais e foram obtidos fundamentalmente a partir de informações de entidades e STRs, enquanto que nos dois anos imediatamente anteriores os dados haviam sido levantados através da Coordenadoria de Conflitos Agrários e incluem dados referentes a pistoleiros e grileiros, aventureira, vítimas. Esta Coordenadoria foi desativada em dezembro de 1986.

(37) Para uma interpretação acurada concernente a estas aquisições pelo MIRAD do domínio útil destes castanhais consulte-se: SILVA, Fábio Carlos da - "Desapropriação negociada: a exceção que virou regra". Belém, julho de 1988 - mimeo. 23 p.

#### BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA CONSULTADA

ARRUDA, Hélio Palma de (Diteror do Departamento de Projetos e Operações do INCRA) - *Os problemas fundiários na Estratégia do Desenvolvimento e da Segurança*. Informe a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) Brasília, INCRA, 1977. 95p.

ASSIS CANUTO (Coordenador da Implantação da Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental) - "A regularização fundiária da Amazônia e o II PND". *Estudos Agrários*. Ano I nº 0. Abril. Revista Técnica Trimestral do INCRA. pp. 70, 71.

BENTES, Asdrúbal Mendes (Presidente do GETAT) - *Pronunciamento do Presidente do GETAT perante a Comissão do Interior da Câmara Federal*. Brasília, MIRAD/GETAT, 1985. 48 p.

CAMPOS, Roberto de Oliveira (Ministro do Planejamento do governo do General Castelo Branco) - "O Buraco Branco". *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 1988. p. A-3.

INCRA/FUNAI - *Desenvolvimento e Integração - GT - Port. 724/76*. Brasília, 1978. pp. 263-293.

IRIS, Pedro de Oliveira (Presidente do GETAT) - *Pronunciamento oficial*. *Jornal do Tocantins*. Imperatriz, 26 de setembro de 1982. p. 7.

GAMA E SILVA, Roberto, Contra-Almirante (Presidente do GEBAM) - *São mesmos nossos os minerais não-energéticos?* Prefácio de Antonio Ermírio de Moraes. Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985. 164 p.

GASQUES, José Garcia & YOKOMIZO, Cláudio - *Avaliação dos Incentivos Fiscais na Amazônia*. Brasília, IPEA, 1985. pp. 35-37.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - *Criminalidade e violência*. Relatório dos grupos de trabalho de juristas e cientistas sociais. Vol. I. Brasília, 1980. 370 p.

MIRAD/CCA - *Conflitos de Terra*. Levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país em 1985. Vol. I. Brasília, 3 de fevereiro de 1986. 135 p.

----- *Conflitos de Terra*. Levantamento das denúncias de trabalho escravo em imóveis rurais. Vol. 4. Brasília, dezembro de 1986. 156 p.

----- *Conflitos de Terra*. Garimpos e Tensão Social, os garimpos na Amazônia como zona crítica de conflito. Vol. 5. Brasília, setembro de 1986. 72 p.

RIBEIRO, Nelson de F. (Ministro do MIRAD) - *Pronunciamento do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário no Planério da Câmara dos Deputados sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, MIRAD, 1985. 23 p. c/ Anexos.

----- *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pp. 143-161.

SILVA, José Gomes da (Presidente do INCRA) - *Caíndo por Terra*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987. pp. 119-141.

SUAM -

SUDAM - *Estudos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia*. Belém, 1974.

VENTURINI, Danilo, General (Ministro do MEAF) - *A Questão Fundiária no Brasil*. Brasília, MEAF, 1985. 27 p. c/ Anexos.

YOKOTA, Paulo (Presidente do INCRA) - *Questão Fundiária Brasileira*. Brasília, INCRA, 1981. 42 p.

ZANATTA, Odair (Diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA) - *A legislação e a ocupação do território nacional*. Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a política de incentivos fiscais na Amazônia. Brasília, INCRA, 1980. 25 p.

CONTAG - 1981 - A política agrária do governo e os conflitos de terras no Brasil. *O Trabalhador Rural*. Ano 13 - nº 2 dezembro.

#### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de - 1986 - "Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa" in: J.M.G. de Almeida Jr. (org.) *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. Brasília, CNPq/Ed. Brasiliense. pp. 265-293

BARRINGTON MOORE Jr. - 1975 - *As origens sociais da ditadura da democracia*. senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Cosmos/Martins fontes (1967-1ª edição)

LENIN, V.I. - 1980 - *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América* - novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo. Brasil Debates (1ª edição, 1916)



MYIAMOTO, Shiguenoli

1985 – Tese de doutorado em ciência Política. Universidade de São Paulo. pp. 391-396

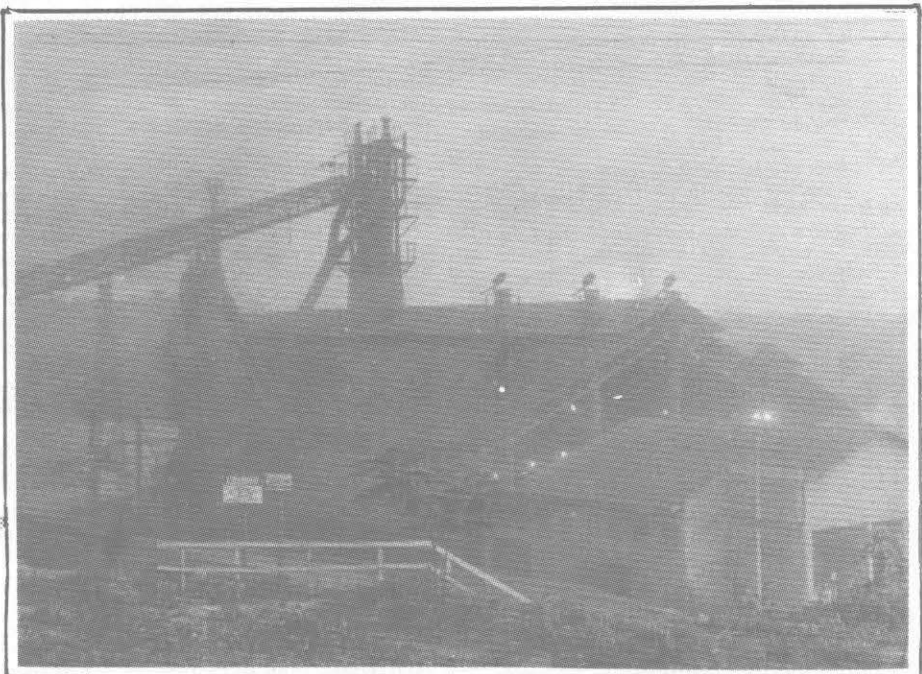
1985 – ‘Diplomacia e Militarismo: Projeto Calha Norte e ocupação do espaço amazônico’ *Revista Brasileira de Ciência Política* 1 - (1) pp. 145-163.

VELHO, Otavio G.

1976 – *Capitalismo Autoritário e Camponato*. São Paulo, Difel

WOLF, Eric. R.

1984 – *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo, Global. pp. 333-361



Ciderurgica "Vale do Pindaré" (Açailândia-MA)

J. Azcárate

**T**rato de analisar o processo de industrialização do Maranhão pós 1965. Traço um panorama histórico que caracteriza dois grandes momentos, um anterior e outro posterior à implantação e operacionalização do Programa Grande Carajás. No primeiro momento adoto uma subdivisão que consiste num levantamento das atividades industriais implantadas até 1970 e aquelas que foram implantadas entre 1971 e 1980. O segundo corresponde às atividades implantadas, evidentemente, entre 1981 e 1990.

Preocupo-me em avaliar e analisar qual a contribuição que o processo de industrialização até aqui desenvolvido no Estado tem dado no sentido da formação de um "parque industrial" capaz de incrementar a produção e o emprego; e que implicações tem imprimido nas condições de vida da população maranhense.

Trabalho considerando o número de indústrias que vão se implantando ao longo do tempo, o número de empregos que essas indústrias têm gerado em relação a determinados ramos industriais, considerados aqui como os mais importantes.

## A Industrialização do Maranhão no rastro do Desenvolvimento

Raimundo Moacir Mendes Feitosa \*

Efetuo uma classificação apriorística em relação àquilo que no corpo do trabalho denomino de "pólos industriais". Tratam-se dos municípios de São Luís, Rosário, Caxias, Codó, Coroatá, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia, Imperatriz, Açailândia e Coelho Neto. Tratam-se daqueles municípios que em 1970, de 1971 a 1980 e de 1981 a 1990, apresentaram ou apresentam a maior concentração de indústrias, do ponto de vista da quantidade

e/ou do ponto de vista do tamanho da e/ou das unidades de produção, isto é, do capital; do número de empregos diretos que o setor gera no conjunto ou que as unidades produtivas geram individualmente; e ainda as características tecnológicas utilizadas nos diversos processos de produção. Portanto, para mim, o Maranhão que conta a história da luta, nem sempre bem sucedida, da industrialização passada e do processo de industrialização presente estaria representado pelos municípios anteriormente referidos.

Utilizo como fonte de dados, entre outras, os "Cadastro Industrial do Maranhão", editados em 1981 e 1989. O primeiro foi realizado pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Maranhão (CEAG/MA) e o segundo pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

O referencial teórico é tomado do campo da Economia Política em seu sentido mais amplo, mais do que, particularmente, do campo especializado da Economia Industrial.

Trata-se de um estudo preliminar, fruto de uma investigação que estou iniciando no Departamento de Economia da UFMA. É, por isto, inconcluso, conta com determinadas lacunas e carece de um aprofundamento analítico mais abrangente. Assim, submeto-o à crítica.

Indústrias Implantadas no Maranhão até 1970

Tabela 01

Municípios	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
São Luís*	222	7.823
Rosário	17	153
Caxias	21	414
Codó	12	140
Coroatá	11	121
Bacabal	17	216
Santa Inês	06	70
Imperatriz	10	160
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>9.097</b>

FONTE: CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO - CEAG/MA - São Luís - 1981.

\*Inclui o município de São José de Ribamar, destacando-se a empresa Quimicanorte que à época empregava 221 trabalhadores.



## 2 - A INDÚSTRIA MARANHENSE EM 1970

Tomando-se como referência os municípios citados no item introdutório a distribuição espacial da indústria maranhense em 1970 comportava-se conforme dados do quadro 01.

Devo observar que as indústrias localizadas nos municípios de São Luís, Rosário, Santa Inês, Bacabal, Codó, Caxias, Coroatá e Imperatriz, em 1970, representavam mais de 80% das indústrias instaladas no Maranhão.

Já à época destacava-se como principal "pólo industrial" a capital do Estado, São Luís. No conjunto, esses oito municípios, contavam com 316 indústrias, ocupando 9.097 trabalhadores, enquanto em São Luís localizavam-se 222 indústrias e 7.823 trabalhadores. Concentravam-se em São Luís, portanto, mais de 70% das indústrias e 86% da força de trabalho do setor industrial distribuída nesses municípios.

Considerando-se que a população economicamente ativa do setor industrial desses municípios, em 1970, era da ordem de 23.831<sup>1</sup> pessoas, posso inferir que somente 38,2% dessa população conseguia efetuar contrato de trabalho. Este aspecto revela que a capacidade de incorporação de mão-de-obra pelo setor era bastante reduzida.

A média de emprego por indústria situava-se pouco acima de 28 empregados, o que demonstra que, na sua grande maioria (305), essas indústrias se constituíam em micro e pequenas unidades de produção. Em 1970 existiam somente 11 indústrias que poderiam ser caracterizadas como proprietárias de médios capitais. Empregavam mais de 100 e menos de 320 trabalhadores. Registra-se para o mesmo ano a existência de apenas duas grandes empresas, a EIT-Empresa Industrial e Técnica e a CAEMA-Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, cada uma empregando, respectivamente, 1.052 e 1.285 trabalhadores. As 11 médias empresas empregavam 24% da força de trabalho, isto é, 2.145 trabalhadores. Por outro lado, as duas grandes indústrias (EIT e CAEMA) empregavam, em 1970, 26% da força de trabalho do setor, ou seja, 2.337 operários. No conjunto, as médias e grandes indústrias ocupavam naquele ano 49% dos trabalhadores ligados diretamente às atividades industriais, enquanto as micro e pequenas indústrias ocupavam 51% (4.615) desses trabalhadores.

Vale a pena lembrar que a participação do Estado no ramo industrial, considerando a questão do emprego, não é nada desprezível. O SIOGE (Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado), este na condição de autarquia, e a CAEMA, na condição de empresa de economia mista, empregavam, em 1970, 1.601 funcionários, ou seja, mais de 20% do total da força de trabalho empregada no setor industrial em São Luís e pouco mais de 17% para o conjunto dos oito municípios em estudo.

Do ponto de vista do emprego, abstraindo-se a participação do setor estatal (SIOGE e CAEMA), os principais ramos industriais do setor privado da economia maranhense, em 1970, eram os setores da construção civil; óleos, gorduras e ceras vegetais e animais; produtos alimentares; gráfico; químico; madeira; têxtil; sabão, detergentes, glicerina e velas; bebidas não alcoólicas e minerais não metálicos. Estes ramos de atividades, no conjunto, eram proprietários de mais de 40% (140) das unidades de produção e empregavam cerca de 75% dos trabalhadores do setor industrial, conforme pode ser observado a partir dos dados da tabela 02. Por outro lado a média de emprego por empresa, relativa a esses ramos industriais situava-se em torno de 50 trabalhadores.



J. Alcântara

Indústrias Implantadas até 1970, Segundo os Principais Ramos de Atividades

Tabela 02

Ramos de Atividades	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
1) Construção Civil	18	1.697
2) Captação, Tratamento e Distribuição de Água	01	1.285
3) Óleos, gorduras e ceras vegetais e animais	17	870
4) Produtos Alimentares	51	821
5) Indústria Gráfica	11	513
6) Produtos Químicos	02	451
7) Indústria de Madeira *	22	437
8) Indústria Têxtil	06	300
9) Sabão, Detergentes, Glicerinas e velas	07	241
10) Bebidas não Alcoólicas	01	152
11) Minerais não Metálicos	04	150
<b>Sub-Total</b>	<b>140</b>	<b>6.817</b>
12) Outros	176	2.280
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>9.097</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO - CEAG/MA - 1981.

\* Inclusive a indústria do mobiliário.

Entre os 11 principais ramos de atividades, apresentados na tabela 02, devo destacar os setores da construção civil; óleos, gorduras e ceras vegetais e animais; produtos alimentares e produtos químicos. Estes ramos de atividades ocupavam aproximadamente 50% dos empregados existentes no setor industrial maranhense\*. Eram proprietários de 110 unidades produtivas e empregavam, em 1970, mais de 60% (4.276) da força de trabalho nelas distribuída.

O setor da construção civil em 1965 apresentava-se extremamente reduzido, contando com a existência de somente 03 empresas. Começa a expandir-se com mais vigor a partir de 1966, de forma que, em 1970, conta com o funcionamento de 18 unidades de produção, empregando 1697 trabalhadores. Nesse ano, é importante observar, além de São Luís, com 17 empresas que ocupavam 1.689 trabalhadores, dentre os outros municípios, apenas

Imperatriz registrava a existência de uma empresa de construção civil que empregava 08 pessoas. Caracterizava-se, portanto, como um setor cujas atividades concentravam-se inteiramente na capital do Estado, aí empregando a quase totalidade de sua força de trabalho. A média de emprego por empresa, nesse setor, situava-se, em 1970, pouco acima de 94 trabalhadores.

O setor de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em que pese se constituir num ramo tradicional de atividade do setor secundário maranhense, oferecia, no início da década dos 70, 870 empregos em suas 17 unidades produtivas. Em São Luís, localizava-se o maior número de indústrias (10), empregando 549 pessoas, contudo, era distribuído pelos municípios de Caxias, Codó, Bacabal, Imperatriz e Coroatá. A média de emprego por empresa situava-se, em 1970, pouco acima de 50 trabalhadores.

\* Corresponde aos municípios apresentados na tabela 01.



Indústrias Implantadas no Maranhão de 1971 a 1980

Tabela 03

Municípios	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
São Luís*	346	10.543
Rosário	09	38
Caxias**	33	555
Codó	24	1.091
Coroatá	34	174
Bacabal	47	763
Santa Inês	45	479
Santa Luzia	20	263
Imperatriz	210	4.233
<b>TOTAL</b>	<b>768</b>	<b>18.139</b>

FONTE: CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO - CEAG/MA - São Luís - 1981.

Cabe observar que este setor, além dos empregos gerados diretamente na indústria, envolve um significativo contingente da força de trabalho rural, na medida em que a matéria-prima básica que utiliza, a amêndoa do côco babaçu, é fruto do extrativismo realizado pela unidade de produção familiar, em particular pelas mulheres e crianças, que, na coleta e quebra do côco, obtêm uma complementação da renda das atividades agrícolas de subsistência. Dáí ser comum, no Maranhão, falar-se, em economia do babaçu.

O ramo de atividade de produtos alimentares, como é de se esperar, era especialmente mais distribuído do que os demais. Contava com 51 empresas e empregava, em 1970, 821 trabalhadores. Localizavam-se em São Luís 20 indústrias que ocupavam 407 pessoas, ou seja, cerca de 50% da força de trabalho distribuída nos 08 municípios em análise. Vale destacar que depois de São Luís, mais especificamente na atividade de beneficiamento do arroz, sobressaia-se o município de Caxias que dispunha de 08 unidades industriais, empregadoras de 182 trabalhadores, isto é, 22% de toda a força de trabalho industrial incorporada nesse ramo de atividade. Em São Luís e Caxias, portanto, se localizavam 72% da mão-de-obra incorporada no setor e distribuída no conjunto desses municípios. Apresentava uma reduzida média de emprego por indústria, 16 trabalhadores, em 1970.

O setor de produtos químicos assume importância devido a implantação no final da década dos 60 de duas significativas unidades de produção, empregando 451 trabalhadores, além do que essas empresas vêm caracterizar a introdução nas atividades produtivas do setor industrial maranhense de um nível de tecnologia mais avançado, representando seus produtos, uma densidade maior no que diz respeito à composição do valor. A média de emprego por unidade de produção se apresentava bem superior à dos outros setores, 226 trabalhadores.

### 3 - A INDÚSTRIA MARANHENSE DE 1971 a 1980

Tomando-se como referência os dados apresentados para 1970, tabela 01, e comparando-os com os dados da tabela 03, para o período de 1971 a 1980, verifica-se significativa expansão, tanto no número de indústrias como no número de empregos ofertados no setor. O número de indústrias incorporadas representam mais do dobro das existentes no período anterior, enquanto o número de empregos, seguindo o ritmo de expansão das empresas, praticamente dobra no período. Foram incorporadas, de 1971 a 1980, 768 novas unidades industriais e 18.139 novos empregos. Em média foi gerado cerca de 24 empregos por unidade de produção.

\* Inclui São José de Ribamar e Paço do Lumiar com 13 indústrias e 313 empregos diretos. Destaca-se em Paço do Lumiar a empresa Jollymar S/A, com 237 empregados.

\*\* Inclui Aldeias Altas com duas indústrias, destacando-se a Costa Pinto Agroindustrial, com 145 empregados. Trata-se de uma usina de álcool etílico.

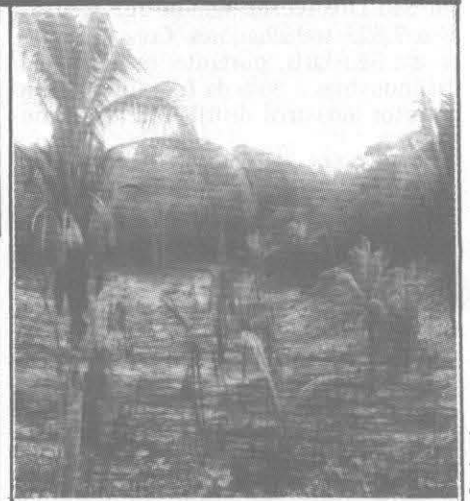
Os dados da tabela acima evidenciam que houve expansão industrial em todos os municípios, destacando-se, porém, os municípios de São Luís, Imperatriz, Codó, Bacabal e Caxias, sendo, por outro lado, inexpressiva a expansão industrial nos municípios de Rosário e Coroatá.

A incorporação do município de Santa Luzia entra como um dado a mais no quadro de análise, considerando-se que no período foram implantadas 08 indústrias madeireiras que ocupavam 239 trabalhadores.

É importante observar que São Luís mantém o papel de centro hegemônico no setor industrial. Agrega nesse período 346 novas empresas e 10.543 novos empregos, o que representa, em média, 30 empregos por unidade industrial de produção. Em São Luís foram localizadas 45% das empresas instaladas e aproximadamente 60% dos empregos gerados no setor industrial maranhense no decorrer da década dos 70.

Esse impulso industrial de São Luís evidencia-se a partir, principalmente, da expansão ocorrida no setor da construção civil. Este setor, por outro lado, dadas as suas características, impacta em setores outros que lhe são considerados complementares; é o caso dos setores de beneficiamento de madeira, metalurgia (serilharia) e minerais não metálicos (tijolos, telhas, lajes, moldados diversos, pisos de cerâmica, etc.) que durante a década dos 70 tiveram também expressivo crescimento.

Devo destacar ainda o crescimento expressivo no setor de produtos alimentares, em função do incremento da demanda por bens de consumo em geral, decorrente do elevado processo de urbanização verificado na década dos 70.



J. Azcárate

Imperatriz que em 1970 contava somente com 10 indústrias, ocupando 160 empregados, incorpora de 1971 a 1980 outras 210 unidades de produção industrial e 4.233 novos empregos. A expansão industrial nesse município está ligada aos ramos de atividades dos setores madeireiros e de produtos alimentares. Neste último caso destaca-se, em especial, o beneficiamento do arroz e a implantação de uma indústria de abate de animais e preparação de conservas de carne. Em média foram incorporados 20 empregados por unidade de produção no período em análise.

A expansão industrial de Codó tem sua fundamentação explicativa na implantação de uma indústria de cimento, a Itapeturu Agroindustrial, que gerou 443 novos empregos no ato de sua instalação em 1974.

É interessante enfatizar que os municípios de São Luís, Imperatriz e Codó geraram, respectivamente, em média, no setor industrial, 1.054, 423 e 109 novos empregos, por ano, no período em estudo. Os demais municípios apresentam uma oferta de menos de 80 empregos anuais. Há casos como o de Rosário e Coroatá que, praticamente, permaneceram industrialmente estagnados durante a década de 1970.

Para reforçar a análise tomo como referência os ramos de atividades das indústrias implantadas no período de 1971 a 1980, cujos dados estão inseridos na tabela 04.



Indústrias Implantadas no Maranhão de 1971 a 1980,  
Segundo os Principais Ramos de Atividades

Tabela 04

Ramos de Atividades	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
1) Construção Civil	88	4.713
2) Indústria da Madeira	168	4.002
3) Produtos Alimentares	141	2.473
4) Indústria de Minerais não Metálicos	32	1.450
5) Indústria Metalúrgica	25	424
6) Indústria Gráfica	31	353
7) Indústria de Cerveja	01	288
8) Óleos, gorduras e ceras vegetais e animais	06	222
9) Indústria Têxtil	06	172
10) Indústria de sabão, detergentes, glicerinas e velas	06	87
11) Indústria de bebidas não alcoólicas	02	34
<b>Sub-Total</b>	<b>506</b>	<b>14.218</b>
12) Outros	262	3.921
<b>TOTAL</b>	<b>768</b>	<b>18.139</b>

FONTE: CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO - CEAG/MA.  
São Luís - 1981.

Ao estabelecer-se comparações com os dados contidos na tabela 02 devo destacar o seguinte: os setores da construção civil; indústria da madeira; produtos alimentares e minerais não metálicos foram os setores que mais se expandiram. Por outro lado, observa-se a emergência de importantes ramos industriais que não existiam até 1970, como é o caso, por exemplo, da indústria metalúrgica (serralharia) e da indústria de fabricação de cerveja. Neste último caso, trata-se da empresa CERVAMAR que no ato de sua implantação, em 1976, gerou cerca de 300 novos empregos. A indústria metalúrgica e a de cerveja, antes inexistentes, na década dos 70, com as suas 32 unidades de produção, passaram a participar com aproximadamente 4% do total dos empregos gerados no período.

Vale a pena chamar a atenção que a construção civil, do ponto de vista espacial, permanece concentrada em São Luís, pois, das 88 novas empresas e dos 4.713 novos empregos incorporados entre 1971 a 1980, 80 dessas empresas e 4.534 desses empregos localizaram-se nesse município. E que a indústria madeireira concentra-se no município de Imperatriz. Das 168 novas indústrias implantadas no setor, 92 foram localizadas nesse município, bem como dos 4.002 empregos gerados, 2.973 aí se concentraram. Isto significa dizer que 55% das indústrias de madeira e 75% da força de trabalho incorporados à estrutura produtiva desse setor localizaram-se em Imperatriz.

É oportuno observar ainda, numa análise comparativa dos dados das tabelas 02 e 04, uma tendência de diversificação na estrutura industrial do Estado, bem como uma tendência de alternância na importância dos diversos ramos da produção. Neste aspecto destaco que, por exemplo, o ramo de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais que até 1970 aparecia como um dos setores mais dinâmicos

da economia maranhense começa a perder importância no período 1971-1980, uma vez que, apenas 222 empregos foram gerados pelas 06 unidades produtivas que foram implantadas no período. Sem falar, evidentemente, na tradicional indústria têxtil que não apresenta sinal de vitalidade.

Devo enfatizar que os 11 principais ramos de atividades industriais tomaram-se, na década dos 70, proprietários de cerca de 66% (506) das indústrias instaladas e empregadores de 80% (14.218) da força de trabalho incorporada ao setor industrial e que os ramos de atividades da construção civil, madeira, minerais não metálicos, metalurgia e da indústria de bebidas alcoólicas responderam pela incorporação de 59% (455) das indústrias e 74% (13.350) dos empregos ocorridos no período.

Finalmente, considerando-se que a população economicamente ativa do setor industrial desses municípios, em 1980, era da ordem de 50.442<sup>2</sup> pessoas, posso inferir que a força de trabalho incorporada no período 1971-1980 (18.139 trabalhadores) correspondeu a 36% dessa população. Posso ainda admitir que, somado o estoque de empregos existentes em 1970 (9.097) aos empregos incorporados de 1971 a 1980 (18.139) e subtraídos os empregos perdidos, ter havido uma melhoria no nível de ocupação do setor sem que, porém, o mesmo tenha se tomado capaz de absorver, certamente, pelo menos 50% da força de trabalho apta e que no decorrer da década demandou emprego no setor industrial. Continuou, portanto, o setor secundário da economia maranhense com sua capacidade de absorção de mão-de-obra ainda bastante reduzida.

#### 4 - A INDÚSTRIA MARANHENSE DE 1981 a 1990

Os dados que demonstram a incorporação global de indústrias e empregos para o período 1981 a 1990 estão inseridos na tabela 05.

Nesse período é introduzido um dado novo e de grande importância analítica. Trata-se da implantação dos grandes projetos constitutivos do Programa Grande Carajás.

Ao tomar os dados da tabela acima observo que no período foram incorporadas 1.037 indústrias e 26.438 empregos no conjunto, agora, de onze municípios. Dessas 1.037 empresas implantadas no correr da década dos 80, 05 são projetos vinculados aos objetivos de desenvolvimento do PGC. São projetos que industrializam a bauxita para produzir alumina e alumínio primário, como é o caso do



Serraria - Açailândia-MA



Indústrias Implantadas no Maranhão de 1981 a 1990

Tabela 05

Municípios	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
São Luís	541	15.887
Rosário	20	917
Caxias	30	753
Codó	18	53
Coroatá	16	83
Bacabal	65	588
Santa Inês*	28	127
Santa Luzia	03	28
Imperatriz	256	4.446
Açailândia	54	2.221
Coelho Neto	06	1.335
<b>TOTAL</b>	<b>1.037</b>	<b>26.438</b>

FONTES:

CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO – CEAG/MA–FIEMA–SÃO LUIS 1981 e 1988 – PROGRAMA GRANDE CARAJAS – Escritório Regional de São Luís - 1990

\* Encontra-se em fase de implantação nesse município a gusaria Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA).

consórcio ALCOA/BILLIGTON; para produzir ferro gusa, como é o caso da Siderúrgica Viena e Companhia Vale do Pindaré; para produzir manganês metálico e dióxido de manganês, como é o caso da METALMAN e para extrair ferro e manganês, além de outros minérios, no momento comercialmente menos importante, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce. Esses projetos embora destinem parte da sua produção ao mercado interno objetivam, fundamentalmente, as exportações, dentro da política nacional de geração de divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos. A ALCOA/BILLIGTON localiza-se na ilha de São Luís. A Viena e a Pindaré em Açailândia. A METALMAN em Rosário. E a CVRD tem sede em São Luís, mas trata-se de um complexo industrial integrado de Porto, em São Luís, ferrovia, cortando vários municípios e localidades dos Estados do Maranhão e Pará, numa extensão de 890 km e mina, localizada na Serra dos Carajás, no Pará. Vale lembrar que ao projeto ferro carajás interliga-se a ferrovia Norte-Sul, já com 100 km construídos em território maranhense.

Os grandes projetos vinculados ao PGC geraram até aqui 6.221 empregos, ou seja, pouco mais de 23% dos empregos diretos incorporados pelo setor industrial no período em análise.

Considerando 05 como um multiplicador que expresse empregos indiretos gerados por cada emprego industrial criado, poderia afirmar que pouco mais de 31 mil empregos indiretos foram gerados, no decorrer da década, pelos projetos do PGC. Devo, porém, destacar que os impactos positivos no mercado de trabalho advindos desses projetos, pelo menos na presente etapa, têm se refletido mais no setor de serviços do que no próprio setor secundário. Os impactos no setor primário, do ponto de vista do emprego, em particular, têm sido extremamente negativos, desarticuladores, desorganizadores da produção rural.

Ainda pelos dados da tabela 05 verifico que os municípios que tiveram um melhor desempenho em suas atividades industriais, tomando sempre o emprego como indicador básico, foram São Luís, Imperatriz, Açailândia, Coelho Neto e Rosário, sobressaindo-se, entretanto, São Luís, Imperatriz e Açailândia que, em conjunto, foram responsáveis pela incorporação ao "parque industrial" do Estado de 82% das indústrias instaladas e pela ocupação de cerca de 86% da força de trabalho absorvida pelo setor industrial maranhense.

Por outro lado, o processo "natural" de expansão da indústria maranhense e as atividades industriais indiretamente ligadas aos projetos do PGC foram, evidentemente, responsáveis pela implantação de 1.032 novas indústrias e por cerca de 77% dos empregos gerados no período. Aqui as atividades industriais ligadas indiretamente ao PGC, no meu entender, não

pesaram tanto. Diante disto sou tentado a inferir que, na década dos 80, mesmo havendo entrado em crise a economia nacional, abstraindo-se as atividades desenvolvidas no âmbito do PGC, a expansão industrial do Estado do Maranhão seguiu o ritmo da acumulação da década anterior, na qual foi implantado um conjunto de indústrias de médio porte, Importantíssimas para a ampliação do mercado de trabalho. Entendo ter havido nesses últimos 20 anos uma certa luta, travada pelos capitais locais, associando-se de diversas formas e em posições secundárias com capitais de fora, pela industrialização, com o apoio de incentivos da SUDENE e SUDAM, ou seja, com recursos do FINOR e do FINAM.

O município de Açailândia, dado seu processo de urbanização e industrialização, desmembrou-se, em 1981, de Imperatriz. Os municípios de Rosário e Coelho Neto, cujas atividades industriais eram irrelevantes até 1980, no decorrer da década, contaram com a implantação de grandes unidades industriais. No caso de Rosário implantou-se, em fevereiro de 1990, a empresa Metalman S/A, fabricante de manganês metálico e dióxido de manganês. "O manganês metálico é usado, fundamentalmente, na indústria do alumínio, para a fabricação de laminados como latas, por exemplo, e na indústria siderúrgica para aços especiais"<sup>5</sup> e o "dióxido de manganês eletrolítico é utilizado na confecção de pilhas alcalinas"<sup>6</sup>. Tende este município a se posicionar, no futuro, como um importante "pólo industrial". Em Coelho Neto foram implantadas as indústrias Itapagé S/S - Celulose e Artefatos e a Itajubara S/A - Açúcar e Alcool cada uma absorvendo, respectivamente, 813 e 511 trabalhadores.

Da forma como procedi para a década dos 70, com o objetivo de reforçar a análise, tomo como referência os empregos gerados e as indústrias implantadas no período de 1981 a 1990, cujos registros encontram-se inseridos na tabela 06.

Indústrias Implantadas no Maranhão de 1981 a 1990,  
Segundo os Principais Ramos de Atividades

Tabela 06

Ramos de Atividades	Número de Indústrias	Pessoal Ocupado
1) Construção Civil	164	7.364
2) Indústria da Madeira*	254	4.804
3) Indústria Metalúrgica**	63	4.480
4) Extração de Minerais Metálicos***	03	2.434
5) Produtos de Minerais não Metálicos	57	1.815
6) Produtos Alimentares	183	1.222
7) Indústria de bebidas, álcool etílico e açúcar	05	842
8) Indústria do Papel e Papelão	01	813
<b>Sub-Total</b>	<b>730</b>	<b>23.774</b>
9) Outros	307	2.664
<b>TOTAL</b>	<b>1.037</b>	<b>26.438</b>

FONTES:

CADASTRO INDUSTRIAL DO MARANHÃO – CEAG/MA – FIEMA – São Luís 1981 e 1988. PROGRAMA GRANDE CARAJAS. Esc. Reg. do Maranhão São Luís - 1990

\* Inclui a indústria do mobiliário.

\*\* Inclui, principalmente, o consórcio Alcoa/Billigton com 3.000 empregados.

\*\*\* Inclui, particularmente, a Companhia Vale do Rio Doce com 2.421 empregados, distribuídos entre a Ferrovia e o Porto da Ponta da Madeira.



Pela tabela acima verifica-se ainda que 08 são os principais ramos de atividades industriais nesse período. Esses setores responderam na década de 80 por 70% (730) das indústrias instaladas no Estado e por cerca de 90% dos empregos gerados no setor industrial da economia maranhense, aqui representada pelo conjunto dos municípios tratados na tabela 05.

Ramos novos de atividades surgiram como é o caso, por exemplo, da extração de minerais metálicos (transporte ferroviário e exportação por via marítima); de fabricação de alumina e alumínio primário (metalurgia); de ferro gusa (metalurgia); de papel e papelão; e de bebidas alcoólicas<sup>7</sup>, álcool etílico e açúcar. No conjunto esses novos setores foram responsáveis pela incorporação de cerca de 30% (7.876) dos novos empregos, embora tenham contribuído com a implantação somente de pouco mais de 1% (11) das unidades industriais. São empresas de capital intensivo, destacando-se a multinacional Alcoa, a estatal Companhia Vale do Rio Doce, as indústrias privadas de capital nacional Itapagé e Itajubara. Esses empreendimentos, em conjunto, apresentam uma média de 716 empregos por empresa.

Os setores da construção civil; madeira; minerais não metálicos; e produtos alimentares que, em bloco, responderam por 63,5% (658) das indústrias implantadas e por 57,5% (15.205) dos empregos ofertados pelo setor secundário continuaram, portanto, a se expandir. Dentre esses setores o único que apresentou um menor número de empregos gerados em relação ao período anterior foi o ramo de produtos alimentares. É de estranhar, haja vistas que o processo de urbanização

nos municípios em análise se acentuou na década dos 80. Talvez encontre-se uma explicação para este caso no fato de que houve ampliação de muitas indústrias que se implantaram no período anterior, assim inibindo a entrada de um maior número de concorrentes no setor ou ainda a própria crise que reduziu a capacidade de investimento, em particular, para os micro, pequenos e médios empresários que são quem compõem a maioria das empresas desse ramo de atividade.

As exigências do processo de industrialização do Maranhão nessa década coloca o governo local diante das decisões, em particular, dos grandes projetos numa situação dúbia: conivente com decisões inadequadas quanto à localização de determinados projetos e, diria, muitas vezes, extremamente impotente e incapaz de interferir no que diz respeito à elaboração e gerenciamento de uma política industrial para as condições de vida e urbanização da cidade de São Luís, Imperatriz e Açailândia, principalmente. Contudo, embora nem sempre respeitado, vem realizando um esforço no sentido de implantar uma política industrial voltada para a criação de Distritos Industriais com o objetivo de instituir a "base fundamental de uma política de desenvolvimento ordenada e planejada". Assim vão sendo escolhidas áreas localizadas em pontos estratégicos do Estado, nos quais estão sendo implantados os Distritos Industriais de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Rosário e Balsas. O caso mais típico de falta de determinação do governo local quanto à localização de indústrias no Estado do Maranhão é o caso da Alcoa que se instalou na ilha de São Luís, apropriando-se de mais de 10 mil hectares de terra e de

um porto particular no rio dos Cachorros, bem como o da Metalman que embora orientada para tal decidiu instalar-se em área fora do Distrito Industrial de Rosário, podendo vir a por em risco de poluição os mananciais de água do município.

E importante, finalmente, destacar que a população economicamente ativa do setor industrial da economia maranhense cresceu no período que vai de 1971 a 1980 à taxa geométrica de 7,99%<sup>8</sup> ao ano. Ao projetar a população economicamente ativa do setor industrial para 1990, com base na taxa obtida com os dados reais da década anterior a estimo em 108.823 pessoas. Neste sentido os empregos gerados no período representam menos da metade do incremento da população economicamente ativa, ou seja 45%. Esta situação se agrava se a ela adicionarmos o estoque de desempregados dos períodos anteriores.

## 5 - CONCLUSÕES ANALÍTICAS

Da série de informações e reflexões realizadas ao longo do presente trabalho posso afirmar que o Estado do Maranhão passa por um significativo processo de mudanças em sua base material de produção que, com certeza, se refletirá futuramente em modificações políticas, sociais e culturais.

Há, na verdade, um processo de capitalização da economia maranhense, tendo assentado as suas bases pós 1965, aprofundando-se na década dos 70 e ganhando uma dinâmica maior na década dos 80 com o advento dos grandes projetos ligados ao PGC.





A expansão capitalista se processa ao longo da história de forma contraditória. Na medida em que o capital cria valor, por outro lado, ele também o destrói. O Maranhão, ao se inserir no movimento do capital nacional e internacional, não poderia fugir a essa lógica.

Parace-me claro que a questão do emprego tende a não ser resolvida, na região, com a implantação dos grandes projetos, podendo, inclusive, ser agravada na medida em que o setor "moderno" impacta na organização da produção das formas menos evoluídas da economia e, portanto, desprotegidas diante das novas formas de empresariamento e valorização da economia.

Criaram-se empregos novos, contudo, as condições de vida da maioria da população e o meio ambiente foram impactados. "Estima-se, por exemplo, que o PGC tenha, no seu conjunto, desalojado dos locais de moradia e trabalho mais de 5 mil famílias, só em São Luís"<sup>9</sup>. Por outro lado, é preciso lembrar que as gusarias instaladas no Estado têm "uma demanda prevista de 165 mil hectares de floresta, para cada ano de atividade, destinada à produção do carvão vegetal que as mesmas utilizarão"<sup>10</sup>, sem falar, porém, no imenso processo de devastação das florestas resultante da extração indiscriminada da madeira, promovida pelo setor industrial madeireiro em franca ex-

pansão, nessas duas últimas décadas. Ou seja, na medida em que se cria empregos por um lado, no Maranhão por outro, vai-se destruindo de forma incontrolável as riquezas não renováveis.

Finalmente, pelas taxas elevadas de crescimento da população economicamente ativa do setor industrial, posso inferir a existência de um forte processo de urbanização no Estado, em particular, nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e mais recentemente em Rosário. Esse fenômeno de urbanização é acompanhado da formação de um expressivo exército industrial de reserva. Como até aqui a economia, em particular, o setor industrial, tem sido incapaz de absorver em escala satisfatória a mão-de-obra excedente, torna-se empiricamente observável nos principais centros urbanos do Estado a existência de um imenso mercado informal de trabalho.

#### NOTAS

1. IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. São Luís - 1990.
2. IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - São Luís - 1990.
3. CVRD, 2421; ALCOA, 3.000; VIENA, 175; Pindaré, 175; METALMAN, 450.
4. Na pesquisa "Necessidades de Treinamento de Mão-de-Obra em Áreas de Influência do Programa Grande Carajás", UFMA/SUDAM. São Luís, 1988, os resultados do relatório final expressam esse meu raciocínio.

5. Perfetti, Mário Cesar Ferreira - Palestra proferida na APRUMA/UFMA. Março de 1990.
6. Perfetti, Mário Cesar Ferreira - Documento antes citado.
7. *Encontra-se em fase de implantação no Distrito Industrial de São Luís mais uma indústria de cerveja. Trata-se de uma unidade de produção da cervejaria Brahma, fábrica Equatorial.*
8. *Taxa determinada através de cálculos realizados pelo professor Fernando Soares Dias, do Departamento de Matemática da UFMA.*
9. *Projeto de Pesquisa "A Expansão Capitalista no Maranhão: Transformações Sócio-Econômicas e Ambientais", sob a coordenação do Departamento de Economia, Serviço Social, Biologia e Patologia.*
10. *Feitosa, Raimundo Moacir Mendes. Projeto de Dissertação de Mestrado. "Os Grandes Projetos e o Desenvolvimento Regional". São Luís - 1987.*

Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Economista. Ex-Presidente da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA). Chefe do Departamento de Economia da UFMA.

# A QUESTÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO MARANHÃO

Suas relações no contexto da organização e luta política no Estado pós 65...

Josefa Batista Lopes \*

Inicialmente quero agradecer o convite que me foi feito pelo CIMI para participar deste seminário e a oportunidade de fazê-lo não somente como painellista, mas também pela condição de aprendiz na relação de debate com os companheiros aqui presentes, com a grata satisfação de ouvir o Alfredo Wagner que reconheço como um dos maiores estudiosos e autoridade sobre as questões do Maranhão, inclusive no que se refere a este tema.

Quero destacar ao mesmo tempo o significado inequívoco do trabalho desenvolvido pelo CIMI no sentido de construir formas sistemáticas de produzir conhecimentos sobre o Maranhão, pensando-o como uma realidade complexa que se configura nas suas especificidades no todo que é o Estado e internamente nele, mas que não pode ser pensada isoladamente da complexa realidade brasileira no contexto das relações internacionais

que não são suficientemente conhecidas pelos brasileiros (a não ser por uma pequena elite burguesa, do empresariado, de dirigentes do Estado - os burocratas - ou de intelectuais), mas claramente colocado para todos nós aqui, a partir de experiências muito concretas vividas em nosso Estado mesmo.

Eu quero apontar, sem dúvida, que refletir adequadamente este tema exige que tenhamos bem presente em nossas discussões e sempre que tratarmos da expansão do capitalismo no Maranhão, além do que se coloca a nível do capital nacional, também a questão do capital transnacional ao qual está consorciado o capital



nacional. Trata-se de uma questão que é fundamental não só para pensar o Brasil no seu conjunto, mas de modo claro, porque se coloca direta e agressivamente na especificidade do Maranhão que viveu e vive experiências bem estreitas de confronto ou subliminarmente, tanto a nível urbano, em particular, de São Luís, quanto a nível rural, com consequências bastante diversificadas que vão desde a expropriação, expulsão do homem de suas terras e meios de produção como os espaços para a pesca artesanal, a violência, a exploração da mão-de-obra barata. São situações concretas que atingiram e atingem a uma massa populacional dificilmente mensurável, e até qualificável, como ocorreu, por exemplo, no caso da ALCOA e da VALE DO RIO DOCE<sup>1</sup> no bojo dos chamados "grandes projetos" para o Maranhão e extensa parte da Região Amazônica, cuja concepção e implantação foi produto de um grande acordo internacional que envolve muitos e variados itens, dentre os quais a própria dívida externa, determinado, por um lado pela visão sucateadora dos países desenvolvidos, em relação à América Latina (e neste caso, destacando-se o Brasil) e, de outro lado, por uma visão entreguista da classe dominante nacional, neste período específico (pós 65) capitaneada pelos militares que estiveram à frente do governo do Estado brasileiro até 1985 e, sem dúvida, continuaram e continuam por trás, a partir daí, uma vez que, como na maioria dos países do continente as ditaduras militares "cederam" lugar a democracias de "governos civis de segurança nacional"<sup>2</sup>, conforme bem o define Franz Heinkelmerth um estudioso das questões da América Latina. Uma visão entreguista que cada vez mais se aprofunda e agora se atualiza no atual plano de governo.

É sobretudo aí, à luz dessa premissa que aparece a questão de fundo que atribui significativa importância ao estudo do tema tratado neste painel "Pobres e Ricos em Movimento" - o processo de organização política dos diferentes setores da sociedade maranhense no período pós-65" e que foi organizado para ser apresentado por três expositores, com base em três sub-temas: a) a questão das classes sociais no Maranhão e suas relações no contexto da organização e luta política no Estado; b) a questão do Estado e c) o movimento popular.

Tem-se claro, portanto que o tema é complexo e, no mínimo, [coloca, respectivamente: a) Um "pano de fundo" que, configure a formação histórica das classes fundamentais e das relações entre elas, considerando as diferentes frações de classes, sem o qual é impossível compreender, não só as questões econômicas, políticas e sociais do Estado, mas o próprio cotidiano dos diferentes sujeitos da ação política no Maranhão, suas lutas e perspectivas históricas; b) A questão do Estado como fator determinante nas mediações do processo político e que, enquanto tal, produto da formação histórica do Maranhão, no contexto brasileiro, tem se constituído o espaço e o biombo por excelência de trincheira das classes dominantes no processo de dominação, de expropriação e



J. Alcarate

violência desenvolvidas no Estado durante este período, em maior ou menor intensidade na alternância de governos, mas não do poder. Verifica-se que de 65 até o momento, sua maior expressão dominante tem se constituído na formação e luta por manutenção da oligarquia Sarney, aliada ao latifúndio, aos grupos agropecuários, cuja formação ela própria estimulou, através de vários mecanismos dos quais o conhecido processo de grilagem das terras do Estado<sup>3</sup> e consequente expulsão do homem do campo, a um empresariado débil, sobre o qual se pode questionar até a sua inserção real no âmbito da classe burguesa e, por fim, em estratégias e táticas clientelistas que articulam os três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário. Ao mesmo tempo finca bases também a nível popular, utilizando-se de uma variedade de outros mecanismos, como os de formação de opinião pública, de comunicação de massa e outros, além da via clientelista num jogo perverso em relação à pobreza e à pauperização que estas mesmas relações construíram e constroem. c) O movimento popular entendido como o movimento e a luta pela construção democrática, o movimento de resistência à dominação, à expropriação, à luta pela terra no campo e na cidade, a luta por melhores condições de vida. Trata-se de formas novas de expressão popular que ganharam contornos e particularidades ao longo de todo o processo histórico que podem e devem ser demarcados no pós-65, sabendo-se que não se trata de um período linear. Por isto mesmo exige de nós uma análise cuidadosa do processo de organização e de resistência vividos nesse período, atentando sempre para as diversidades, as determinações e os interesses que movem e/ou imobilizam um conjunto tão diversificado dos segmentos de classe que conceitualizamos genericamente como POPULAR e que, sem dúvida, ainda que marcados por equívocos e retrocessos, vêm

colocando "novos" sujeitos sociais históricos no cenário político, ao mesmo tempo em que são questionadas "velhas" formas e "velhos" atores da política tradicional, abrindo espaços a "novas formas e novos atores" e construindo novas alternativas orgânicas, ainda que incipientes, mas decisivas para o processo de organização e luta popular na perspectiva da construção democrática e conquista dos direitos de cidadania que têm marcado os processos sociais e contribuído no sentido de apontar novos rumos para a sociedade brasileira. E, sobretudo, colocando em debate os grandes temas e as questões do cotidiano que determinam e são fundamentais na construção de uma nova sociedade, cuja grande síntese, recente se fez no processo constituinte do país, onde se pode verificar um profundo confronto de interesses de classes num campo em que mais uma vez fora desfavorável aos interesses democráticos populares e progressistas, além de que as forças antagonicas mostraram expressiva capacidade de organização e luta.

É para ressaltar ainda mais a complexidade da questão, se coloca hoje a necessidade e importância de uma atenção especial à atual conjuntura mundial e Latino-americana (aten-te-se para o fato de que o Brasil é América Latina<sup>5</sup> ainda que essa identidade não agrade às elites dominantes que prefeririam pertencer, e fixem aí o seu sonho, ao "primeiro mundo", daí ser ressaltado com excessiva frequência a condição de "8ª economia do mundo", destacando-se apenas indicadores econômicos e desconsiderando a questão social, as profundas desigualdades sociais responsáveis por um dos mais altos índices de pobreza e de miséria do mundo.

Fica assim evidenciado que o grande cixo que nos move na abordagem do tema é a luta de classes que no Brasil se trava num espaço de profundas desigualdades configuradas a partir do capitalismo monopolista que no Maranhão, como



nos outros Estados do País (ainda que mais em uns do que em outros) se manifesta de forma profundamente selvagem sugerindo-nos, muitas vezes (até para tornar mais clara a nossa comunicação com a massa oprimida) a pensar e trabalhar com as categorias do senso comum POBRES E RICOS, uma polaridade que só existe pela sua relação. E sobretudo é a forma aparente sob a qual se escondem relações bem mais complexas de, expropriação, violência, desrespeito a direitos humanos e de cidadania e que, historicamente tem sido passada pela ideologia burguesa dominante dos RICOS a POBREZA como uma fatalidade, onde a Igreja tradicional conservadora assumia um papel de relevante importância e que felizmente, na América Latina, a partir da década de 60 vem se questionando intemamente e travando uma luta interna expressiva movida pelas "evidências da crescente concentração de riqueza em todo o continente entre uma perceptível e contável minoria um contraste drástico com a situação de pobreza e empobrecimento absoluto, de fome e altos índices de mortalidade infantil, de analfabetismo, de desemprego e "mazelas" de toda natureza vividas e sofridas pela maioria absoluta dos povos na América Latina, tendo no Brasil situação alarmante". E o que é importante destacar, reproduzindo as condições e as relações entre PAÍSES RICOS e de centro e PAÍSES POBRES e periféricos.

## 2. A Questão das Classes Sociais e suas Relações no Contexto da Organização Política do Maranhão

Com a primeira aproximação que acabo de tentar fazer sobre a temática me animo a enfrentar o desafio de pensar alguns elementos mais específicos da questão das classes e suas relações no contexto da organização política do Maranhão, a qual considero, como disse, o "pano de fundo" do debate da análise e da compreensão da temática deste painel, em sua totalidade complexa, e sobre a qual, no Maranhão, pouco temos nos debruçado a nível sistemático-teórico de sua concretude e particularidades. É, por isto mesmo, nós que atuamos e sobretudo militamos, nos mais diversos espaços da sociedade, corremos o risco da ação ingênua ou equivocada frente ao nosso interesse e até determinação de apoiarmos e vincular-nos ao movimento e à luta dos "pobres" dos "despossuídos" dos "oprimidos", dos "excluídos", dos "dominados" dos "setores populares", dos "trabalhadores", do "proletariado", conforme se conceba, categoriza ou classifique, não só por uma indicação teórica de categorias abstratas, mas de categorias que expressem uma realidade concreta em que os grupos sociais, conforme a sua inserção/exclusão nas relações de produção e culturais<sup>8</sup> são am-

plamente diversificadas, determinando suas formas de organização e luta, dado que seus interesses são diferentes e portanto os níveis de consciência ou formação ideológica são historicamente diferenciados.

Felizmente a exposição do Alfredo Wagner que antecedeu a este painel (e que nele continuava) tem colocado substancialmente (e com a autoridade de sua constante abordagem teórico-empírica) aspectos que são fundamentais, sobretudo no que se refere à composição social e às formas de luta no campo.

Resta-nos agora, neste debate, apenas um "certo" vazio para uma análise das classes no tocante aos centros urbanos, os quais sequer podem ser pensados como espaço "à parte" do campo, mas ao contrário, temos que pensar na relação orgânica campo/cidade; significa pensar, ao mesmo tempo, as condições concretas, econômicas, políticas e culturais nas quais foram formadas, se relacionam e se transformam no Brasil, pensando as particularidades do campo e da cidade (suas profundas "aparentemente" intransponíveis diferenças) mas, ao mesmo tempo sua relação, à qual no Maranhão pós-65, como em outras regiões do País, elas são profundamente marcadas pelos conflitos e lutas em torno da posse da terra, um direito elementar à sobrevivência e reprodução dos que nela vivem e trabalham e que agressivamente vem sendo usurpada pelas forças do poder do Estado aliadas ao capital nacional e estrangeiro. Conflitos que, portanto se acirraram em grande escala com a expansão do capitalismo "selvagem", também no Maranhão expropriando e expulsando uma grande massa humana do campo, a qual migrando para as cidades, formam os grandes "cordões" de pobreza e de miséria, tornando-se "iscas" fáceis do clientelismo e do fisiologismo "barato" dos grupos dominantes, diluindo-lhes a capacidade de organização e luta coletiva, única forma capaz de garantir-lhes participação como atores reais nos processos de organização/transformação da sociedade.<sup>9</sup>

Apontando elementos para a reflexão das classes sociais, tendo presente as relações, mas também as diferenças campo/cidade no Brasil, são significativas, dentre outras, as de José de Sousa Martins. Para ele: "As grandes inquietações no campo, os conflitos, cada vez mais numerosos são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escanoteada. É exatamente o inverso do que acontece nas grandes cidades, nas indústrias. Aí, nos confrontos entre as classes sociais, surge intensa e primeiramente o problema da exploração do trabalhador pelo capital, pelo patrão. É em segundo lugar que se tem feito presente uma forma particular de expropriação que é aquela que se manifesta nas duras condições de existência. . ." no caso do Maranhão, por exemplo, dos palafitados, dos "meninos de rua", dos biscateiros, das empregadas domésticas, das prostitutas e tantas outras. . . De qualquer modo, não é o proble-

ma da expropriação dos meios de produção, já consumada, pressuposto que é proletarização do trabalhador, da sua redução à condição de mão-de-obra livre, despojada de toda propriedade que não seja unicamente a propriedade de sua força de trabalho.<sup>10</sup>

E ainda, frente ao desafio de pensar as classes e suas relações nos Centros Urbanos, é necessário considerar todo um contingente de "camadas médias", "pequeno-burguesas" formadas por "tecnocratas" do Estado, em diferentes níveis de poder (central e/ou local), por profissionais liberais, pelos intelectuais, cuja função social na sociedade, até já tem se constituído objeto de vários estudos dos quais se destacam os de Antonio Gramsci<sup>11</sup>. Isto para citar apenas alguns segmentos, dentre a imensa variedade de segmentos dessa classe que nos vários períodos de crise econômica e política no Brasil e em toda a América Latina tem passado por processos frequentes de proletarização.

Para pensar, portanto, o Maranhão, ou qualquer Estado, no contexto da sociedade brasileira de capitalismo monopolista dependente é indispensável ter presentes e claras as categorias clássicas mais gerais que pensam as sociedades capitalistas e suas relações, a partir das duas classes fundamentais — a burguesia e o proletariado — sobretudo quando, no fundo, o que nos interessa mesmo é encontrar as indicações mais adequadas para nossas ações e intervenções no processo histórico de organização/transformação da sociedade e, mais ainda, quando neste processo se coloca uma exigência histórica e um debate teórico sobre a direção intelectual e moral das massas. No entanto, há uma exigência teórico-metodológica pela qual essas categorias mais gerais, em si mesmas, (o que seria um grande equívoco na utilização do método dialético) não são suficientes para dar conta da complexidade da sociedade brasileira, e por conseguinte dos Estados das Regiões que o conformam.

Parto, assim tendo presente na análise do Maranhão, sua formação histórica de profunda dependência interna e externa, apesar de, em diferentes momentos da história brasileira ter se constituído em importante centro industrial (como bem informou o professor Moacir Feitosa) e de uma certa "tendência" atual de "industrialização", tentando, porém, cada vez ter mais claro que "as relações de produção não podem mais ser encaradas como fundamentalmente técnicas, porque aquilo que lhe dá importância na constituição da estrutura é justamente o fato de serem formadas por relações sociais. "Definem-se duplamente as classes sociais, não cada qual isoladamente, mas enquanto sistema: 1) nas relações que estabelecem entre a base econômica da sociedade e as suas formas ideológicas; 2) nas relações que mantêm entre si". Deste modo elas não são uma dimensão crucial da articulação estrutural com sua raiz na base econômica — que responde pela sua forma objetiva — e a sua afirmação no plano ideológico — em que se tornam capazes



de identificar seus próprios interesses, de finí-los face aos das outras classes e em que se organizam e agem de acordo com eles. Sua formação se faz em ambos os planos, o econômico e o ideológico.<sup>12</sup>

Fica claro, portanto que uma análise das classes sociais e suas relações no contexto da organização política no Maranhão há de superar a tendência bipolar, maniqueísta e reducionista burguesia/proletariado, dominantes/dominados, patrão/empregados, governo/oposição, tratando-as de modo genérico, em abstrato e mecânico. Estas relações no Maranhão são profundamente imbricadas e determinadas, dentre outros fatores, pelo que Francisco de Oliveira chama de Oligarquização da Política no Brasil.<sup>13</sup>

Penso que essa indicação é bastante enriquecedora para aprofundarmos uma análise crítica da categoria OLIGARQUIA que o senso comum ou o "bom senso" das esquerdas têm colocado com muita frequência no debate e no embate político dos setores democráticos, progressistas e populares da sociedade maranhense contra a política conservadora cartorial para assumir e perpetuar-se no poder e cuja história no Maranhão é bastante longa, embora ganhando particularidades nos diferentes períodos, assentando-se nas debilidades congênicas e no isolamento das instituições democráticas que a oligarquização da política no Brasil produz e reproduz, respondendo a demandas estruturais e conjunturais.

Essa visão das esquerdas no Maranhão antecede, ainda que de modo débil e disperso, a 65, articulada ao amplo movimento por transformações radicais que ocorria em toda a América Latina, mas que no Brasil foi interrompido pelo golpe militar que instaurou a ditadura em 1964 e só retomado, ganhando mais força, na década de 70, no bojo do movimento no qual as greves do ABC paulista tiveram papel fundamental, mas também das organizações em defesa dos direitos humanos, dos movimentos pela anistia, nos quais o apoio de amplos setores da Igreja, movidos por "Puebla" e "Medellin", assumiram papel decisivo, destacando-se aí as Comunidades Eclesiais de Base e as comissões pastorais e, ademais, dentre outros movimentos de relevante importância, a rearticulação da União Nacional dos Estudantes, a rearticulação e/ou articulação do Movimento Sindical nos centros urbanos e no campo e a rearticulação político-partidária de frações expressivas dessas forças que resistiram e se opuseram à ditadura militar e a seus "prepostos" que teve no governo do "Maranhão Novo" representado pelo Sr. José Sarney Costa, um dos primeiros adeptos e "súditos" a nível dos governadores do País à época.

Minha indicação sobre o caráter enriquecedor do conceito de Oligarquização da política coloca também aqui a necessidade de um esforço no sentido de que se possa superar, como em outras análises conceituais de realidades concretas, a tendência à simplificação do conceito de OLIGARQUIA, impondo-nos uma incursão mais complexa para sua explicação significativo e peso político no contexto das

relações das classes sociais, particularmente no Maranhão onde suponho que, não só a oligarquização da política, como a oligarquia e os oligarcas são elementos concretos, expressivos e até "evidentes", e que perpassam as classes "fundamentais" da sociedade na articulação e/ou desarticulação de suas diferentes frações e sobretudo suas organizações e direções, as mediações da sociedade com o Estado, desqualificando os sujeitos reais da luta de classes e da luta política em todos os "front".

Sua adequação se reveste mais ainda da importância pela sua contemporaneidade, analisando questões configuradas no mesmo período envolvendo (talvez não por acaso, como pode parecer) a figura de maior expressão da oligarquia do Maranhão, por ocasião do Plano Cruzado. Um tema que "travestido" se recoloca sob a forma de plano "Brasil Novo" que qualquer analista com o mínimo de criticidade sabe, que se trata de um "Brasil Velho", conforme nos indica o autor sobre a oligarquização da política.

Para ele trata-se simultaneamente da narcose da política. "Serve aos propósitos das forças políticas criadas no bojo do autoritarismo que permanecem na Nova República, e cuja estratégia consiste em acentuar os traços de continuidade entre aquela e o Ancièn Regime, anulando ou resumindo ao mínimo os traços de ruptura, cujos fiadores são as forças sociais e políticas que fizeram oposição ao Ancièn Regime. É a narcose pois da ruptura para fazer prevalecer exclusivamente a continuidade, ambas sendo constitutivas do novo regime.

De outro lado, a oligarquização é também a ascensão ao primeiro plano da política de forças econômicas que se beneficiaram ao longo de todo o período autoritário.<sup>15</sup>

### UMA CONSIDERAÇÃO FINAL

Podem ser várias as considerações e conclusões que se pode extrair das reflexões apontadas neste trabalho quanto à sua contribuição concreta e efetiva para responder ou colocar questões às nossas inquietações e interesses pelo tema.

Numa consideração final prefiro destacar que ela se constitui apenas em um indicativo para um amplo, sistemático e permanente debate que exige o concurso de toda a sociedade e uma pedagogia adequada que, fazendo avançar o processo de construção democrática seja capaz de fazer a ruptura e a superação dessas relações sociais que colocam, a EXISTÊNCIA DE POBRES E RICOS como uma fatalidade histórica e escamoteiam as reais e complexas determinações da ordem econômica e política vigente a nível nacional/internacional.

\* Josefa Batista Lopes  
Professora da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Serviço Social - à qual coube tratar no contexto temático sobre "A Questão das Classes Sociais e suas Relações".

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ver entre outros estudos, mas particularmente trabalhando sobre o Maranhão, Santos, Maria Etelvina de Oliveira. *Nas marés do Ferro (repercussões sociais do Programa Grande Carajás para os setores populares no Maranhão - pauperização e miséria)*. Dissertação de mestrado (mimeografada) apresentada e defendida junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.
2. Ver Hinkelammert, Franz. *Entrevista para a Agência Latino-americana de Serviços Especiais de Informação - ILASEI, Lima, abril de 1988*.
3. Asselin, Victor. *Grilagem, corrupção e violência nas terras do Carajás, Petrópolis, Vozes/CPT, 1982*.
4. *Trata-se aqui de uma discussão bastante polêmica entre os estudiosos do movimento popular e sindical que não obstante coincidem quanto a emergência e desenvolvimento de novas formas de organização de setores da sociedade que as formas tradicionais e clássicas de organização da sociedade brasileira não os absorvia. Ver por exemplo, entre a grande variedade de estudos, Oliveira, Francisco, *Crisis Econômica y Pacto Social (texto retirado de revista de língua espanhola, mas não identificada, foi reproduzida apenas em parte)*: Sader, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena, experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988*.*
5. *Sobre esta questão pode contribuir significativamente as reflexões de Sader, Emir. *Estado e Movimentos Sociais na América Latina in Cadernos ABESS nº 2 - São Paulo ABESS/Cortez Editora, 1988*.*
6. *Vários estudiosos vêm, nos últimos anos chamando atenção para esta questão, reconhecendo-a grave, dos quais desraco o trabalho recente de Jaguaribe. *Hélio et ali Brasil, reforma ou caos*.*
7. *Ver as discussões e dados fornecidos por Singer-Paul. *Repartição de Renda, pobres e ricos sob o regime militar. Brasil, os anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1986.*
8. *Aqui quero, ressaltar, ao mesmo tempo que a cultura popular dos grupos étnicos e das chamadas minorias vem sendo um fator bastante considerado nas análises marxistas da sociedade, na medida em que o próprio desenvolvimento dessas análises em relação a uma variedade de grupos sociais foram mostrando a importância desse elemento concreto na totalidade da vida e das relações desses povos.*
9. *Aqui penso residir um dos aspectos centrais da questão levantadas pelo Pe. João Maria no debate sobre a migração de atores de luta no campo e que na cidade se fragilizam e se massificam, entrando quase sempre na rede clientelista. Entendo que, dentre tantos outros, esta é uma questão que exige atenção particular no aprofundamento das reflexões sobre esta temática que certamente apenas se inicia e que avançará no âmbito do CIMI.*
10. *Ver Martins, José de Sousa. *Expropriação e violência (a questão política no campo)*. São Paulo, Hucitea, 1980 p. 12-13.*
11. *Gramsci, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.*
12. *Ver Cardoso, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 p. 45.*
13. *Ver Oliveira, Francisco. *A Ópera Bufo, Again*. Texto mimeografado pelo CEBRAP e publicado pela Folha de São Paulo a propósito das análises sobre o Plano Cruzado.*
14. *Quis apenas colocar ou recolocar alguns elementos da historicidade do tema, dada a importância para toda a análise temática, mas claro, tendo presente a variedade de estudos e análises complexas e disponíveis no Brasil e em toda a América Latina.*
15. *Oliveira, Francisco. op. cit. p. 3*



O Maranhão depois de 1965 caracteriza-se, sobretudo, pela imposição de um projeto de desenvolvimento e progresso não voltados para o bem do povo.

Para aceitar-se esta afirmativa, é preciso fazer uma breve viagem, numa retrospectiva, ao início da década de 60, final de cerca de 20 anos do período "vitorinista", quando esteve à frente do comando político local o pernambucano Vitorino Freire que, por várias legislaturas, ocupou uma cadeira no Senado Federal, representando o Maranhão e controlando, nos mínimos detalhes, os cargos e os Poderes.

Mas, para entender-se toda a questão proposta pelo tema, é preciso também dar um passo preliminar: *quem são, nominalmente, os ricos no Maranhão?* Confesso que minha primeira tentação foi buscar, na teoria dos estudiosos da realidade maranhense, esses nomes. Cheguei, inclusive, a me abastecer de alguns trabalhos. No entanto, foi no cotidiano nosso que encontrei a resposta para esta inquietação. Estava em uma revendedora de carro, deliciando-me com a visão quase paradisíaca de modelos sofisticados em luxo, elegância e mecânica e usei, em minha ignorância sobre a realidade salarial dos conterrâneos, indagar de um humilde funcionário a respeito de quem, aqui em São Luís, comprava tais carros, isto é, quem tinha poder aquisitivo para adquiri-los. E a resposta foi imediata: "eu não sei o nome deles, não; mas, geralmente, é este povo ligado ao Estado".

Pois bem, é o Estado, figura que tem um papel extraordinário na organização política dos diferentes segmentos da sociedade. Ele não foi e nem é neutro, age deliberadamente, intencionalmente, também no Maranhão.

E começa-se a caminhada no ano de 1962, com a chegada a São Luís do bancário Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, paraibano, que, embora houvesse, em sua juventude, vivido e estudado aqui, estava, há tempos, desligado do Maranhão. Aterrisou, trazendo uns pedaços de madeira para dar "ripadas na Onça", uma crítica e um desafio ao então governador "vitorinista" Newton Bello, alvo de sua violência na campanha eleitoral, que trazia também uma promessa: "se eleito deputado federal, iria dar a São Luís o direito de eleger seu prefeito". E, por um dos partidos das "Oposições Coligadas", foi eleito em 03 de outubro daquele ano, deputado federal, ao mesmo tempo em que eram reeleitos, entre outros, o jornalista Neiva Moreira, que mantinha, num esforço incomum, o diário *Jornal do Povo* ("contra a opressão e a injustiça social"), e o jovem José Sarney. Aquele, pelo Partido Social Progressista (PSP) e este, pela União Democrática Nacional (UDN) que, em 1960, havia se coligado com o PSD para eleger Newton Bello, cujo rompimento se dera no início de 1962.

Um ano depois do "golpe militar", são realizadas as eleições para o cargo de governador do Estado e de prefeito do município de São Luís. Cafeteira cumpria, assim, as promessas feitas na campanha. Corporifica-se, naquele momento, o slogan: "Prometeu e Cumpriu", e foi eleito

# O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PÓS 65 NO MARANHÃO

Helena Barros Heluy \*

prefeito da capital. Se não tivesse havido o "golpe", o candidato natural das "Oposições Coligadas", teria sido Neiva Moreira ao governo do Estado, eis que ele encarnava realmente as aspirações de luta e tinha um grande respaldo popular. Mas Neiva Moreira estava exilado, estava fora do Brasil, ausência que durou 15 anos, retornando apenas em outubro de 1979, com a anistia. E quem é lançado candidato pelas oposições? Exatamente o deputado federal José Sarney, mostrando competência para colocar "a prancha na hora certa, na onda certa". Ele que se iniciara, politicamente, no "vitorinismo" e que ajudara a eleger Newton Bello é quem toma em suas mãos as bandeiras da luta oposicionista.

Mas era uma bandeira de oposição apenas internamente, pois Sarney trazia o apoio, o beneplácito da ditadura. A nível federal, ele era o candidato do poder militar, do próprio Presidente Castelo Branco com o qual mantinha excelentes relações de amizade, mesmo havendo integrado a ala progressista da UDN, a chamada "bossa nova", que valeu a perda de mandato para todos os seus membros (que o digam José Aparecido, Ferro Costa e tantos outros).

E aí dá-se um fato interessante. Para onde vão as "esquerdas"? Uma parcela apoia Sarney, outros apoiam Renato Archer, que é lançado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), depois de romper, em 1962, com Newton Bello, inte-

grando o grupo dos "rebelados" do qual faziam parte Alberto Aboud, Ivar Saldanha, José Brito e outros mais, até Vitorino Freire. E acontece o incrível: no palanque das "esquerdas", estão os que se opõem à ditadura e estão Renato Archer e Vitorino, o velho cacique.

Foi eleito José Sarney, numa campanha revestida de uma grande mística de mudança, a partir da destruição do "vitorinismo". E começa um novo período, em 31 de janeiro de 1966, sob a égide do "MARANHÃO NOVO", com hino, entusiasmo e algumas esperanças. Ascendem, então, "os rapazes de ouro" (Lourenço Vieira da Silva, Wagner Campos, Joaquim Itapary, Celso Lago, Fernando Belfort, Alberto Tavares, João Alberto, Fuad Amate, Roberto Macieira, Fernando Ferreira).

As esquerdas são cooptadas via Bandeira Tribuzi, jornalista, poeta e economista que se considerava um marxista. E no meio de toda esta euforia, uma proposta de desenvolvimento e progresso.

Mas falar-se no papel do Estado, neste projeto de desenvolvimento e progresso, não significa abordar apenas o Estado enquanto organização institucionalizada. É necessário, antes de tudo, colocar alguns "flashes" para que, em conjunto, se possa pensar e repensar todo este Maranhão.

Em termos de educação, pode ser dito que, no Maranhão, ensino oficial era apenas o do Liceu e da Escola Normal,



aqui em São Luís. Ambos públicos e gratuitos. Sarney coloca, então, na linha de frente a questão da educação e cria o CEMA, os Ginásios Bandeirantes e o Projeto "João-de-Barro", tudo profundamente revolucionário, moderno, empolgante.

Um outro ponto a ser abordado é a malha viária do Maranhão, em 1966. A rodovia São Luís/Teresina, embora há 8 anos já estivesse sendo trafegada, pouco dispunha de asfalto. Este chegava pelas imediações do Maracanã. Em 1968, já estava totalmente asfaltada. Tudo era propaganda do "MARANHÃO NOVO". Mais tarde, em governos posteriores, o asfalto foi chegando a outras regiões, principalmente para atender a interesses político-econômicos. . .

Pensa-se também a questão do Estado do Maranhão em termos de Justiça e Segurança. É ampliado o quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça e preenchidas as novas vagas com aqueles que poderiam dar suporte ao governo de então e aos que o sucederam, numa perspectiva de Justiça a serviço do poder, ou integrando este aparelho do Estado também. A questão da Segurança: foram trazidos Oficiais do Exército para prestar serviços ao "MARANHÃO NOVO" (Cel. Maranhão Ayres, Cel. Paiva, Cel. Siebra de Brito). É a Justiça e Segurança a serviço das classes dominantes, gerando, cada vez mais, injustiças.

Uma característica do governo Sarney é a ampliação dos latifúndios, que tomam corpo na administração seguinte. Com Sarney, há, em 1969, a Lei da Terra, que abre, assim, as portas à "grilagem", legitimando-a, em muitas vezes. Mas é com Pedro Neiva de Santana que as terras do Estado passam a ser vendidas assustadoramente a grupos do Sul, tendo por instrumento de sua viabilização a COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) substituída pelo CETER, COTERMA e ITERMA, mudando de governo a governo.

Falar de terra, exige, necessariamente, lembrar e pensar a Justiça e a Segurança e, pela falência das duas, começam a surgir, pós-65, os grupos para-militares, formados pelos "seguranças", jagunços, institucionalizando-se quase a "pistolagem", no Maranhão, que, hoje conta com verdadeiros "grupos de extermínio" ou "esquadrão da morte", atuando no campo e também em São Luís, com uma assegurada impunidade por parte das autoridades competentes, tanto dos executores desses crimes como de seus mandantes, todos estes integrando a "classe política" maranhense.

Mas, falência não ocorre apenas quanto à Segurança e à Justiça; vai mais além. No campo da educação pública é de notar-se que, num acinte às tradições maiores da cultura do Maranhão, no último vestibular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - para não citar os de 1988 e 1989 da Universidade Estadual - apenas 26 alunos da rede oficial lograram classificação. E o que é pior, o vírus da propaganda eleitoral ainda se manifesta, através de nota oficial, elogiando o sistema educacional maranhense. . .

Mas não é só.

As políticas urbanas, dentro deste projeto de desenvolvimento e progresso, são voltadas também para o desrespeito ao homem e ao ambiente.

Sabe-se que São Luís é uma ilha oceânica, cujas terras são do domínio da União, por disposição legal. Ao serem pensadas, pois, ainda no governo Sarney, fatias desse alardeado progresso, já em sintonia com os primeiros murmúrios sobre Carajás e suas implicações, uma norma federal foi baixada, em fevereiro de 1970, transferindo para o Estado do Maranhão o domínio útil das terras da área Itaqui/Bacanga e Rio Anil. Em setembro de 1972, é dada sequência a esse plano de garroteamento das camadas populares, com a edição de nova medida federal, através da qual essas terras são transferidas para o Município de São Luís que, via SURCAP, em pouco tempo, as coloca, principalmente as do Rio Anil, à venda. E aí não sobrou nada mais para os desvalidos econômica e socialmente: do lado de lá do Bacanga, a Universidade Federal e a Companhia de Desenvolvimento Industrial e, do lado de cá, o que sobrou das vendas passou, no final da década de setenta, a ser hipotecado ao Banco Nacional de Habitação (BNH), com vistas à construção de mais de 9.000 casas populares, nos bairros do São Francisco, Camboa, Liberdade e Floresta. Era o PROMORAR do qual só restaram os aterros e menos de 200 casas construídas, no bairro da Floresta, além de uma profunda história de corrupção. . .

Toda esta política urbana elitista e sem nenhum compromisso com as camadas proletárias provocou, a partir de 1978 e em toda a década de oitenta, a onda das ocupações, impropriamente chamadas de "invasões". A propósito, é bom, no entanto, perceber-se toda uma manipulação que passa, pouco a pouco, a ser feita por inescrupulosos politíqueiros, entre os quais se destaca a figura do hoje deputado Jairzinho, em cima do direito à moradia que, no momento atual, transforma a periferia de São Luís em uma permanente praça de guerra, onde grupos de pistolagem se digladiam.

A questão urbana é um ponto crucial em meio a toda a problemática de São Luís. Já se viu a infra-estrutura legal, em 1970 e 1972. É após isto que chega a AMZA (Amazônia Mineração), lá para os lados do Anjo da Guarda, Vila Maranhão, Boqueirão, Itaqui. Uma verdadeira "besta fera", transformando tudo, expulsando os moradores da área (pescadores, oleiros, agricultores), mediante irrisória indenização, os quais se deslocam para a cidade onde não encontram trabalho, não encontram onde morar com dignidade, não encontram escola para os filhos e nem a adequada assistência médica - para só se falar nisto. O meio ambiente é destruído.

No bojo de tudo isto, sem nenhuma discussão, sem nenhuma participação popular, implanta-se, em 1980, em plena Ilha de São Luís, a siderúrgica de alumínio ALCOA, contra todas as normas da Organização Mundial de Saúde, pelo que tem de poluidora e inadequada às caracte-

terísticas da região, recebendo todo o apoio do governo de então (João Castelo) que a presenteia com algumas isenções e muitas vantagens materiais. É bom assinalar-se que tudo fora feito às caladas e, não fosse a perspicácia do deputado Haroldo Sabóia, que fez contundentes denúncias na Assembléia Legislativa, pouco teria havido de reação, até porque sua política de boa vizinhança e de sutil dominação fez silenciar muitos segmentos.

De forma idêntica e ainda no governo João Castelo, silenciosamente, na vizinha cidade de Alcântara, dá-se acontecimento semelhante. Seus moradores, principalmente os da zona rural, em certa manhã de outubro de 1980, são surpreendidos com a notícia de desapropriação de vastíssima área para ser, ali implantado um programa espacial para lançamento de mísseis e outros exemplares da indústria bélica aérea, descaracterizando, assim, toda a tranqüila vocação da histórica cidade e desrespeitando as tradições culturais daquela gente, com profundas modificações no seu modo de vida.

Permeando toda esta realidade, está o que, impropriamente, se chama de classe política. Nada é mais "sem classe", no Maranhão, do que os integrantes da categoria dos que têm sustentado politicamente os detentores do poder. Basta que tentemos visualizá-los, sobretudo suas práticas. As alianças indecorosas e oportunistas têm marcado profundamente os momentos fortes da política local. E cresce, hoje, mais um dado: o caciquismo político do interior, com o êxodo de populações expulsas para a Capital, está fazendo São Luís perder as suas características



J. Azcárate



de rebeldia oposicionista e entrando no mesmo esquema de dependência, submissão ou servilismo eleitoral. É grande o heroísmo do PT em manter-se firme a seus princípios e convicções.

E, nisto, o poder tem sido hábil. Se no interior é o Prefeito que substituiu os velhos coronéis controlando a população, em São Luís todo o controle se dá através do sindicalismo pelego, das Uniões de Moradores de bairro, dos clubes de mães etc., sendo fortíssima a força política do grupo sarneista.

É oportuno que se faça alguma referência a nomes como Ivar Saldanha que, desde 1951, se projeta na política estadual com uma aparente finura e tranquilidade, mas encarnando, ainda, todo o poder do cacique tradicional. Muito hábil, desponta sempre na hora das crises, haja visto em 1982, substituindo João Castelo no governo, e, no recente confronto com João Alberto, não fossem alguns acidentes jurídicos no percurso, estaria ele novamente à frente do governo. Tem-se também o próprio João Castelo que ninguém pode desprezar na disputa que já está havendo com Sarney Filho para voltar a governar o Maranhão, agora com as bênçãos do Presidente da República.

Castelo e Luís Rocha foram os mais violentos governantes da quadra pós 65. Aquele, reprimindo todas as manifestações populares, na Capital; o outro, transformando o campo em um vale de sangue. O primeiro, o semeador da "pistolagem" que, no momento, se institucionaliza; basta lembrar-se o que foi o seqüestro dos estudantes Luís Alberto, Genésio e Gilmar, nas matas Araçagi/Raposa, em novembro de 1981, após o massacre na praça João Lisboa sobre os que, na Câmara de Vereadores, tentavam testemunhar mais um vergonhoso aumento de preço das passagens de ônibus. Foi também no governo Castelo que São Luís presenciou outro massacre: a repressão ao movimento estudantil da meia-passageira em 1979, onde várias lideranças populares e dos movimentos da Igreja Católica foram denunciadas ao Ministério da Justiça (como em 1981 também), tentando enquadrá-las na Lei de Segurança Nacional. Luís Rocha, tendo por Secretário de Segurança a figura hostil do Coronel Silva Júnior, deflagrou guerra contra os que, no meio rural, lutam contra o latifúndio e a "grilagem". Luís Rocha deu toda a força à União Democrática Ruralista (UDR), merecendo dos bispos da Província Eclesiástica do Maranhão repúdio pelas violentas atitudes que os dois tomavam, excluindo-os, assim, da comunhão eclesial.

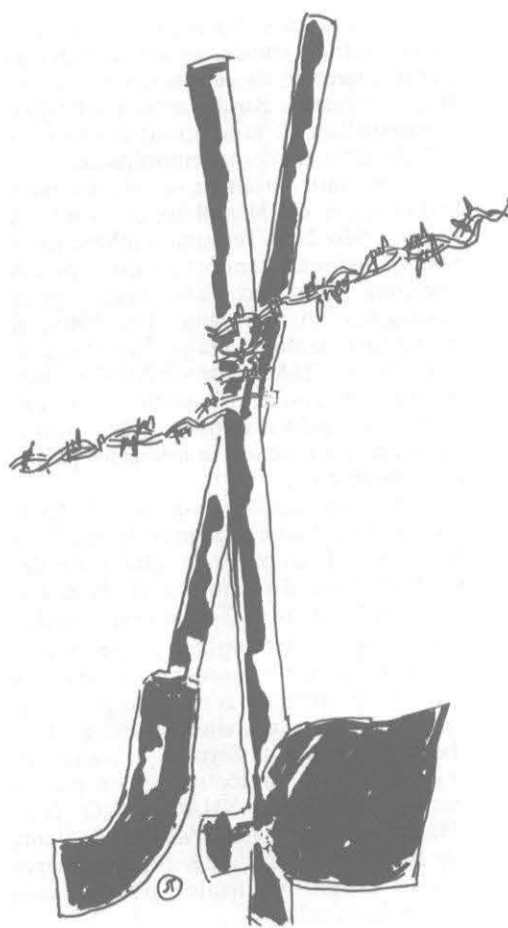
Em São Luís, a violência do governo Luís Rocha se manifestou contra os ocupantes de vários bairros, ressaltando-se os de Bom Jesus e da Vila Itamar a qual foi transformada em verdadeiro acampamento de guerra, de junho a outubro de 1985.

Alexandre Costa também vem do Maranhão antigo, desde quando era cunhado do governador Eugênio Barros, com uma rápida incursão pelo mundo da "Oposições Coligadas", firmando-se no "MARANHÃO NOVO" como deputado federal, depois senador biônico (na ditadura) e, em 1986, é eleito senador, "democraticamente". Nos últimos tempos, oscila entre o castelismo e o sarneisismo.

De 1979 a 1988, há um outro setor, também político e que integra o aparelho do Estado, que realiza esse projeto de violenta dominação - é a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na pessoa de seu reitor José Maria Cabral Marques. Foi uma gestão de pulso de ferro, pela grosseira repressão aos que ousavam pensar e divergir criticamente. Nunca se viu, em todo o Brasil, tantos processos entre uma Universidade e professores e alunos do que, nessa quadra, na justiça Federal e na Justiça do Trabalho, no Maranhão.

Que mais se pode acrescentar, ainda como "flashes", nesta trajetória superficial da história maranhense dos últimos 25 anos? Claro que não se pode deixar à margem a corajosa atuação de alguns setores pastorais da Igreja Católica. Se há quem possa ter se aliado a alguns projetos do poder, por outro lado há expressivos segmentos que têm procurado viver o "ser Igreja no mundo", inclusive na política, exercitando sua missão profética. Organismos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude (PJ), Sala da Imprensa da Arquidiocese, Movimento de Cursilhos da Cristandade (MCC), Paróquia de São João, Jornalzinho 25 de Março, Rádio Educadora, Cáritas, CIMI, Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Justiça e Paz (CJP), têm sido, uns mais e outros menos, dependendo do tempo e das circunstâncias, fortes sinais de esperançosa libertação para as camadas oprimidas.

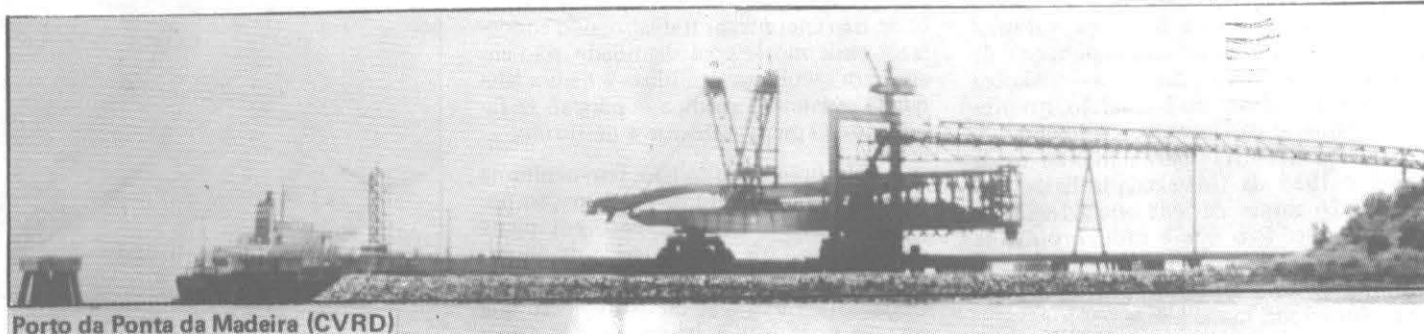
Ao lado desses setores da Igreja e, muitas vezes, em ação conjunta, é de valorizar-se o trabalho da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados e da Comissão Pró-Meninos e Meninas de Rua, na articulação popular e também na denúncia às violências do poder.



Tem-se, portanto, ao final de todo este período, um Maranhão que se comunica com todo o mundo; que proclama possuir uma das maiores siderúrgicas do mundo; que tem uma base espacial que concorre, no mesmo pé-de-igualdade, com as grandes potências; que possui o porto do Itaqui, o maior escoadouro de minérios do País; que se dá ao luxo de aterrar uma parte imensa da Baía de São Marcos para embelezar uma área nobre - enquanto a população se torna, cada vez mais, violenta, faminta e marcada por uma política de opressão sobre os mais pobres.

Tudo isto decorrente da execução de um projeto de desenvolvimento e progresso voltados contra os interesses do povo e marcados pela corrupção e violência.

\*Helena Barros Heluy é jornalista, Procuradora de Justiça, professora do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís.



Porto da Ponta da Madeira (CVRD)



# MARANHÃO: SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Claudio Zannoni

O presente trabalho quer servir de esclarecimento e ajuda, especialmente para agentes de pastoral e de movimentos populares engajados na luta dos oprimidos, para que, a partir da reflexão e da consciência sobre o mesmo sofrimento, se costure uma aliança entre as classes oprimidas neste processo histórico participativo da sociedade a nível nacional e internacional. São dados estatísticos e análises que partem da nossa experiência de trabalho junto a essas nações que tanto têm a contribuir para a nossa sociedade.

## A) IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

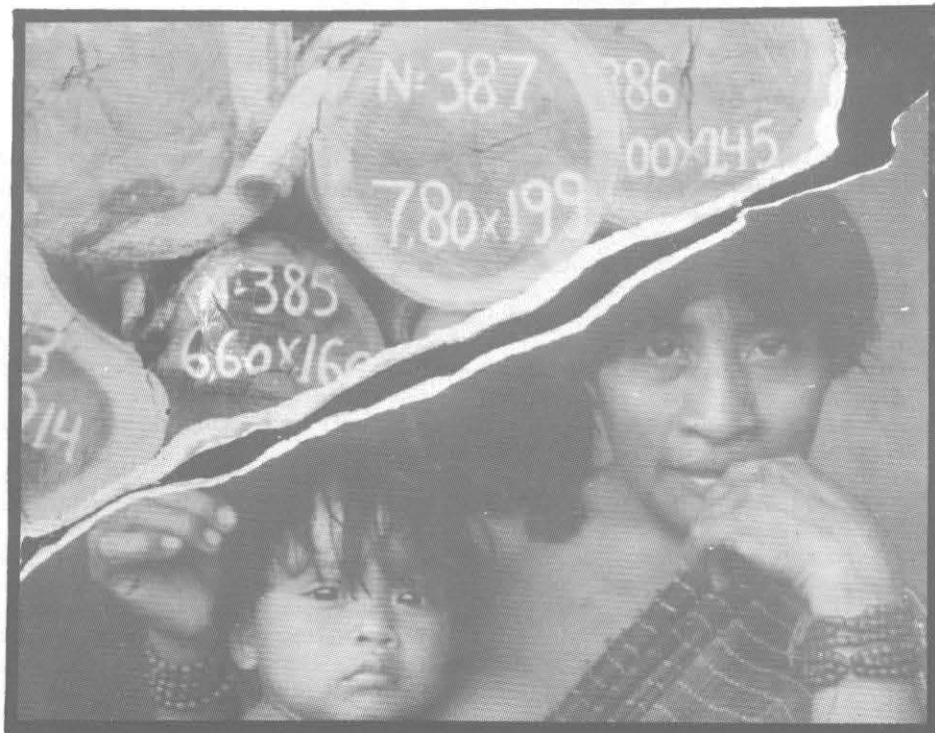
Em 1612, quando a colonização europeia atingiu a Ilha de São Luís, calculava-se uma população de 250.000 índios em todo o Estado, hoje, reduzida a menos de 13.000.

Esta redução resultou da luta sangrenta entre índios e portugueses; entre o trabuco e o tacape; entre vida comunitária e escravidão; entre o relacionamento com a natureza e o trabalho forçado; entre uma economia de subsistência e uma economia de produção comercial.

Isto provocou a extinção de muitas nações, entre elas a grande nação Tupinambá e inúmeras nações de língua Jê do sul do Maranhão. Esta luta sangrenta e desigual teve muitos mártires, que bravamente lutaram em defesa de sua terra, sua cultura, sua vida, enfrentando o inimigo cara a cara (Tupinambá, Barbado, Sakamekrá etc. . .), às vezes fugindo ao confronto, se refugiando sempre mais mata a dentro (Tembé), ou procurando conviver com o escambo comercial, como forma de sobrevivência e preservação da própria cultura (Guajajara).

Hoje, só nove povos habitam o Maranhão, situados na pré-amazônia maranhense e distribuídos em vários municípios.

Estas nações estão divididas em dois troncos linguísticos:



Carlo Ubbiali e J. Azcarate

### TUPI-GUARANI

GUAJAJARA-TENETEHARA (Bom Jardim, Amarante, Grajaú, Barra do Corda)  
TEMBÉ (matas do Gurupi)  
URUBU-KAAPOR (matas do Gurupi)  
GUAJÁ (matas do Gurupi)  
GUARANI (Bom Jardim)

### JÊ-TIMBIRA

CANELA - Apaniekrá (Barra do Corda)  
CANELA - Rancokamekrá (Barra do Corda)  
KRIKATI (Montes Altos)  
GAVIÃO - Pukobiê (Amarante)  
TIMBIRA DA GERALDA (Barra do Corda)

## SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A demarcação das áreas indígenas no Maranhão foi fruto da luta dos índios travada na década de 70. Este processo, porém, se interrompe nos anos seguintes, e somente em 1988-89, após pressões externas e o acirramento dos conflitos entre índios e posseiros, foram demarcadas mais duas áreas (Geralda-Toco-preto e Urucu-Juruá). A resistência das comunidades indígenas que se encarregaram de expulsar os invasores, não sem luta sangrenta, surtiu seus efeitos. No entanto, os dois processos demarcatórios que enfrentavam sérios problemas, ainda não foram

resolvidos. Trata-se da demarcação das A. I. Krikati e A. I. Awá-Gurupi.

A área indígena Krikati continua há vinte anos em processo demarcatório. O processo judicial está numa fase bastante atrasada após inúmeros levantamentos topográficos e laudos antropológicos respectivos. Tudo isso provoca uma constante insegurança à comunidade encurralada por quase 5.000 posseiros e 17 fazendas. O clima de tensão é grande e as ameaças contínuas podem espocar num conflito de sérias proporções. Não bastasse isso, a área é de interesse mineral e pretendida pela PETROBRÁS.

A área indígena Awá-Gurupi, dos índios Guajá, povo nômade, sem agricultura, está atravessando sérios problemas devido ao processo acelerado de invasão. As invasões são efetuadas por posseiros e por grandes fazendas, avançando com o desmatamento indiscriminado. Frente ao perigo iminente do confronto, o CIMIMA lançou uma campanha em maio de 1987 "TERRA PARA OS GUAJÁ". Esta campanha surtiu efeito enquanto forma de pressão aos órgãos governamentais. Como resposta, o Governo dividiu esse território, criando a Reserva Biológica do Gurupi, restando para os Guajá 147.500 ha demarcados através da portaria interministerial n.º 76, de maio de 88. Em setembro deste mesmo ano, sob pressão dos fazendeiros e grupos econômicos da região, a área foi reduzida, desta vez,



de 147.500, para 65.000 ha, enquanto que os fazendeiros ficaram com 82.500ha.

A área então é cortada por um corredor indefensível traçado com linhas secas entre grupos econômicos empurrando dos dois lados.

Tem ainda a área indígena Araribóia, homologada recentemente (jan/90) sob a denominação de COLÔNIA INDÍGENA. Sarney no seu último desatino etnocida justifica tal ato baseado no conceito de "índio aculturado", quando se sabe que este conceito foi derrotado na nova Constituição. Portanto, esse desatino, além de etnocida é também inconstitucional e fere profundamente o direito dos povos indígenas.

Se de um lado o Maranhão está numa situação privilegiada em relação aos outros estados pela proporção de áreas demarcadas, do outro, está enfrentando sérias dificuldades no que diz respeito à garantia das mesmas. São vários e diferentes os tipos de invasão:

*Invasões por madeireiros:* - A. I. Araribóia, Awá, Caru e Cana-Brava.

*Invasões por coletores de jaborandi:* A. I. Araribóia.

*Invasões por posseiros:* - A. I. Alto Turiaçu, Awá, Caru, Cana-Brava, Krikati.

*Invasões por grandes grupos econômicos interessados na agropecuária, na exploração de madeira e na mineração:* - A. I. Awá, Caru, Araribóia, Alto Turiaçu, Krikati, Cana-Brava.

*Invasões por garimpeiros na região do Gurupi:* - A. I. Alto Turiaçu.

Este quadro mostra a situação fundiária das terras dos índios no Maranhão:

- Guajajara: 8 áreas, 4 homologadas (A. I. Pindaré, Caru, Bacurizinho, Morro Branco).

1 homologada como Colônia Indígena (A. I. Araribóia)

3 demarcadas: (Cana-Brava, Urucujuruá, Lagoa Comprida)

- Guajá: 1 área reduzida substancialmente (276.000 p/ 65.000 ha, A. I. Awá-Gurupi).

- Urubu-Kaapor e Tembê: habitam a mesma área homologada (A. I. Alto Turiaçu).

- Krikati: 1 área não demarcada (A. I. Krikati)

- Gavião Pukobiê: 1 área homologada (A. I. Governador)

- Canela: 2 áreas homologadas (A. I. Porquinhos e Canela)

- Timbira da Geralda: 1 área demarcada (A. I. Geralda - Toco-Preto)

Existe ainda uma área em Barra do Corda usada como dominial da caça tanto pelos Guajajara como pelos Canela (A. I. Rodeador)

### C) ECONOMIA-SAÚDE E EDUCAÇÃO

A economia é baseada na agricultura (economia de subsistência) exceção feita aos Guajá que são nômades e vivem basicamente da caça, da pesca e da coleta.

As nações que sobrevivem da agricultura plantam geralmente milho, cará, batata-doce, amendoim, mandioca, abóbora, etc. . . O arroz, cultivado mais como alimento de troca (para os povos de língua Tupi), hoje é utilizado para o próprio consumo.

A caça e a pesca são praticadas em épocas apropriadas, e nos ciclos culturais.

A atividade extrativista baseia-se na coleta do côco babaçu (geralmente para consumo), a folha de jaborandi e o cumaru como elementos de troca e venda.

O artesanato é um elemento importante na complementação da economia, sobretudo nos períodos de carência.

Em algumas áreas existe uma certa dependência da FUNAI, no que diz respeito à pecuária e a agricultura mecanizada.

A saúde é bastante precária entre as comunidades indígenas. Esta situação varia muito, dependendo principalmente da produção de bens alimentícios.



J. Azcárate

As principais doenças são: TUBERCULOSE, DESIDRATAÇÃO, INFECÇÕES INTESTINAIS, GRIPE, DORES REUMÁTICAS, MALÁRIA, DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, CÂNCER DO COLO.

As Causas são: a desnutrição, o alcoolismo, o abandono das roças, proximidades de algumas aldeias a cidades, garimpos, invasões.

Com relação à assistência, não há por parte da FUNAI uma política coerente com a realidade indígena. Os atendentes são despreparados, faltam medicamentos básicos, os atendentes subestimam a medicina indígena, usam indiscriminadamente os remédios químicos, há o incentivo à esterilização, postos médicos insuficientes, falta de uma estrutura básica de atendimento (hospitais) nas cidades sedes das unidades administrativas da FUNAI.

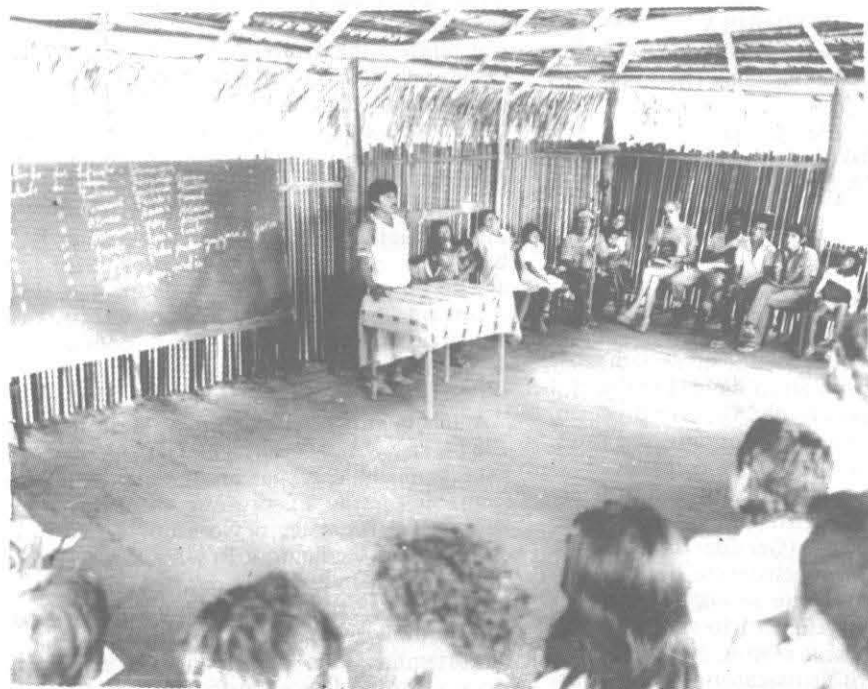
A assistência educacional prestada pela FUNAI é nos moldes nacionais e é marcada por uma forte tendência colonizadora e integracionista.

Porém, a educação nas aldeias não tem sido tarefa exclusiva da FUNAI, presente na maioria das aldeias; também o Summer e as "Novas tribos do Brasil" e em alguns casos as prefeituras exercem o papel de educadores.

A presença de monitores bilíngues só existe em algumas áreas, assim a alfabetização de crianças é feita 90% em português.

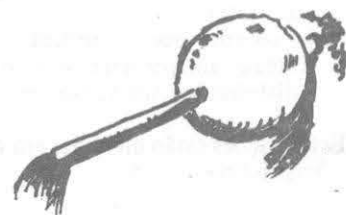
A educação nas aldeias se dá até a 4ª. série, depois os jovens têm que ir para as cidades. . .

O quadro de professores da FUNAI é constituído de uma maioria branca, sem preparação adequada no que se refere à questão e à cultura indígena. Usam o material didático oficial, desrespeitam o tempo e o processo de aprendizagem dos estudantes indígenas.



J. Azcárate

Assembléia Indígena - P. I. Pindaré - (Guajajara)





## 2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS

### A) PGC x ÍNDIOS

Em 1982, após veementes protestos das entidades indigenistas nacionais que denunciaram a presença de várias nações indígenas no Corredor da Estrada de Ferro Carajás, até então não consideradas pelo projeto, o Banco Mundial obrigou a CVRD a estipular um convênio com a FUNAI, com o objetivo de “defender as comunidades indígenas do impacto provocado pela instalação do projeto”: PROJETO FERRO CARAJÁS – APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS.

O projeto foi orçado em 13,6 milhões de dólares e teve a duração de cinco anos, incluindo no final também as outras áreas que tinham sido excluídas por se encontrarem fora do Corredor (100 km da ferrovia): as áreas de Barra do Corda e Grajaú. Previa o apoio financeiro da CVRD à implantação de projetos sócio-econômicos (saúde, educação, saneamento básico, agricultura, etc. . .) para as comunidades afetadas. No entanto, de acordo com o orçamento original apresentado pela FUNAI em 1982, apenas 0,06 % dos recursos estariam destinados à regularização fundiária e boa parte serviria para reforçar o orçamento da FUNAI, duplicando uma infraestrutura já deformada, com ênfase quase que exclusiva para o setor de obras, equipamentos, gastos administrativos e manutenção de postos. De fato, “entre 1982 e 1987, 80% dos gastos foram com a aquisição de equipamentos inúteis (maquinário agrícola, veículos etc. . .), construções despropositadas e contratações de funcionários, muitos desnecessários e outros sem condições de continuidade em seu trabalho (sobretudo na área de saúde). Como resultado das pressões sistemáticas feitas pelos antro-

pólogos consultores nesse período, 10,5% dos recursos acabaram sendo gastos com a regularização fundiária das áreas abrangidas, porcentagem ainda muito aquém, todavia das necessidades contidas nas recomendações apresentadas”. (Ferraz e La-deira).

Se de um lado o projeto pretendia a integração dos índios nos moldes produtivos da sociedade nacional segundo as palavras do senhor Nestor Jost, secretário-executivo do Conselho Interministerial: “Os índios atingirão um grau de aculturação ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no projeto”.

Por outro lado, os índios souberam resistir e recuperar, nos últimos anos, sua economia e seus mecanismos de defesa. Não podemos, porém, deixar de reconhecer que o projeto de apoio deixou várias brechas nas comunidades indígenas ainda não sanadas, que aliás, mudaram seus hábitos, como por exemplo, a dependência do dinheiro e de certos bens de consumo.

As investidas do capital porém, continuam insistindo no seu projeto originário. Embora admitindo, em parte, os fracassos e os desastres que o projeto de apoio provocou, o novo Plano Diretor do PGC conclui o capítulo sobre as comunidades indígenas assim: “O que deve ser feito diante da situação atual enfrentada pelas tribos do Corredor é questão con-

troversa entre antropólogos e entidades indigenistas, mas é inegável que o que se pode depreender do processo em andamento é que a aculturação é inevitável. A reversão deste movimento exigirá, certamente, cuidados, esforços e recursos consideráveis e talvez nem assim se efetue”.

### B) ÍNDIOS x NOVO GOVERNO

Pouco se sabe sobre as perspectivas do novo Governo quanto à questão indígena. Uma análise do Governo Sarney quanto a essa questão, nos serve para entender o futuro destas nações.

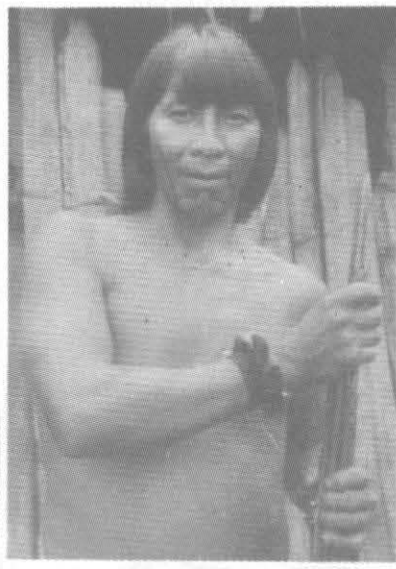
A política indigenista da “Nova República” resultou numa série de medidas negativas. Na prática os rumos passaram a ser decididos pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (hoje SADEM: Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional). O lobby foi no sentido de reduzir sensivelmente as terras indígenas, procurando introduzir a distinção entre os índios, dependendo do grau de contato, impondo o conceito de índios *aculturados*, que veriam suas terras demarcadas como colônias indígenas e *não aculturados* que teriam suas terras demarcadas como áreas indígenas.

Isto foi o resultado imediato do Projeto Calha Norte.

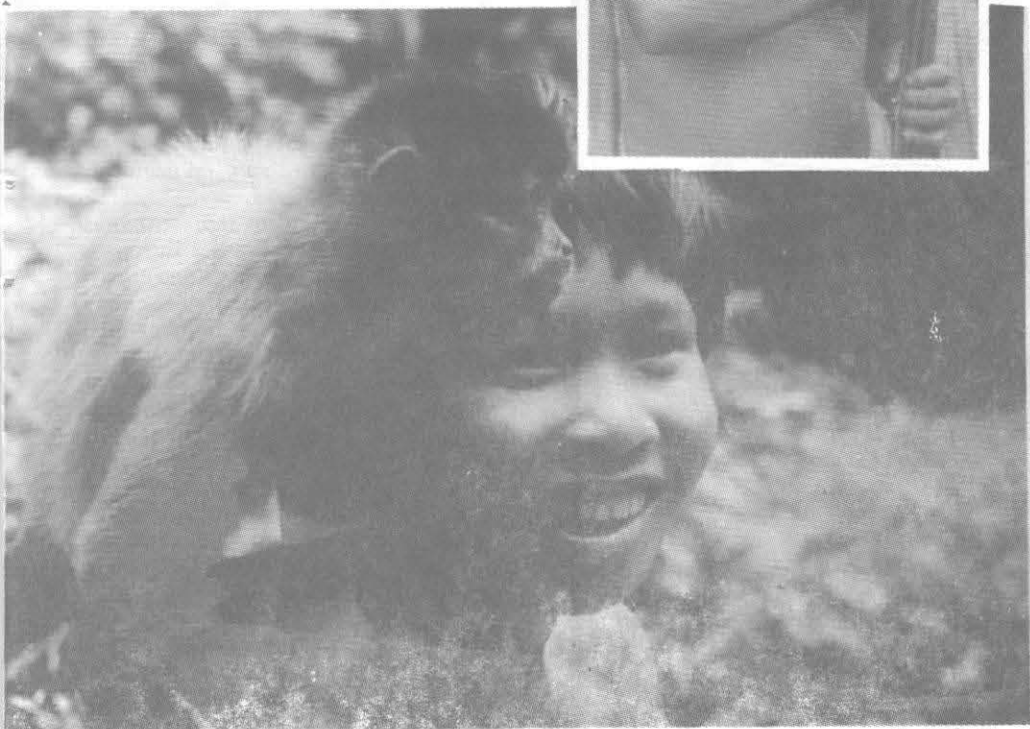
Se por um lado o Governo Sarney demarcou o maior número de terras indígenas comparado aos Governos que se sucederam nestes últimos trinta anos, por outro lado, estas terras sofreram reduções de até 60% (ver Guajá, Yanomami, etc. . .)

Paralelamente a isso, a FUNAI foi perdendo a sua força e sua atuação foi sendo reduzida. O campo assistencial (saúde e educação) é de total descaso por parte do órgão em todo o território nacional, aliás, em alguns estados a FUNAI transferiu a responsabilidade destes serviços (saúde, educação) aos estados e municípios. Foi também no Governo Sarney que a FUNAI foi descentralizada, passando a se constituir de 6 superintendências regionais, mais a presidência em Brasília. Esta descentralização efetuada em 1986 teve como objetivo principal quebrar a força organizativa dos índios que estavam sempre mais reivindicando seus direitos.

A partir desta análise podemos afirmar que a política indigenista do novo Governo irá continuar dependendo plenamente dos interesses militares e das empresas mineradoras na Amazônia. Quanto à situação assistencial e à existência do órgão tutor, provavelmente outros rumos serão adotados. Às vésperas do 2º. turno, em um debate no Congresso Nacional, um assessor do presidente Collor dizia que a FUNAI em breve deveria ser extinta (o que terá em seu lugar?) e se procederia a uma descentralização da FUNAI (em que termos?) O futuro das nações indígenas do Brasil certamente não é dos melhores. Se até agora as áreas Krikati e Awá não foram demarcadas, mais difícil será no atual Governo, diante do aumento das forças políticas e dos interesses econômicos crescentes na região.



J. Azcárate



J. Azcárate.



### C) DEFESA DA TERRA

No capítulo sobre a situação fundiária dissemos que boa parte das terras indígenas estão demarcadas e regularizadas. No entanto, isto não impede a invasão.

O problema é: como defendê-las diante da ameaça constante por parte de empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras, garimpeiros, colonos à procura de terra empurrados pelos empreendimentos agropastoris. Algumas nações estão fiscalizando constantemente os limites e reavivando os marcos (Kaapor, Guajajara das A. I. Pindaré e Urucu-Juruá, os Timbira da Geralda). Os outros aguardam providências da FUNAI (Araribóia, Caru, Bacurizinho, Governador), enquanto outros enfrentam uma situação de total insegurança (Guajá, Krikati). Enquanto isso, o órgão tutor está sempre mais inoperante, sem recursos e sem poder. Não fosse pelo interesse de alguns poucos chefes de posto, a situação hoje estaria muito pior. Até agora os avanços das frentes de invasão quase sempre foram rechaçados, mas até quando isso será possível?

### D) SUBSISTÊNCIA

O projeto de apoio às comunidades indígenas acabou, e como dissemos, deixou fendas. A maior delas é o problema da subsistência. O projeto criou uma série de exigências, que geraram dependência econômica e mudam a forma de vida das nações indígenas. Podemos exemplificar isso com a produção de arroz entre os Guajajara. Até 1982, produziam apenas o suficiente para a troca. A partir dos financiamentos do Carajás, propiciando sementes, subsidiando (com alimentos) na entressafra e na colheita, fez com que os Guajajara substituíssem boa parte da produção de milho e de mandioca por esse novo produto, imposto pela força do dinheiro. Em 1984, por exemplo, os Guajajara do Pindaré foram os maiores produtores de arroz da região de Santa Inês. Isto criou uma certa dependência. Quando os financiamentos estavam acabando, houve um certo desmoronamento, o abandono das roças e a fome. Só após se darem conta de que as verbas tinham acabado, os Guajajara começaram uma len-

ta, mas gradual recuperação agrícola nos moldes tradicionais, sem contudo abandonar o cultivo do arroz.

Outras necessidades criadas pelo projeto com a entrada do dinheiro e dos equipamentos (moto-serra, carro, fogão a gás, aviamento para a casa de farinha, motor de luz, poço artesiano, casas de alvenaria etc. . .) vieram modificar os hábitos destas comunidades. Com o passar do tempo esses objetos passaram a exigir reparos e manutenção que até então faziam parte da economia destas comunidades. O que fazer para que esses bens continuem servindo e não virem sucata?

É esta uma das preocupações que hoje se estende também ao serviço de saúde e educação, visto a decadência e falta de assistência nestes dois campos tão importantes. Onde encontrar a saída para tão grave problema? É no artesanato?, na coleta do jaborandi ?no babaçu? no cumaru? é no arrendamento das terras, na venda de madeira ou na exploração mineral?

São perguntas que variam para cada área e exigem respostas diferenciadas. No entanto, o problema está posto e requer solução imediata, até por uma questão de sobrevivência, para passar da dependência à autosuficiência.

### 3) ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

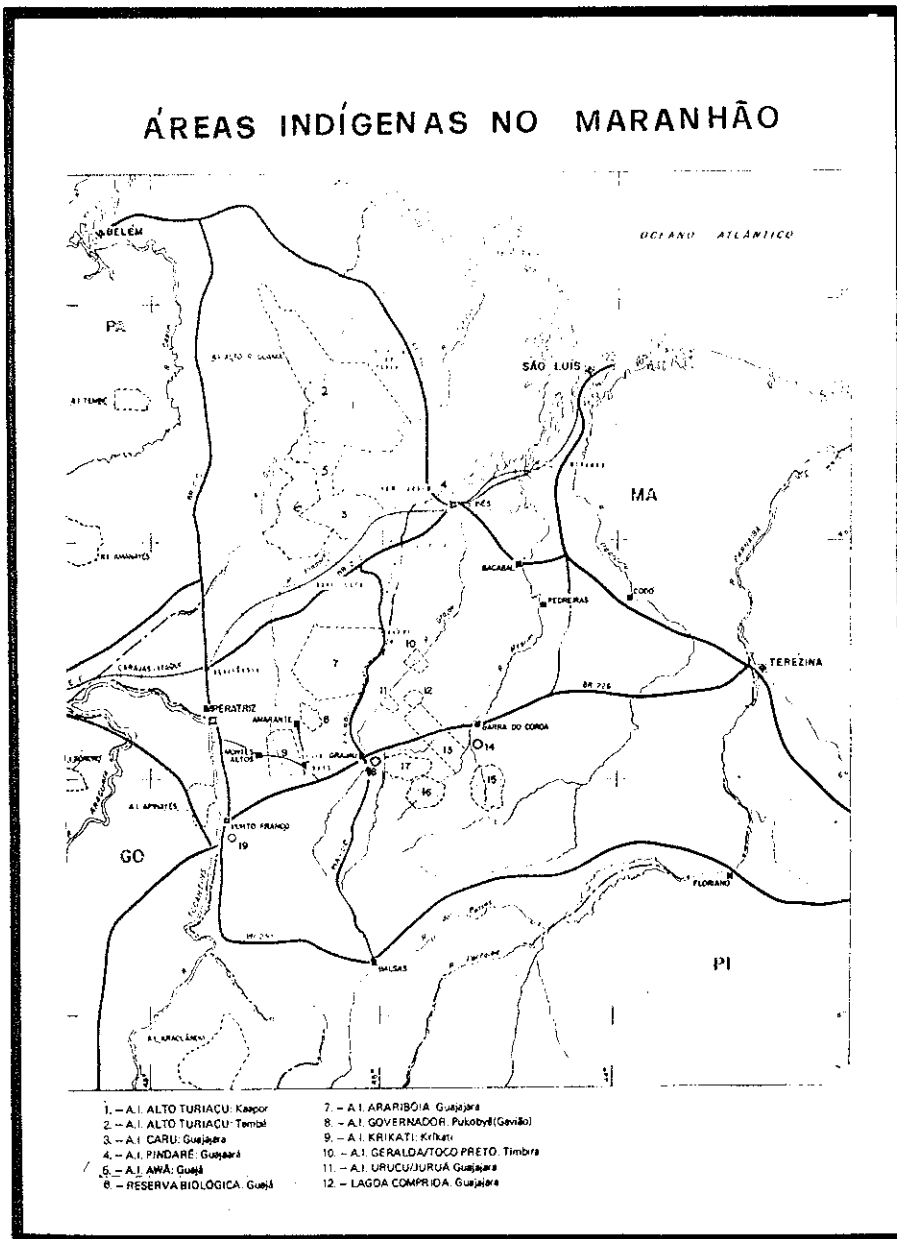
#### A) MOVIMENTO INDÍGENA

Os últimos dois anos marcaram a organização indígena a nível nacional e internacional. A constituinte, o protesto contra as barragens do Xingu e a movimentação em favor dos Yanomami, marcaram profundamente os rumos da luta indígena no Brasil.

Foram momentos privilegiados e fundamentais para a tomada de consciência da força política e para o fortalecimento das várias organizações indígenas que surgiram na Amazônia. Isto fez com que a questão indígena saísse da esfera da aldeia, ou do grupo e se tomasse um problema comum, o problema de todos os povos, o problema e responsabilidade de toda a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional.

A ida de numerosos representantes de grupos indígenas do Brasil à Europa e aos Estados Unidos, trouxe à tona um aspecto por tanto tempo abafado, e que despertou a luta em defesa da Amazônia, não só por uma Amazônia feita de mata, mas especialmente pela Amazônia lar, onde vivem povos indígenas com suas culturas, modo de vida, língua. Povos esses que exigem respeito à vida e o reconhecimento à própria cultura e existência.

Diante disso, quais foram as respostas das comunidades indígenas do Maranhão? Aqui o movimento indígena passou por muitas dificuldades:





— A divisão administrativa conseguiu seus intentos. De fato, desestabilizou, em parte, o movimento que tinha surgido a partir das assembleias de Bacurizinho e Pindaré, não permitindo mais o encontro entre índios do mesmo povo (como no caso dos Tenetehara que estão distribuídos nas três unidades administrativas), nem entre povos diferentes.

Podemos dizer ainda, que diversificou os interesses dos índios. Se antes eles se encontravam quase que periodicamente em São Luis na delegacia regional, trocando entre eles informações e muitas vezes assumindo juntos o problema do outro para uma solução em favor da comunidade como um todo, agora a comunicação se faz muito mais difícil e o poder reivindicativo, muito menor. Os problemas da região do Pindaré e Gurupi passaram a ser resolvidos pela unidade administrativa de São Luis; os de Barra do corda, pela unidade lá; os de Amarante e Montes Altos, pela unidade de Imperatriz. Só Grajaú ficou ligada diretamente a São Luis por motivo de força política dos Guajajara de lá, mas se mantendo sempre mais desligados dos problemas das comunidades do Pindaré.

Ainda mais, a corrida aos cargos dentro da FUNAI durante o convênio CVRD-FUNAI, por parte dos índios, levou aos poucos estas mesmas lideranças a se afastarem da luta em prol de todas as comunidades do Maranhão e levar adiante uma luta mais pessoal para permanecerem nos cargos conquistados.

Nem tudo, porém foi negativo. As assembleias e os encontros com outros povos, até fora do Maranhão, despertaram bastante o interesse e a preocupação com o futuro. No entanto, problemas mais urgentes unem mais, (como reavivar os limites das áreas, expulsar invasores, reivindicar serviços de saúde etc).

Por isso achamos muito distante a possibilidade de uma organização mais ampla dos povos indígenas do Maranhão, mesmo por áreas culturais, mas não a consideramos impossível.

Se de um lado o projeto de Apoio conseguiu interferir na vida e na cultura dos índios, do outro, podemos dizer que após dois anos de interrupção dos financiamentos, a organização interna tribal não foi abalada. Aliás aos poucos está respondendo de maneira corajosa e interessante aos desafios que nestes últimos anos lhes foram postos. O despertar dos jovens é o exemplo mais significativo dessa força. Após vários anos de sofrimento, alguns jovens do P. I. Pindaré conseguiram concluir o segundo grau e outros irão terminar nestes próximos dois anos. A partir disso já estão pensando em assumir mais tarefas a serviço da própria comunidade. Se, com coragem conseguiram enfrentar a hostilidade da escola do branco, certamente conseguirão responder aos desafios que o serviço à comunidade lhes coloca. Este não é um movimento isolado, mas está se dando também em Imperatriz, Amarante, Montes Altos, Grajaú, Barra do Corda, Arame e São Luis, onde os jovens procuram enfrentar esta batalha para um futuro melhor, a fim de que a co-



J. Azcárate

munidade possa assumir a sua própria história, sua própria caminhada.

A recuperação cultural é um outro grande exemplo de resistência desses povos. Festas há anos deixadas de lado (festa do mel e festa do rapaz) ressurgem e reavivam a coesão do grupo e a força de lutar pela sobrevivência. É de fato na festa que o índio descobre celebrando a vida, o seu espírito muito profundo e o seu desejo de viver. São sinais muito importantes que muitas vezes só a força do dinheiro consegue quebrar. É uma esperança de vida onde jovens, adultos e velhos celebram a própria cultura e a alegria de se redescobrir índios que pertencem à própria comunidade em luta pela libertação.

## B) ALIANÇAS COM SETORES DA SOCIEDADE

Nesta caminhada os índios aprenderam e descobriram que não podem estar sozinhos. Nesta sociedade onde eles são minoria, precisam de ajuda dos setores progressistas para juntos enfrentarem esta batalha. Aprenderam na Constituinte, onde conseguiram fazer valer as suas reivindicações; aprenderam em Altamira, onde entidades, políticos, organizações internacionais etc. vieram prestar solidariedade para impedir um desastre ecológico e o genocídio de mais outras nações indígenas.

É uma luta comum e recíproca junto aos setores mais sofridos da sociedade, para que sejam respeitados os direitos de todos. O índio precisa da ajuda dos posseiros, e vice-versa, para rechaçar os fazendeiros que os empurram para invadirem as áreas indígenas.

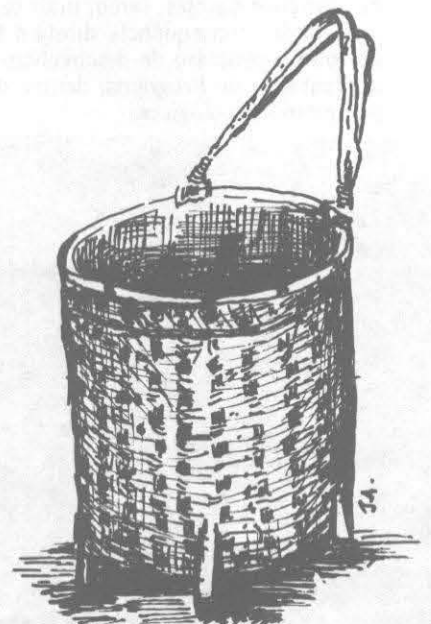
Estes passos já foram dados no Maranhão e estão continuando a se dar na participação em manifestações sindicais; nos movimentos políticos; nas disputas eleitorais; na participação e encontros com lavradores e vice-versa. Não é fácil, mas é uma luta comum por uma sociedade igualitária.

## CONCLUSÃO

O futuro muitas vezes espanta só de pensá-lo. As próximas usinas siderúrgicas que serão implantadas no Maranhão irão ameaçar as áreas indígenas, as únicas reservas florestais do Maranhão. Saberão os índios dar uma resposta à altura dos acontecimentos futuros? Esperamos que sim e confiamos que isso aconteça.

A existência desses povos é uma prova da teimosia e da vontade de viver e de lutar destas nações. Esperamos que a força dos jovens saiba responder amanhã a estes desafios.

\* *Claudio Zannoni*  
Coordenador regional do  
Conselho Indigenista Missionário - CIMI  
Há oito anos trabalha com os  
índios Guajajara.





# Índios Guajajara e o Programa Grande Carajás

Cinco anos de projeto "Apoio às Comunidades Indígenas do Maranhão

Carlo Ubbiali \*

O Programa Grande Carajás é uma macro formação sócio-econômica em fase de instalação há mais de cinco anos no Corredor que se estende ao longo da ferrovia Carajás percorrendo o Sul do Pará, o Norte do Goiás e o Maranhão.

Ele se apresenta mais como conjunto de incentivos e oportunidades econômicas a ser desfrutado a nível de empreendimentos e menos como plano orgânico de industrialização da região.

Dentro da sua lógica capitalista, e a partir de uma teoria desenvolvimentista e agressiva, o Programa impulsiona uma atividade predatória, violenta e cínica; portanto não beneficiará a população regional, antes objetivará enquadrá-la nos seus esquemas de exploração e aproveitamento total dos recursos locais, seja humanos seja naturais.

Não há de se estranhar se, na planificação inicial do Programa, as comunidades indígenas, existentes na região há centenas de anos, ficaram, juntamente com milhares de famílias de lavradores, simplesmente esquecidas e ignoradas.

Embora não sejam objetivos declarados — e nunca serão —, a desestruturação sócio-cultural e/ou a eliminação física das comunidades indígenas, situadas no Corredor Carajás, serão, mais cedo ou mais tarde, consequência direta e trágica de todo o processo de desenvolvimento e implantação do Programa, dentro de seus parâmetros ideológicos.

Com efeito, as comunidades indígenas em questão já foram — e continuam sendo — atingidas por vários projetos do Programa.

Este trabalho visa analisar, sem pretender esgotar a indagação, os primeiros contatos efetuados pelo Programa, através de um projeto específico ("Ferro Carajás. Apoio às comunidades indígenas"), com as comunidades indígenas do Maranhão, enfocando o comportamento do povo Guajajara, por ser o maior grupo étnico do Estado e do Programa.

## 1. O "PROJETÃO" DESVENDADO

A década de 70, no Maranhão, é marcada pela luta travada pelos índios para demarcar as suas terras.

Em 1977, as áreas indígenas começam a ser demarcadas; algumas depois de conflitos sangrentos, como as de Araribóia e Bacurizinho.

Em 1980 termina a luta pela identificação e demarcação das áreas, mas em algumas já se impõe o problema da redefinição e ampliação dos limites por questões de subsistência (falta de água...), como é o caso da área Canabrava-Gujajara.

Em 1982 as áreas guajajara (oito) estão praticamente demarcadas. Mas os problemas continuam: os índios de Canabrava-Gujajara estão em aberto conflito com os moradores do povoado São Pedro dos Cacetes, encravado na área indígena; os de Bacurizinho são empenhados em expulsar os últimos invasores (tal de Rodrigues); e, em geral, os índios estão bastante preocupados com a vizinhança e a presença de milhares de lavradores sem terra constantemente à procura de meios para sobreviver.





A FUNAI atua em todas as áreas, com presença maciça sobretudo nos setores da saúde e da educação.

Observando o mapa físico do Maranhão, nota-se que as áreas indígenas estão concentradas na região Sul-Oeste, isto é, exatamente ao longo e dentro do que será o Corredor Carajás: simples coincidência ou tudo detalhadamente programado?

Em 1981 o Maranhão desvenda — ou ele se deixa desvendar? — o Projeto Carajás, cuidadosamente mantido em sigilo até então.

O Projeto é de marca japonesa embora aparentemente os japoneses nunca tenham mostrado grande interesse em investir no Projeto.

Ante o Projeto alguns setores da sociedade maranhense — políticos da Oposição (PMDB), grupos de intelectuais (UFMA), entidades, movimentos populares. . . — assustados e impressionados por tamanho Projeto, reagem e se mobilizam. Cria-se o Comitê de defesa da Ilha de São Luís. Organiza-se seminários, debates, encontros no meio urbano e rural para analisar e avaliar o Projeto em todos os seus segmentos (mineiro-metalúrgico, agro-pecuário, e de exploração florestal), desdobramentos infraestruturais (ferrovia, portos, hidrelétricas) e aspectos sociológicos. Crítica-se muito o modelo do Projeto pelo seu caráter extremamente autoritário, pela falta de participação popular e pela sua forma predatória de se implantar, com grave prejuízo para as populações e o ecossistema regionais. Procura-se fazer previsões sobre as mudanças que poderão advir na região da execução do Projeto, suas repercussões e consequências em campo econômico, social, cultural e religioso.

Mas, ainda não se tem todas as condições para elaborar um diagnóstico exato e nem para apresentar uma proposta alternativa de desenvolvimento da região, pois, na verdade, todo mundo foi pego de surpresa, inclusive o Governo do Estado.

Em tal Projeto, macroscópica é a falta de qualquer referência às comunidades indígenas do Maranhão.

Logo essa enorme falta é denunciada com veemência pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e outros setores da sociedade maranhense através da imprensa — surpreendendo a mesma cúpula mentora do Projeto — a fim de sensibilizar a opinião pública a respeito da existência de povos indígenas no território de implantação do Projeto e dos graves perigos que os ameaçam.

## 2. O PROJETO "APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS"

Em 1982, como resposta às denúncias e à mobilização criadas pelos organismos não governamentais em torno do problema indígena suscitado pelo Projeto Carajás, a CVRD, juntamente com a FUNAI, inventa e lança o projeto "Ferro Carajás — Apoio às comunidades indígenas", com a sustentação financeira do Banco Mundial.

É um projeto específico para as áreas indígenas incluídas no Corredor Carajás, isto é as quatro do Pará, uma do Goiás e seis do Maranhão, sendo umas habitadas por povos de língua Jê e outras por povos de língua tupi-guarani.

Tudo é estipulado em tempos curtos e sem consultar, praticamente, os diretos interessados, isto é, os índios.

Para atender a centenas de aldeias, o projeto apresenta um orçamento de cerca de 13 milhões de dólares e uma duração de cinco anos: porque não 14 ou 15 ou 10 milhões e porque não 6 ou 4 anos? Desconhece-se que bases e critérios tudo isso foi programado.

Das oito áreas guajajara só as três localizadas no Corredor Carajás vão ser consideradas pelo projeto "APOIO"; a saber, a A. I. Pindaré, a A. I. Caru, ambas demarcadas e homologadas; a A. I. Araribóia, demarcada mas não homologada.

O projeto alega como principal objetivo o de proteger as comunidades indígenas (as localizadas no Corredor Carajás) do impacto que seria provocado pela implantação do Projeto. Mas logo não toma em consideração as especificidades dos grupos em questão, antes pretende encaixá-los todos dentro de um esquema-padrão, revelando assim uma grande contradição intrínseca e a sua cara etnocida por ser um plano que visa tirar as diferenças culturais e destruir os vários sistemas estruturais das organizações indígenas.

Isso leva a deduzir que o objetivo real do projeto seja mesmo o de inserir os índios, por meios compulsórios (através das infraestruturas), no processo de produção capitalista e transformá-los, paulatinamente, em mão-de-obra barata ou reserva de força de trabalho; o que, atualmente, parece mais evidente.

Mas qual foi a reação dos Guajajara frente às propostas oferecidas pelas CVRD e FUNAI?

O que se constatou nas A. I. Pindaré e Caru foi o seguinte: há um primeiro momento de transtorno entre os índios, dada a sucessão tão rápida dos acontecimentos, pois, de repente, sem aviso nem explicação alguma, eles são arrastados e envolvidos em um redemoinho de propostas e promessas de milhões de dólares e tantas outras coisas como carros, caminhões, barcos, colégios, roças. . . e eles não compreendem o significado do que está acontecendo ao seu redor. Nesse primeiro momento eles se sentem como agredidos pelos "brancos" e, conseqüentemente, exibem uma certa desconfiança.

Mas quando todas as promessas dos "karaiw" são cumpridas e as dádivas são entregues, os índios as recebem com muito gosto e alegria. Os receios, as desconfianças, os questionamentos, todas as barreiras de defesa caem, pelo menos provisoriamente: as portas das aldeias são escancaradas para acolher os brindes.

## 3. O FRENESI DAS OBRAS

A primeira fase do Projeto (1982/83), por se querer priorizar os setores de saúde e educação, se caracteriza pelas obras.

A FUNAI entende e define que a única maneira para se fazer assistência aos índios — e com tanto dinheiro à disposição — é construir.

De repente, dinheiro e idéias viram tijolos: são construídos novos Postos, novos ambulatórios, novos colégios, casas, centros comunitários. . . O tijolo preenche a ausência de sensibilidade antropológica e justifica a incompetência dos responsáveis pelo projeto.

Manda-se também cavar poços artesianos e colocar geradores de energia para instalação de água e luz nas aldeias. Adquire-se caminhões, camionetes, jeeps Toyota, lanchas, voadeiras. . . e, conseqüentemente, tem que se contratar novo pessoal: atendentes de enfermagem, professoras, motoristas de carro, motoristas de voadeiras, motoristas de lancha. . . As áreas ficam repletas de construções, de meios de condução, de pessoal contratado, de trabalhadores, de pedreiros. . . Enfim, uma atividade fervilhante e frenética; há muito movimento nas aldeias. E os índios?

Eles olham e observam tudo, com grande curiosidade e com certo tom de diversão. Um furacão de novidades invade as aldeias: todo mundo para pra assistir ao espetáculo. Vêm aí caminhões, camionetes, barcos. . . e todos com respectivos motoristas. Tudo às ordens dos índios e, por cima, de graça. Por que não aproveitar? E, justamente, o viajar e o passear se torna a atividade principal dos índios.

E a fase "festiva" do projeto.

A agricultura fica esquecida e as roças abandonadas.

Das construções, muitas permanecem inacabadas, outras são abandonadas; e dos meios de transporte, muitos, uma vez quebrados, ficam encostados e inutilizados.

A FUNAI vira Sucata.

Dinheiro fácil, gasto aos montes, naturalmente.

É o fracasso total dos programas de assistência; e a situação de saúde e educação não melhorou nem um pouco.

Mas tudo bem: o trem do Carajás continua a sua viagem carregando alegremente a turma da FUNAI e levando os índios a reboque.

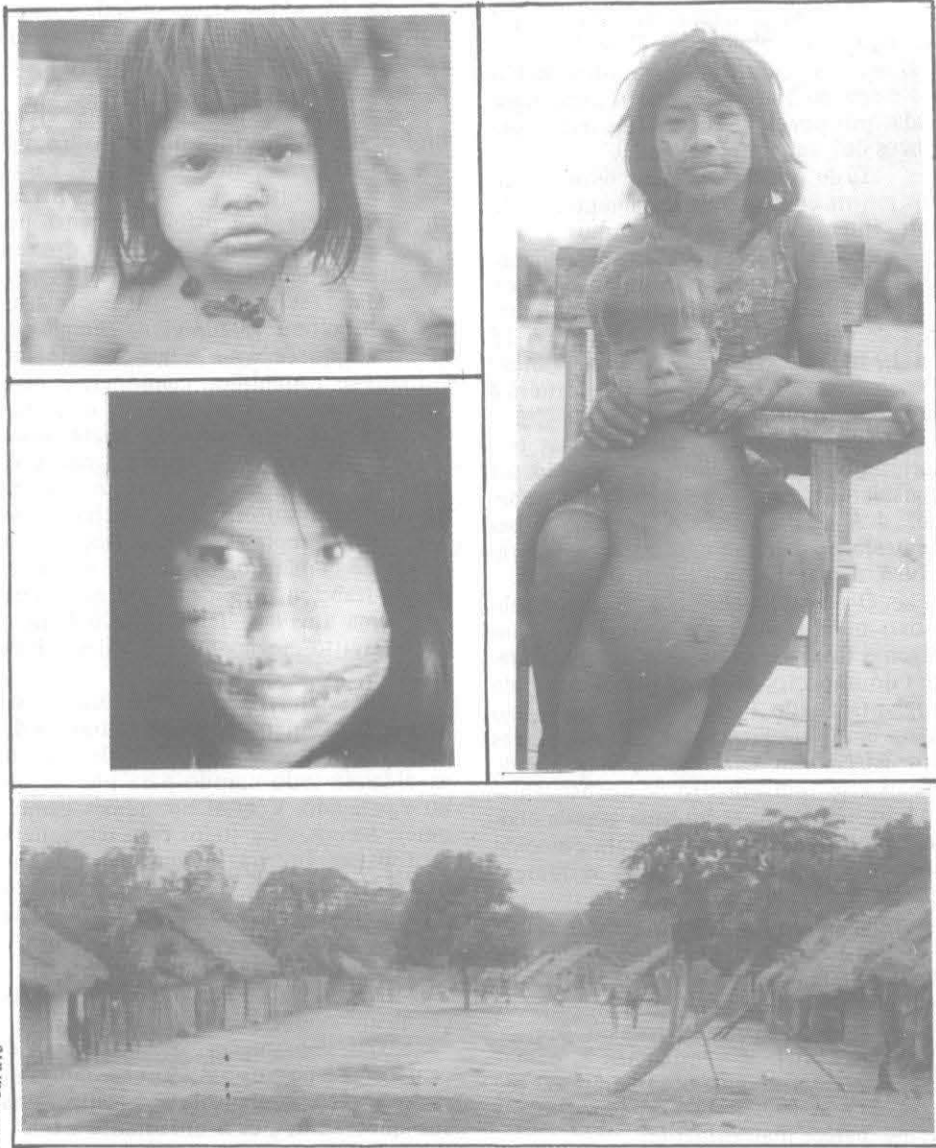
## 4. A PORFIA

A fase sucessiva (83/84) evidentemente foi programada para subsidiar as roças a fim de "fortalecer" a agricultura indígena.

Foi prefixada, portanto, uma certa quantia de dinheiro para cada área, e, respeitando os ciclos agrícolas, foi estabelecido o cronograma das parcelas que deviam ser entregues às comunidades indígenas; mas nunca foi feito um levantamento da situação das áreas e nem se conversou com os índios. Tudo foi aprontado e determinado em base a critérios apriorísticos inventados nos gabinetes.

Aos chefes de Posto coube gerir e administrar o dinheiro orçamentado. Com essa poderosa arma em mão, alguns deles aproveitaram para cooptar certas lideranças indígenas a fim de tê-las como aliadas e evitar que houvesse fiscalização das verbas aplicadas e dos possíveis desvios.





J. Azcárate

Dentro desse esquema algumas lideranças conseguiram angariar mais dinheiro do que outras, aumentando o próprio prestígio. Da mesma forma algumas aldeias e algumas áreas ficaram mais favorecidas e privilegiadas do que outras. O dinheiro, que deveria ser investido nas roças, é portanto usado para jogadas políticas, quando não desviados para outros fins.

São jogos perigosos que acirram os ânimos, criam e aguçam conflitos entre lideranças, grupos familiares, aldeias e áreas; reavivam e agudizam velhas rixas (exemplo A. I. Araribóia).

Os índios se deixam dominar pela inveja, pelo ciúme e pelo espírito de concorrência. Nasce entre eles uma competição que os impele a uma desenfreada corrida ao dinheiro e aos cargos da FUNAI e, de modo especial, às chefias de Posto, pois estas levam ao controle direto e ao manuseio do dinheiro.

Tudo isso levanta muitos rumores e mexe com os Guajajara das áreas excluídas do Projeto que, junto com os que se sentem prejudicados pela política da FUNAI, levantam a própria voz e manifestam o anseio — e as suas pretensões — de participar dos benefícios da “festa”. Concomitantemente eles alertam os parentes mais afortunados sobre a necessidade de fiscalizar e controlar o fluxo de dinheiro

do Projeto, sustentando que o dinheiro deve ser gasto exclusivamente a favor de todos os índios.

Os Guajajara pleiteiam o controle da FUNAI de São Luis, por eles acusada de corrupção, para poder, obviamente, controlar o movimento do dinheiro. Eles querem ter nas próprias mãos o cronograma das verbas liberadas pela CVRD para eles mesmos decidirem sobre a aplicação das mesmas.

Eles portanto se mobilizam e conseguem envolver todos os povos indígenas do Maranhão em um movimento que culmina com a tomada da sexta Delegacia da FUNAI, em São Luis, e a imposição de um descendente de Guajajara como delegado, Pedro Marizé Filho (maio 1984).

Principais autores da façanha são os Guajajara de Bacurizinho, que reclamam pela própria integração no “Projeto” Carajás além de uma participação mais efetiva na política da FUNAI. O novo delegado está ligado a eles por estreitos laços de parentesco.

Paradoxalmente, é nessa corrida ao dinheiro que, nos índios, surge a consciência, embora de forma embrionária, contraditória e etnocêntrica, de que é o próprio índio que, conhecendo seus problemas melhor do que qualquer branco, mais tem condições para solucioná-los. E é

por isso também que eles reivindicam e querem para si a gestão do dinheiro do Projeto.

A FUNAI, criticada e desmoralizada, e agora chefiada por um descendente de Guajajara, repassa diretamente para os índios as verbas do Projeto, que, fatalmente, acabam nas mãos de apenas algumas lideranças. Inicia a fase definida de “esbanjamento”, isto é dos gastos “sem critério e à toa” feitos pelos índios e das compras maciças de eletrodomésticos que, mais tarde, terão que ser devolvidos por insolência das prestações devidas.

Os índios se sentem mesmo donos do dinheiro e, safando-se de todos os esquemas capitalistas de economia e de poupança, fazem dele o uso que querem. Isso não estava certamente previsto pelos mentores do projeto, horrorizados em ver tanto “estrago e desperdício”.

Com isso os índios adquirem a experiência do “louco” poder de aquisição do dinheiro.

Infelizmente nada ou quase nada foi aplicado na agricultura, com a única exceção da A. I. Pindaré.

## 5. SUSPENSÃO DO CONVENIO CVRD/FUNAI

Depois de ter avaliado, claramente, como negativos os fenômenos “sócio-econômicos” registrados em várias áreas indígenas, a CVRD decide suspender a liberação das verbas para 1984/85. Ela ordena a recomposição da terceira fase, exigindo a reformulação do Projeto.

A FUNAI propõe um novo plano agrícola, impostado na contenção dos gastos. É o projeto de Carvalho (supervisor pelo Projeto das áreas indígenas do Maranhão) que se caracteriza pela imposição de um módulo agrícola padrão (cinco linha de roça) para todas as famílias. O financiamento é feito através de parcelas preestabelecidas e divididas segundo os ciclos agrícolas, a ser entregues, para cada família, em forma de alimentos, sementes e implementos.

Em geral, os índios não aceitam de bom gosto esse plano agrícola. Eles questionam muito o módulo agrícola de cinco linhas para cada família, e julgam que pode ser suficiente na região da mata, mas não na do sertão. E não aprovam aquela fórmula de financiamento, preferindo, após ter experimentado o seu poder extraordinário, dinheiro vivo nas mãos e não aquelas “poucas migalhas”.

Ocorreu que o projeto não deu bons resultados, pois a maioria dos Guajajara consumiu a sua parcela de alimentos antes do término dos ciclos agrícolas. Por cima, as chuvas abundantes obrigaram os índios a capinarem suas roças inúmeras vezes; isto não estava previsto no pacote, mas já os recursos do projeto haviam acabado.

Entretanto havia mais Guajajara (os da A. I. Canabrava-Guajajara) mobilizando-se para, também, fazer parte do “time” financiado e sustentado pelo Projeto Carajás.

Para os Guajajara a palavra “projeto” é algo de mágico e maravilhoso. Ela significa dinheiro, muito dinheiro e tantas outras coisas boas. . .



## 6. INTEGRAÇÃO DOS "RESTOS"

Em 1985 todos os Guajajara, das oito áreas, são incluídos e integrados pela CVRD no projeto "Apoio às comunidades indígenas".

Qual então a posição e a postura deles frente ao Projeto Carajás?

A primeira constatação é de que eles querem mesmo participar do projeto no sentido de querer aproveitar e usufruir das vantagens que ele oferece. Os Guajajara, assim como a sociedade envolvente, já têm incorporado o Projeto como um todo, no sentido que, neles, existe a consciência objetiva e a convicção de que o curso dos acontecimentos jamais poderá ser mudado e o Programa do Projeto não poderá ser esbarrado: a ferrovia está aí feita, eficiente e funcionante, e as usinas siderúrgicas estão em fase de implantação e construção. Todos já estão acostumados a conviver com Ele.

Interessante — ou engraçado — é observar que os índios, nessa fase, se referem ao Projeto como a instituição benéfica ou fundação filantrópica...

No entanto não é uma aceitação meramente passiva: eles questionam o Projeto por não ter ajudado a resolver os problemas de saúde e educação como prometido; e ainda mais, vislumbram nele sinais ameaçadores que os deixam inquietos por colocar a questão da exploração dos minérios nas áreas indígenas.

Por sua vez, os Guajajara constataam a fraqueza, a fragilidade, a ambiguidade e a ineficiência do delegado "índio", por eles colocado. Isso significa que o Órgão Tutor, mais uma vez, está falhando clamorosamente apesar de todos os arranjos, e que os índios não podem contar com o apoio dele.

Eles entendem que, de um lado, há a ameaça do Projeto Carajás, e, do outro, a inconsistência da FUNAI.

Portanto firma-se mais neles aquela idéia de que a solução dos seus problemas está mesmo nas suas próprias mãos.

Assim a política indígena vai tomando novos rumos, a partir da A. I. Bacurizinho, de onde surge a proposta de reunir todos os Guajajara para analisar a conjuntura sócio-político-econômica a fim de estabelecer novos comportamentos frente ao Projeto Carajás, percebido como um grave perigo para as comunidades indígenas, e a FUNAI, sem força nem poder para protegê-las.

## 7. MAIS UMA SUSPENSÃO DO CONVÊNIO

Em 1986 acontece uma nova suspensão do Convênio CVRD/FUNAI.

Desta vez o motivo da medida é o fato de que 80% das verbas estão sendo gastos unicamente para sustentar a FUNAI. A CVRD corta a remessa das verbas, prescrevendo a realocação dos objetivos do Convênio. E isso depois de quatro anos de projeto.

Assim são suspensos os salários dos funcionários vinculados ao Convênio — índios e não — e mais os suprimentos aos Postos e toda a atividade assistencial.

O fato coincide com o processo de descentralização da FUNAI. No Maranhão são criadas três Unidades Administrativas sob a jurisdição da quarta Superintendência, de Belém.

O centro do poder de decisão, portanto, desloca-se de São Luis do Maranhão para Belém do Pará.

Tudo isso causa perturbação, desorientamento, incerteza e confusão nos índios e nos próprios funcionários da FUNAI que estão deslocados nas áreas. Mais uma vez a "reforma" é jogada de cima para baixo, conforme o estilo autoritário próprio da autarquia governamental.

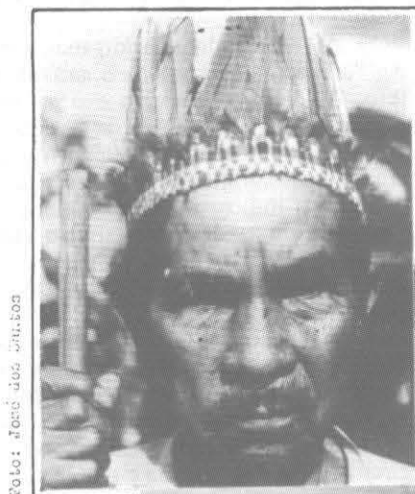
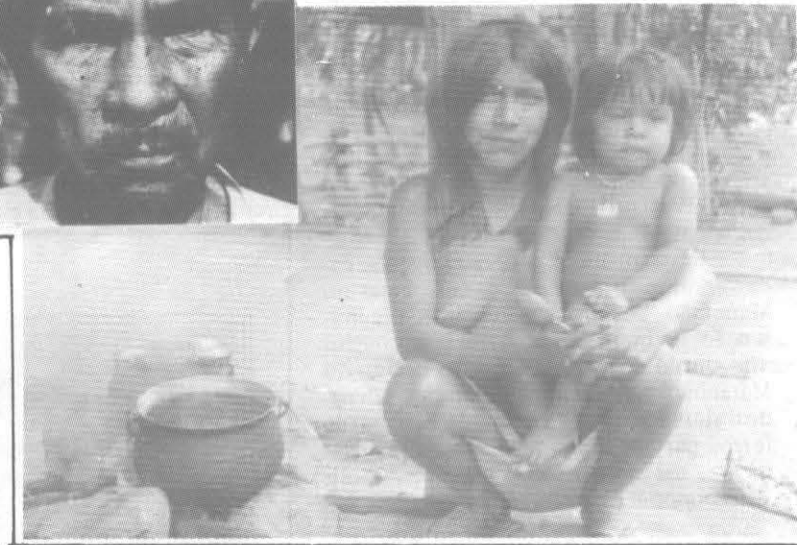


Foto: Jecé dos Santos



J. Azcarate

Inconformados com as disposições tomadas pela CVRD, os índios funcionários vão a São Luis e reclamam os seus vencimentos, acusando a FUNAI de sonegar o dinheiro do Projeto e de ser a responsável por todos os desacertos.

Entretanto o Convênio é reformulado, e apresenta como prioridade a demarcação das áreas ainda não demarcadas (Krikati, Toco Preto e Geralda, Guajá...) a ser efetuada até junho de 1987. Inclui também um pequeno orçamento para os setores de saúde e educação. Mas não estão liberados recursos para agricultura. Isso significa que os índios ficarão sem roça. E foi o que ocorreu nas áreas indígenas Caru, Pindaré e Bacurizinho, onde os índios aguardaram em vão as ajudas do Projeto. Afinal, o interesse primário e fundamental dos Guajajara permanece a agricultura; a terra como direito primordial e a agricultura.

Pois bem, os índios do Caru acharam uma solução em arrendar terra da área indígena para brancos. Como forma

de pagamento, eles cobraram quatro alqueires de arroz por linha. Foi uma espécie de compensação.

Em outubro de 1986, os Guajajara realizam a sua primeira Assembléia, na aldeia Bacurizinho.

Um dos assuntos tratados pelos índios diz mesmo respeito às alternativas econômicas, dado que o projeto "Apoio" está para findar, e justamente com relação à possibilidade e à oportunidade de exploração dos recursos naturais existentes nas áreas indígenas.

Terminam seu encontro marcando outra Assembléia para janeiro de 1987 a ser realizada na A. I. Pindaré.

## 8. FIM DO PROJETO

1987: é o ano do vencimento do Convênio, com prazo fixado primeiramente para junho e, em seguida, espichado até dezembro, prevendo-se a possibilidade de insolvência dos compromissos marcados para meados do ano.

Mas já em abril são demitidos funcionários contratados pelo Convênio, índios e não. Os não índios vão embora;

mas os índios reagem, como os do Caru que viajaram até Belém para reclamar, na Superintendência da FUNAI, contra as medidas da CVRD, que os tinha demitido. No entender dos índios, o emprego já é um direito adquirido e não pode ser alienado pois o salário, para eles, é muito importante. Serão recontratados pela FUNAI? Essa foi a promessa de Belém.

Com a despedida dos funcionários, áreas como a do Caru, a do Alto Turi e a de Araribóia ficam abandonadas, sem assistência alguma.

Incapaz de enfrentar a nova fase conjuntural, a Unidade Administrativa da FUNAI de São Luis brilha por sua pobreza de visão e por sua incompetência, enquanto que as outras duas (as de Barra do Corda e de Imperatriz) não têm consistência alguma.

A FUNAI criou tamanha dependência do Projeto Carajás que, para ela, a única possibilidade de se fazer atividade junto aos índios é a de ter "projeto", pois, no seu entender, projeto é igual a dinheiro. Portanto, para se equacionar o proble-



ma, tem que se inventar qualquer meio para conseguir projetos e, assim, oferecer dinheiro aos índios. Essa psicose dos projetos se torna uma doença grave que paraliza o cérebro, pois sem projeto, nada se faz e nada vai para frente.

Assim acontecem coisas incríveis, como as que ocorreram com os Guajajara do Ipu, onde se criou, da noite para o dia, um absurdo projeto de roça mecanizada e comunitária, sem preparação, sem recursos e por uma intervenção autoritária (transferência compulsória do "trator" de uma área para outra) Uma bela cilada para os índios pois o projeto fracassou por completo e eles se sentiram desfraldados e ludibriados; e isso provocou, com razão, a sua violenta reação.

Há também quem tenta montar projetos via Emater ou Nordeste...

E maior ironia é a de que a demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas deixa de ser a principal preocupação da FUNAI (se um dia já o foi), mais interessada em caçar projetos, para se tornar uma exigência do Banco Mundial, que vincula a liberação das suas verbas para desenvolvimento dos projetos regionais (Nordestão) à demarcação das terras indígenas. Sob a pressão do Banco Mundial inicia-se, então, a demarcação da área indígena Toco Preto e Geralda.

Há também o problema dos Guajá para cuja "solução" ou "continuação" repropõe-se mais uma "frente de atração" através de um novo Convênio estipulado entre CVRD e FUNAI/Superintendência de Belém.

Enquanto isso, a CVRD instala, cada vez mais firmemente, as suas bases no Maranhão: constroi residências de manutenção às margens da ferrovia e conclui um acordo com o Governo do Estado do Maranhão para a eletrificação dos povoados situados no Corredor da estrada de ferro, participando, cada vez mais ativamente, das decisões concernentes à política econômica do Maranhão.

### 9. RESULTADOS

Passados os cinco anos, o que sobrou do projeto "Apoio"? A quem serviu e a quem beneficiou?

É certo que a FUNAI saqueou os cofres do Projeto.

Quanto aos índios, o Projeto serviu de cabide de emprego para alguns deles. Algumas lideranças chegaram até ser chefes de Posto, com ordenados altos e possibilidade de lançar mão das verbas destinadas às áreas; e seu maior desempenho foi arrastar as próprias comunidades atrás dos recursos do Projeto. Foi a época das caravanas indígenas que se dirigiam a São Luis à busca de somas vultuosas. E quem mais se destacou nessa atividade foi o pessoal de Bacurizinho, do Ipu, do Morro Branco e do Caru.

O povo guajajara, em geral, saiu prejudicado: o estado de saúde piorou em comparação à situação anterior às iniciativas do Projeto; o sistema de educação não avançou; a agricultura, por causa das muitas ilusões criadas pelo Projeto, ficou obliterada.

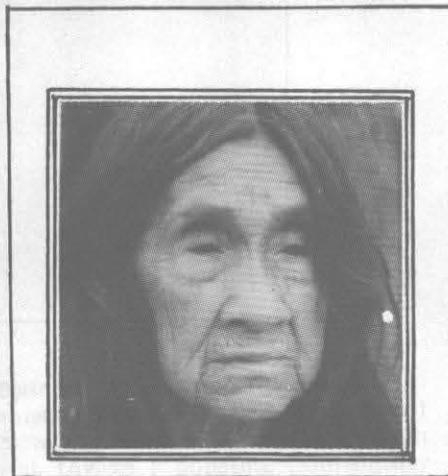


J. Azcárate

Ficou na garganta dos índios o sabor do dinheiro, que já se foi; e a boca cheia d'água com o desejo e a vontade de possuir outro...

As comunidades indígenas não sabem fortalecidas destes cinco anos de Projeto. O gosto do dinheiro e o seu poder aquisitivo foi, sem sombra de dúvida, uma experiência chocante e representou a novidade mais sutilmente perigosa e arriscada para os índios. Algumas lideranças ensaiaram formas de autoritarismo até então desconhecidas pelos mesmos índios e que elas puderam sustentar graças também ao dinheiro.

Talvez esteja nisso o ponto fraco das comunidades indígenas e algo, talvez alguma forma de resistência ou algum mecanismo de defesa, tenha enfraquecido ou quebrado na sua estrutura de sociedade circular, isto é igualitária e sem classe...



J. Azcárate

### 10. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Perspectivas para os índios ou para o Programa Grande Carajás?

Quanto ao Programa, dentro de poucos anos, estarão funcionando a pleno ritmo dez, quinze ou mais usinas siderúrgicas, espalhadas ao longo do Corredor de exportações, e todas alimentadas com carvão vegetal.

Quanto aos índios, enquadrados no esquema do Programa, eles, donos dos últimos redutos de mata pré-amazônica do Maranhão, serão pressionados e aliciados a venderem sua madeira ou incentivados a produzirem, in loco, a quantidade de carvão necessária para o funcionamento dos alto-fornos das usinas. Por isso eles sofrerão fortes pressões com promessas de grandes lucros.

Essa de prometer e dar coisas para os índios é uma tática que, parece, sempre funcionou e deu bons resultados, pelo menos até agora.

A outra tática foi a de criar novas exigências e novos gostos, e deixá-los insatisfeitos à condição de trocas...

Será por aí e pela via do dinheiro que os índios do Corredor Carajás serão atacados e submetidos a um bombardeio de demandas e ofertas para que eles abram mão de suas riquezas naturais.

Além disso há o perigo e a pressão, que vem aumentando cada vez mais, por parte de milhares de lavradores sem terra, os quais não serão beneficiados por uma Reforma Agrária, mas serão dirigidos e empurrados para a produção de carvão e, portanto, incentivados a invadirem as áreas indígenas.

O futuro dos índios da região do Programa G. Carajás se projeta cheio de problemas e dificuldades com relação a sua sobrevivência física e cultural. Pode ser que eles estejam já prontos, ou estejam preparando-se, para enfrentar a nova guerra. Já superaram indizíveis dificuldades, no correr de 400 anos. Mas esses novos inimigos são senhores de um poder ilimitado, acostumados a vencer arrasando qualquer obstáculo.

Talvez a única escolha para os Guajajara se salvarem seja mesmo a via da "pobreza", isto é a de permanecer e manter-se no seu sistema de vida despreendido, simples e essencial, sacando-se de todas as artimanhas capitalistas aprontadas para eles e renunciando a qualquer projeto desenvolvimentista... Isso significaria a sua exclusão do "progresso"?

Eis um grande desafio lançado para a nossa inteligência (qual será a nossa contribuição para resolver tamanho problema?) e para a nossa sociedade a caminho de uma democracia pluriétnica...

\* CARLO UBBIALI

Membro do Conselho Indigenista Missionário. Há treze anos trabalha com os índios Guajajara do Maranhão, formado em Filosofia e Teologia.



# ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO PAUPERIZADA

O presente texto contém as linhas gerais de uma exposição desenvolvida no seminário sobre a Trajetória do Desenvolvimento do Maranhão, promovido pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sob o título: “Estratégias de Sobrevivência da População Pauperizada de São Luís”.

A contribuição apresentada não pretendeu esgotar o tema, mesmo porque se registra uma profunda carência de estudos sobre as condições concretas de vida do grande contingente populacional de São Luís que vive em condições não só do que se poderia considerar pobreza, mas de miséria absoluta, o que leva a uma repetição freqüente de indicadores estatísticos gerais sem aprofundamento sobre as especificidades que caracterizam as condições de vida dessa população e as estratégias desenvolvidas pela mesma, que, via de regra se reduzem ao nível da sobrevivência para reprodução simples da força de trabalho.

Face à lacuna registrada sobre a ausência de estudos a respeito das estratégias de sobrevivência adotadas pelas populações residentes nas áreas consideradas corredores do grande Projeto Carajás, optou-se por fazer uma exposição privilegiando algumas reflexões teórico-conceituais sobre o tema para servir de fundamento a iniciativas de investigação de campo, seguindo-se de algumas reflexões sobre as características gerais da população pauperizada de São Luís e as estratégias de sobrevivência que vêm se identificando junto a essas populações. (1)

## 2 – QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Quando se fala em estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas populações pauperizadas, coloca-se, de saída, a seguinte indagação: como será que as famílias de baixa renda conseguem atender suas necessidades básicas? A partir daí se convencionou denominar de estratégias de sobrevivência ao esforço desenvolvido por essas populações para explicar sua capacidade de sobrevivência, o que, geralmente, comporta certa áurea de inexplicabilidade, parecendo expressar arranjos ou truques adaptativos. Assim entendendo, os pesquisadores chegam, muitas vezes, à exaustão na busca de estratégias extra - trabalho de complementação de renda dessas populações. Todavia, estudos

sérios têm desvendado esse aspecto considerando não passar de mito a questão das complementações de renda extra - trabalho das populações pobres. (2)

Desmistificado esse aspecto, há que se considerar que o estudo de estratégias de sobrevivência deve se desenvolver no contexto do coletivo, incluindo o universo familiar e a vizinhança. Isso significa que a sobrevivência das famílias pauperizadas só pode ser entendida no âmbito da ajuda recíproca, daí a importância das redes sociais e culturais como fonte de renda monetária e não monetária.

Além de considerar que as estratégias de sobrevivência das famílias pauperizadas se desenvolvem no âmbito do coletivo, elas devem ser vistas a partir de dois grandes grupos: estratégias de sobrevivência consideradas positivas e estratégias de sobrevivência consideradas negativas.

Diz-se estratégia positiva aquela que requer a iniciativa de uma pessoa ou do grupo familiar na tentativa de aumentar a renda existente, diversificando a base de sua sobrevivência e visando satisfazer as necessidades através do aumento do consumo. Entre as estratégias de sobrevivência positivas são registradas ampliação de horas extras, busca de uma segunda ou terceira ocupação, trabalho da mulher ou do menor, criação de animais domésticos, venda de pequenos serviços; endividamento, venda de bens, recebimento de ajuda através de programas assistenciais, ajuda de parentes, amigos, vizinhos, etc. Essas estratégias se caracterizam pela sua variedade, rotatividade, precariedade e instabilidade e, embora contribuindo positivamente para aumento do consumo, assumem dupla função:

- a) A curto e a médio prazo tendem a fortalecer o capital e as redes de poder estabelecidas, barateando a mão-de-obra e os serviços;
- b) A médio e a longo prazo aumentam a dependência e o controle dos detentores de decisões na sociedade sobre essas populações; aprofunda a desigualdade, a marginalidade estrutural e o subdesenvolvimento.

Considera-se, por outro lado, estratégia negativa aquela que leva à diminuição ou reprime as necessidades, mesmo aquelas consideradas básicas adaptando o consumo à renda disponível. São as privações que a população pobre se impõe para “levar a vida”, o que representa uma verdadeira auto-violência, como: conten-

Maria Ozanira da Silva e Silva \*

ção e privação na alimentação, habitação, vestuário, longas andanças, distribuição dos filhos com parentes, vizinhos, crianças menores, retirada dos filhos da escola, uso de garrancho em vez de gás, etc.

As estratégias de sobrevivência consideradas negativas devem merecer uma atenção especial nos esforços de investigação por serem difíceis de mensuração e pelo amplo uso.

Além do entendimento dos aspectos acima, qualquer esforço de investigação deve precisar alguns conceitos como os abaixo relacionados, sem o que os resultados da pesquisa poderão ser comprometidos. São os seguintes os conceitos básicos a serem considerados:

a) Renda: costuma-se referir “ao total das quantias recebidas, por pessoa ou entidade em troca de trabalho ou de serviço prestado”.(3) É entendido também como recompensa de um dos três fatores de produção: trabalho, capital e terra.

Numa pesquisa sobre estratégias de sobrevivência deve se considerar todo e qualquer ingresso material – monetarizado ou não – utilizado pela família para prover as suas necessidades, embora saiba-se da grande dificuldade para sua quantificação e mensuração.

b) Renda Familiar.

Numa pesquisa sobre estratégias de sobrevivência é a família que constitui a unidade básica de análise, posto que as próprias redes sociais e culturais da família se constituem numa estratégia de sobrevivência indispensável.

c) Renda Principal e Renda Complementar.

É importante precisar o critério ou os critérios para definir a renda principal, como montante (maior, menor); caráter da renda (fixa ou variável), número de horas de trabalho, etc.

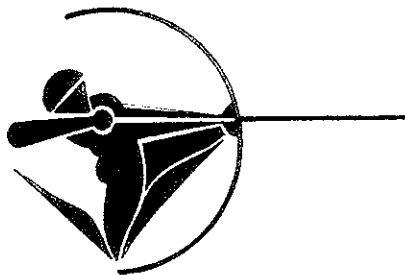
d) Renda – Trabalho.

É aquela que provém diretamente do trabalho, podendo ser fixa (salário, aposentadoria, pensão, etc.) ou variável (horas extras, prestação de serviços esporádicos, etc.).

e) Renda Extra – trabalho.

É aquela que provém de outras fon-





tes e pode ser monetária e não monetária, como é o caso da produção para auto-consumo; endividamento, doações, etc.

f) Renda e Salário Mínimo.

É importante que, no caso desses estudos, o montante da renda identificado seja transformado em número de salários mínimos, compreendendo-se que a renda é a causa determinante da pobreza e não vice-versa, o que significa dizer que se é pobre porque a renda é baixa e não se tem uma renda baixa porque se é pobre, visto que é na esfera produtiva que se encontram as causas do subdesenvolvimento e da pobreza. Nesse caso, verifica-se que o salário mínimo, quando se situa aquém do limite da pobreza e da sobrevivência, como no caso brasileiro, é um indicador de baixa renda e, ao mesmo tempo, uma pressão legal, servindo para nivelar por baixo a remuneração da força de trabalho.

g) Chefe de Família.

Nem sempre é fácil definir quem é considerado o chefe da família dos residentes nas áreas consideradas carentes, visto que essas famílias guardam muitos traços das famílias rurais, podendo ser mais identificadas com o modelo de família tradicional ou extensa, além de ser afetada profundamente pelo que se convencionou denominar "ilegalidade", "desagregação", ficando essas famílias, muitas vezes, sob a responsabilidade da mãe ou de um filho mais velho. Nesse caso, há que se definir previamente à pesquisa de campo, o chefe da família, a partir de critérios, como: autoridade, aspecto econômico ou outro critério que nem sempre coincide na mesma pessoa.

h) Trabalho e Ocupação.

Na identificação da origem da fonte de renda, há que se considerar a variedade e a instabilidade peculiares às ocupações dessas populações, além das questões relativas ao trabalho do menor, da mulher e do homem. No geral, duas categorias precisam ser consideradas: trabalho assalariado e trabalho por conta própria ou autônomo.

O assalariado se caracteriza por vender sua força de trabalho, podendo ser através de um vínculo empregatício formal (carteira assinada) ou informal (contrato verbal). Os primeiros são denominados de vinculados, e os segundos, de desvinculados e ambos podem auferir uma renda fixa (salário mensal, quinzenal, semanal ou diária pré-fixada) ou uma renda variável (pagamento por tarefa ou por comissão). Convém lembrar que os trabalhadores desvinculados não têm acesso aos direitos trabalhistas e geralmente, recebem remuneração mais baixa.

O trabalhador por conta própria pode ser considerado em duas categorias: regulares e irregulares. São considerados tra-

balhadores autônomos regulares os pequenos proprietários, pequenos comerciantes, profissionais liberais. São trabalhadores autônomos irregulares aqueles que alternam o assalariamento com o trabalho autônomo ou desenvolvem o trabalho autônomo irregularmente.

O trabalhador autônomo pode ainda se subdividir nas seguintes categorias: diaristas que se distinguem do assalariado por vender serviços e serem donos dos seus meios de produção, mantendo um vínculo verbal com diversos "patrões"; vendedores ambulantes que se caracterizam por necessitar de capital de giro e venderem mercadorias, trabalhando geralmente em horários irregulares.

Os trabalhadores autônomos considerados irregulares, diaristas e vendedores ambulantes se situam no denominado mercado informal da economia.

Considerados os aspectos fundamentais que permitirão a precisão conceitual das categorias apresentadas, é importante considerar a dimensão que deve assumir uma investigação que de fato vise aprofundar as questões determinantes do fenômeno estudado.

É fundamental que se parta de um quadro teórico-conceitual capaz de explicar as determinações das condições de vida e das estratégias de sobrevivência das famílias de baixa renda e que se desenvolva um estudo preliminar para identificação das características gerais da população no que se refere aos aspectos demográficos, habitação, educação, saúde etc., devendo buscar, sobretudo, as informações já disponíveis.

Entende-se que uma pesquisa sobre estratégias de sobrevivência de famílias de baixa renda deve se desenvolver a partir de dois eixos temáticos: um relacionado com as questões do nível econômico referentes à inserção na estrutura produtiva e circulação de bens e serviços e outro que se refira a questões do nível político-ideológico para captar o universo mental e simbólico relacionado à consciência política, concepção de mundo, valores, crenças, hábitos, costumes, manifestações culturais e prática organizativa que se volte para luta em prol da melhoria das condições de vida e conquista do poder.<sup>(4)</sup>

A indicação desses dois eixos parte do pressuposto de que o desenvolvimento das estratégias de sobrevivência das famílias pauperizadas decorre do modo de sentir, pensar e agir dessas famílias que se expressa em práticas, tanto do nível econômico, como do político e do ideológico, não podendo, por conseguinte, tomar como unidade de estudo os indivíduos, mas as famílias situadas numa perspectiva coletiva mais ampla.

Na formulação de uma proposta metodológica capaz de orientar o processo investigativo preconizado deve se partir do entendimento de que os pesquisadores e as famílias se constituem sujeitos do processo investigativo, o que significa romper com o esquema que considera a população pesquisada objeto ou meio informante<sup>(5)</sup>. Naturalmente o nível de envolvimento da população na pesquisa só poderá ser definido, conjuntamente, pesquisadores e população, após um ma-

peamento da realidade em termos de identificação das forças sociais existentes, o que poderá ocorrer concomitantemente com o esforço de uma inserção sistemática do grupo de pesquisadores na realidade selecionada para o estudo.

É somente a partir da inserção e do mapeamento das forças sociais que deve ser detalhado o conteúdo do estudo pretendido bem como selecionado o instrumental técnico a ser utilizado para coleta das informações, devendo haver um esforço de envolvimento efetivo das forças sociais identificadas em todo o processo investigativo.

### 3 - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO PAUPERIZADA DE SÃO LUÍS.

O contingente populacional que vive na periferia das grandes cidades cresce significativamente desde a década de 50 quando se intensifica um processo de urbanização desordenado, marcado, entre outras causas, pela expulsão do trabalhador do campo. A taxa de urbanização do Estado do Maranhão passa de 47,7%, na década de 1940 - 1950, para 162,2% na década de 1970 - 1980<sup>(6)</sup> e a população de São Luís cresce 81,5% no período de 1980 - 1985, passando de 322,578 habitantes para 585.467<sup>(7)</sup>, estando prevista uma população de cerca de 915.000 habitantes, em 1990<sup>(8)</sup>, grande parte dessa população constitui os setores populares marginalizados, submetidos a um profundo processo de marginalização econômica e política, ficando privados do acesso aos bens e serviços considerados básicos para sua sobrevivência e destituídos dos direitos elementares da cidadania, sendo que cerca de um terço da população de São Luís vive em condições de favelamento. Essa situação é agravada a partir da recessão econômica em que o país se encontra submerso<sup>(9)</sup>, impedindo o Estado brasileiro de fazer investimento no setor econômico e principalmente no setor social, o que faz com que a população mais desprotegida economicamente seja a mais atingida.

Em São Luís, essas populações marginalizadas da periferia vêm se multiplicando rapidamente em consequência do processo social concreto de desenvolvimento do capitalismo no Estado do Maranhão, identificado em dois períodos recentes: durante a década de 60 a 70, dá-se a institucionalização da grilagem acompanhada pela implantação de grandes projetos agropecuários, tudo sob a máscara da modernização da agricultura; a década de 80 registra o desenvolvimento de um processo industrial de dimensão internacional, no Estado, contribuindo para ampliar a expulsão do homem do campo e para a desapropriação de populações pobres residentes na Ilha de São Luís, para instalação de um complexo industrial<sup>(10)</sup>.

Com o agravamento desse processo de pauperização no âmbito da crise econômico-social da sociedade brasileira, é cada vez maior o número de famílias que são obrigadas a desenvolver estratégias de sobrevivência, ou seja, mecanismos, que permitam sua sobrevivência no quadro de carências estruturais em que vivem.



Embora não se disponha de estudos sistemáticos, observações e a convivência com essas populações permitem apontar o seguinte quadro de estratégias de sobrevivência.

A nível do econômico, considerando a categoria de estratégias positivas, apontam-se os seguintes grupos:

- a) ampliação da inserção dos membros da família no mercado de trabalho (mulheres, menores); ampliação do horário de trabalho através de horas extras ou biscates, a noite ou no final da semana;
- b) utilização de ajuda mútua que vai desde a troca de favores entre vizinhos e amigos, até o mutirão que exige certo nível de organização, podendo se citar: empréstimo em dinheiro, utensílios, alimentos, roupas, etc.; prestação de pequenos serviços como cuidar das crianças enquanto a mãe sai para trabalhar; construção de casas, calçamentos de ruas, etc.;
- c) endividamento através de empréstimos a amigos, compra à prestação, compra a retalho e na caderneta, etc.;
- d) acesso a serviços gratuitos e a programas assistenciais, como: pegar água na casa do vizinho, torneira pública, acesso a serviços públicos de saúde e educação, beneficiamento por campanhas beneficentes; programa de assistência alimentar, de leite, material de construção, etc.;
- e) doações de parentes, patrões, amigos e políticos<sup>(1)</sup> e vendas de objetos;
- f) Produção para auto-consumo;
- g) criação de animais;
- h) roubo e mendicância, principalmente de crianças

Ainda ao nível do econômico, considerando a categoria de estratégias negativas, destacam-se: redução do número de refeições diárias e do tipo de alimento; superocupação do espaço residencial; privação na higiene da casa e do corpo, no vestuário, longas caminhadas para não pagar transporte, distribuição dos filhos com vizinhos e parentes ou meio abandono em casa; retirada dos filhos da escola etc.

Quanto ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência a nível do político e ideológico que se configura pela percepção do mundo, da sociedade e do próprio homem, pela utilização de símbolos e manifestações culturais e religiosas e pelo desenvolvimento de resistência e luta coletiva, algumas considerações merecem serem feitas.

O estudo desenvolvido por Maria de Lourdes e Maria José sobre a marginalização — reflexões sobre seus desdobramentos nas lutas populares, já citado, e realizado em várias áreas de ocupação em São Luís, revela que a grande maioria dessa população, quando perguntada como pensa a pobreza, aponta a estrutura da sociedade (74%) como principal causa da situação em que vive, seguindo-se da indicação de fatores metafísicos (10%); de falta de estudo (8%) e responsabilidade do governo (8%). Todavia, quando se pretende aprofundar o debate sobre a questão, essas percepções não se explicitam claramente, o que, de alguma forma, desmistifica a alienação que geralmente se atribui a essa população quando se trata da identificação das determinações sobre a realidade social.

Há que se destacar que as manifestações culturais, principalmente o folclore e as manifestações de tradição afro-brasileira se constituem estratégias de sobrevivência largamente utilizadas pela população da periferia de São Luís, principalmente se se entende que as estratégias de sobrevivência a nível do político e do ideológico representam mecanismos de desenvolvimento de forças para a luta da sobrevivência.

Finalmente, é importante destacar, no nível político-ideológico o engajamento dessas populações na luta reivindicativa por melhores serviços e na luta política, a nível da formação da consciência coletiva e da participação no poder.

Estudos<sup>(13)</sup> revelam que o engajamento dos setores pauperizados da periferia de São Luís na luta popular é muito débil, o que permite se constatar que a pobreza em si não é suficiente para gerar a resistência e a luta. Todavia, é importante se compreender as condições concretas que se colocam para essas populações, condições essas identificadas a nível de sua própria inserção no sistema produtivo, com as marcas da instabilidade, do desemprego e dos baixos salários, o que coloca algumas adversidades para o avanço da organização popular como:

— os setores populares, dada a baixa remuneração, estão muitas vezes sujeitos a jornadas de trabalho extensas e irregulares, diminuindo o tempo e a energia que poderiam ser utilizadas no processo de organização;

— esses setores se constituem predominantemente de trabalhadores sem qualificação que vivem, na sua maioria, de biscates, isto é, trabalham por “conta própria”, o que dificulta uma visualização objetiva do processo de exploração, visto não existir a figura do patrão, o que representa também desestímulo para a sindicalização;

— a dispersão das atividades desenvolvidas e sua significação econômica confere aos setores populares mais marginalizados um irrelevante peso político, não podendo, inclusive, se utilizar da greve ou de outros instrumentos de pressão social;

— além disso, de um lado, o Estado está sempre pronto a se utilizar do aparato policial para reprimir qualquer reação das classes populares, desde que infrinjam dispositivos legais, como das ocupações e, de outro lado, desenvolve uma política constante de cooptação e controle velado que vai desde os programas assistenciais à distribuição de “favores”, principalmente nos períodos eleitorais<sup>(13)</sup>.

## CONCLUSÕES

As reflexões anteriormente desenvolvidas permitem a indicação das seguintes conclusões, embora devam ser consideradas de caráter preliminar:

— o estudo sobre estratégias de sobrevivência de populações pauperizadas não deve se dar sobre, mas com a participação dessas populações, além de que não deve se restringir apenas à quantificação de variáveis do nível econômico, posto que o universo mental,

político e ideológico constitui, em si, estratégia fundamental de sobrevivência e de reprodução dessas populações;

— estudos têm revelado que a sobrevivência das famílias de baixa renda depende, quase que exclusivamente, do trabalho de seus membros e das estratégias de contenção ou privação, desmascarando, assim, o mito de renda extra trabalho enquanto estratégia de sobrevivência dessas famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) *No presente texto são abordados apenas as questões teórico-conceituais referentes ao tema e desenvolvidas algumas reflexões gerais sobre as estratégias de sobrevivência que são utilizadas pela população pauperizada de São Luís. Quanto às características gerais dessa população, em São Luís, recomendam-se os textos: RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges & COSTA, Maria José Pereira. Marginalização: reflexões sobre seus desdobramentos nas lutas populares. São Luís, UFMA — Departamento de Serviço Social, 1989 (relatório de pesquisa, mimeo); SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A questão urbana e a organização popular em São Luís. São Luís, Comissão Justiça e Paz, jan/1990 (Coleção Justiça e Paz, vol I).*
- (2) *A propósito, veja: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. O mito das estratégias de sobrevivência. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1982.*
- (3) *Novo Dicionário Aurélio.*
- (4) *Considerações sobre essa perspectiva mais ampla das pesquisas a respeito das estratégias de sobrevivência se encontram, entre outras, em: HAGUETTE, Teresa Maria Frota, ob. cit. e CARVALHO, Alba Maria Pinho e alii. Estratégias de sobrevivência dos setores populares da periferia urbana de São Luís.*
- (5) *Veja sobre pesquisa participante: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Refletindo a pesquisa participante. São Paulo, Cortez, 1986. — & SOUSA, Salviana de M. P. Santos. Prática de investigação. São Paulo, Cortez, 1984.*
- (6) *Fonte: FIBGE*
- (7) *Fonte: SUCAM*
- (8) *Fonte: IPES*
- (9) *Mesmo o novo plano econômico denominado “Brasil Novo”, editado em 16 de março pelo governo Collor contém, no seu bojo, uma política de arrocho salarial e não contém mecanismos que garantam a redistribuição de renda.*
- (10) *Sobre esse aspecto, veja: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A questão urbana e a organização popular em São Luís.*
- (11) *O clientelismo político desenvolvido junto às populações periféricas de São Luís, tanto a nível dos indivíduos, como de grupos, entidades e organizações populares tem tido efeito profundamente divisionista, de dependência e de desmobilização, principalmente com a realização de eleições anuais, como tem ocorrido nos últimos anos.*
- (12) *Entre esses estudos, estão: SILVA, Maria Ozanira da Silva e, op. cit.; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha. Movimentos sociais e serviço social em São Luís, na década de 80 — demandas e respostas. Monografia do curso de especialização em Serviço Social apresentada à Universidade Federal do Maranhão, 1988; VAN DAMME, Jean Maria. Conselhos populares em São Luís — contribuição para refletir sobre o movimento popular. São Luís, ASP/UFMA 1988 (mimeo); RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges & COSTA, Maria José Pereira, op. cit.*
- (13) *SILVA, Maria Ozanira da Silva e. op. cit., p. 22.*

\* MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA  
Professora da Universidade Federal do Maranhão / Departamento de Serviço Social.





J. Azcárate

# ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEGMENTO MARANHENSE DO CORREDOR DA EFC.

Arlete Borges e Ilse Gomes \*

**C**ompreendendo as estratégias de sobrevivência como o conjunto dos esforços que as camadas populares realizam no sentido de garantir as condições mínimas necessárias à sobrevivência e, compreendendo também que estes esforços se definem a partir das “feições” do contexto social em que estas camadas se encontram, ou seja, as condições econômicas, políticas, culturais, geográficas... em que vivem, é que optamos por iniciar esse estudo sobre as estratégias de sobrevivência no corredor da Estrada de Ferro Carajás a partir do cenário, do contexto em que estas estratégias se definem e se desenvolvem.

Esse corte metodológico se justifica em razão de considerarmos que o cenário do Corredor da EFC é, ao mesmo tempo determinante e determinado pelas estratégias de sobrevivência que os empobrecidos do Corredor desenvolvem. Nesse sentido, acreditamos que o seu estudo indica pistas importantes acerca das formas e conteúdo dessas estratégias.

Destacamos ainda que neste trabalho deu-se prioridade ao segmento maranhense do Corredor visto que do Pará fazem parte apenas dois municípios (Marabá e São João do Araguaia), os quais apresentam muitas analogias com determinados municípios maranhenses notadamente Imperatriz, no caso do primeiro - Marabá, que é o mais importante.

## 2 - RETRATO DO CORREDOR NO QUADRO SÓCIO-ECONÔMICO DO MARANHÃO

Apesar dos grandes projetos e de todo “esforço” da SUDENE (nestes anos de governo Sarney, sobretudo) a base econômica do Maranhão ainda é predominantemente agropecuária (com predomínio do cultivo do arroz, extrativismo-babaçu, jaborandi... - e bovinocultura).

Em 1984 o setor primário ainda respondia por 37% do PIB estadual. O secundário respondia por apenas 14%. Enquanto isso o Maranhão continua como

um dos estados mais pobres do país apresentando uma renda per capita que não chega a 25% da nacional; um índice de analfabetismo próximo dos 50% e se mantém com elevada concentração da renda e grande incidência de conflitos no campo.

Percebe-se hoje no Maranhão uma polêmica acerca do estágio atual de desenvolvimento econômico do Estado, destacando-se entre os polemizadores aqueles que consideram que o Maranhão vive hoje uma fase de transição entre uma economia dita atrasada e quiçá anti-capitalista para uma economia “propriamente capitalista” (1). Destacam-se também aqueles que, como nós, acreditam que tanto a industrialização como a dinamização da economia local, principalmente a primeira, são ainda tão incipientes que não permitem falar-se em “transição” e ademais o capitalismo brasileiro já deu provas inconteste de que formas atrasadas e modernas de produção não são necessariamente excludentes, pelo contrário, podem ser complementares e perfeitamente rentáveis, quando juntas.

Dos grandes projetos, os principais empreendimentos já implantados têm “( . . . ) efeitos germinativos bastante reduzidos, pelo fato de se concentrarem na fabricação de produtos intermediários, cujo mercado se localiza principalmente no exterior e sul do país. Em relação ao complexo ALUMAR, por exemplo, é pouco provável que venham a se implantar no Estado indústrias que utilizem lingotes de alumínio na produção de chapas, lâminas, folhas estruturadas, fios, cabos condutores, pastas, fundidos, forjados e outros produtos acabados. Isto se deve, entre outras razões: a) ao processo tecnológico praticamente inacessível para empresas de pequeno e médio portes; b) ao fato dos mercados local e regional estarem dominados por empresas em geral ligadas às próprias produtoras de lingotes de alumínio e c) às dificuldades de aquisição de matéria prima junto ao consórcio ALUMAR ( . . . ). Exemplo: a ALUNOR, empresa de médio porte instalada em São Luís, tem adquirido matéria prima no Rio de Janeiro para fabricação de artefatos de alumínio; apenas recentemente passou a adquirir parte da matéria prima em São Luís, por força da forte pressão do Governo” (2). Em relação a projeto ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, de concreto mesmo até agora, existem apenas duas fábricas de ferro gusa em funcionamento (a Viena e a Vale do Pindaré) e outras três em fase



de implantação (Margusa, Cosima e Irmãos Ayres).<sup>(3)</sup>

Mesmo com grande expansão do setor secundário, que se assistiu no período de 80 a 87 os efeitos para frente (geração de novos investimentos, urbanização controlada, serviços sociais etc.) dos grandes projetos e dos demais financiamentos da SUDENE e SUDAM têm sido muito reduzidos. Das indústrias que surgem, poucas se enquadram na cadeia minero-metalúrgica (dez anos depois do PGC nem notícia se tem do parque metal-mecânico) ou da indústria de derivados da madeira.

Além disso, aquelas que já estão instaladas via de regra não atingem patamares muito elevados no processo de transformação, ficando apenas nas primeiras fases. O que significa que os seus produtos têm baixo valor agregado. Alguns exemplos:

- Indústria Madeireira: serraria, laminação e mobiliário.
- Indústria Alimentícia: frigorífico, beneficiamento de arroz.
- Garimpo: manual.
- Minérios: beneficiamento primário (gusa, alumínio...)

Os grandes projetos têm se revelado incapazes de dinamizar e provocar um efetivo processo de industrialização. O próprio Plano Diretor reconhece que "no período de 80 a 87 verificou-se um declínio da participação relativa de pequenas e médias empresas, e o extraordinário crescimento do valor da produção e do emprego deve-se quase que exclusivamente à CVRD e ao complexo ALUMAR."<sup>(4)</sup>

Existem ainda outros agravantes nesse processo de industrialização do Maranhão. Vejamos:

- a) Tem se revelado destituído de um conteúdo social, que extrapole a oferta de empregos – por sinal reduzida – e desenvolva instrumentos reais de estímulo e viabilização do pequeno e médio empreendimento. PGC, SUDAM e SUDENE não financiam o pequeno produtor ou a pequena empresa.
- b) A reduzida oferta de empregos é agravada pela discriminação dos trabalhadores da região.<sup>(5)</sup>
- c) Desagregação das condições (materiais e culturais) de centenas de famílias - os desapropriados, atingindo duramente categorias como a dos pescadores e trabalhadores rurais e os índios.
- d) Tem caráter de enclave pois não dinamiza a economia local e se volta prioritariamente para o mercado externo, consolidando o Maranhão como um mero corredor de exportação.
- f) É profundamente predatório e destruidor do meio ambiente.

A avaliação do processo de urbanização é outra questão chave da realidade do Maranhão. Nos últimos anos os números apontam um crescimento populacional significativo, principalmente na década

de 70; nos anos 80 se "estabiliza" e na década de 90 começa a decrescer. A urbanização, no entanto, continua em alta em todos esses anos, apesar da população rural manter-se majoritária até a década de 90. Vejamos:

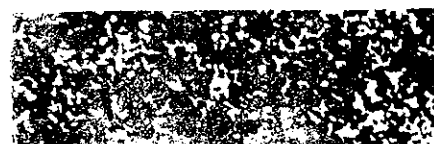


TABELA 01

	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1970	1980	1987	1992	2000
RURAL	2.240.659	2.741.248	2.789.839	2.821.611	2.871.176
URBANA	752.027	1.255.156	2.074.724	2.615.871	3.463.252
TOTAL	2.992.526	3.996.404	4.864.563	5.437.482	6.335.013

Fonte: IBGE para 1970 e 1980 e FIBGE/SUCAM para 1987  
Projeções para 1992 e 2000 elaboradas pela NATRON-FTC.

TABELA 02

	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL			
	1980	1989	1992	2000
RURAL	68,59	57,35	51,89	54,33
URBANA	31,41	42,65	48,11	54,67
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: ídem.

O movimento é crescente. As razões para esse fenômeno precisam ser melhor investigadas, não obstante já se disponha de algumas pistas bem seguras. Por exemplo: é certo que a urbanização tem a ver com a industrialização, mas não podemos vinculá-las ao ponto de se concluir que as pessoas venham para as cidades porque se impressionam com a instalação das indústrias e têm esperanças de conseguir emprego. Isto não é a regra; as pessoas vêm para as cidades em função não do que elas podem vir a ter mas fundamentalmente em função do que elas já não têm nas zonas rurais. Isto se aplica principalmente a terra mas também à incapacidade dos municípios de atenderem às demandas da população (notadamente os jovens) em termos de educação, trabalho etc. Considerar que a industrialização em nada influencia o processo de urbanização é um equívoco, pois se a industrialização já não é suficiente para gerar a ilusão de empregos e atrair, assim, grandes contingentes de pessoas para as "cidades pólos", não deixa de exercer uma influência decisiva nas zonas rurais, onde valoriza as terras, acirra os conflitos, a violência e, consequentemente a expulsão do homem do campo e a sua ida para as cidades.

Neste ponto, dois aspectos são fundamentais: o biológico e o material. No primeiro caso trata-se do fato óbvio de que a sobrevivência humana depende do equilíbrio ambiental, sendo que a capacidade de vida dos seres humanos tem ligação direta com o estado de conservação ou destruição do meio ambiente.

No plano material, destacamos o fato das mudanças ambientais forçarem o redimensionamento das estratégias de sobrevivência. Por exemplo: a criação de bubalinos em regimes extensivos nos municípios de Santa Rita, Rosário, Viana, dentre outros, tem resultado na destruição de roças, poluição de rios e igarapés, forçando a busca de novos meios de sobrevivência, o que também se coloca para as quebradeiras de coco em face das destruições de babaçuais. Em São Luis, a apropriação privada da natureza que se deu com a "tomada" da praia do Boqueirão pela Companhia Vale do Rio Doce – dentre tantos outros exemplos – e a morte de muitos rios e igarapés tem forçado o abandono da pesca e da lavoura por parte de muitos trabalhadores que, diante disso, abraçam o comércio ambulante, biscates e a mendicância.

No Corredor da Estrada de Ferro Carajás a destruição do meio ambiente é muito acelerada e as principais formas são as seguintes:

- a) Desmatamentos: na envoltória de 150 Km para cada lado da ferrovia, 370.000

### 3. A QUESTÃO AMBIENTAL: UM DETERMINANTE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA



ha de florestas vem sendo destruídas a cada ano, o que revela um conteúdo destrutivo do capitalismo uma vez que a destruição da natureza acaba se tornando sinônimo de "aproveitamento dos recursos naturais".

O desmatamento é motivado basicamente pelas seguintes razões:

- Implantação das rodovias e ferrovias.
- Concepção de "produtividade", largamente utilizada pela SUDENE, para a qual o simples desmatamento já se constitui um indicador de "beneficiamento".
- As frentes de expansão agrícola e os métodos tradicionais de queima ou derrubada da mata em preparação à agricultura ou à pecuária.
- Exploração de madeiras nobres.
- Abastecimento das 04 guseiras que já estão em funcionamento.

b) Outras pressões ambientais:

- Urbanização acelerada e descontrolada dos núcleos urbanos, provocando erosões, voçoramentos, pressões pluviométricas...
- Ex.: abismos provocados pela erosão em Açailândia; chuvas ácidas já registradas em São Luís.
- Garimpo (utilização do mercúrio).
- Emissão de efluentes sólidos, líquidos e gasosos.
- Despejos nos rios.

4. OS INDICADORES DA QUALIDADE DE VIDA: A RENDA MONETÁRIA E A PARTICIPAÇÃO EM FORMAS INDIRETAS DE SALÁRIO.

Para o estudo das estratégias de sobrevivência um elemento importante é a renda monetária - avaliada em salários mínimos - recebidos regularmente por uma pessoa ou uma família. Nesta questão dois grandes campos se apresentam e se distinguem: o campo da População Economicamente Ativa - PEA, efetiva e às vezes formalmente vinculada ao mercado de trabalho e o campo daqueles totalmente despossuídos e marginalizados até mesmo da possibilidade de vender a sua força de trabalho.

Neste sentido alguns dados são bastante ilustrativos, como por exemplo aqueles ligados à concentração de renda e à concentração da terra, este último em função do que ele representa em termos de possibilidade ou impossibilidade de trabalho e de êxodo para as cidades, onde os problemas que já não são pequenos, aumentam. Vejamos: (tabela 3)

A economia informal, que se acelera velozmente no Maranhão, já está em parte contemplada nesta tabela, mas não completamente dado as dificuldades de contabilização e quantificação. Dela "escapa", por exemplo, os desempregados (que naturalmente têm as suas estratégias de sobrevivência) os mendigos, os assaltantes, a prostituição, etc.

Quanto à concentração fundiária basta lembrar que, no Maranhão até 1988 os minifúndios concentram 7,14% da área cadastrada enquanto que os latifúndios concentram 85,04%. O resultado disso é mais de 400 mil trabalhadores rurais sem terra (incluindo arrendatários, parceiros, ocupantes - que são 200 mil no Estado - etc.) e uma grande pressão no sentido da urbanização, migração para as cidades, que "incham nas periferias".

A conclusão a que se chega diante dessa situação é que a pobreza no Maranhão é bem maior do que se imagina, afinal 89,5% da população engajada no mercado de trabalho têm um rendimento mensal que, quando muito, atinge dois salários mínimos. (6) Num momento em que se têm o menor salário mínimo da história do país, não é difícil inferir o quanto são adversas as condições de vida do povo maranhense.

Como se a "pobreza" não fosse suficiente, no segmento maranhense do Corredor da EFC ainda há aqueles municípios classificados em situação de "extrema pobreza", merecendo destaque Santa Rita, Anajatuba, Arari, Rosário e Cajari, onde 50% das famílias percebem menos de um salário mínimo por mês.

Em relação ao usufruto dos salários indireto, (7) notadamente no campo da saúde e educação, a situação chega a ser dramática, pois:

- Acesso à água encanada: 12% dos domicílios (igual a média do Nordeste em 1970).
- Acesso a esgoto sanitários: 34,6% dos domicílios (Este índice inclui as fossas artesanais, o que traz muitas vezes, sérios prejuízos à saúde, devido a sua proximidade aos poços).
- Serviços hospitalares:
  - relação habitante estabelecimento de saúde: 11.216 hab/estab.
  - relação habitante/leito: 729 hab/leito, casos mais críticos: Cajari, Anajatuba, Santa Luzia, Bom Jardim e Vitória do Meirim, com mais de 1000 hab./leito; Pio XII, com 4022 hab./leito e Rosário, com 7081 hab/leito.
  - Privatização dos estabelecimentos de saúde: das 61 unidades de atendimento ambulatorial, 34 são particulares e 27 públicas. Das 81 unidades de internação, 67 são particulares e apenas 14 públicas.
  - Quadro epidemiológico: altos coeficientes de doenças infecto-parasitárias e nutricionais, resultantes das precárias condições de alimentação, saneamento básico e habitação.
  - Outros problemas ligados à saúde: Ênfase maior à assistência à doença e não à saúde; carência de serviços odontológicos; escassez de recursos humanos (dificuldade de fixação dos profissionais nos municípios e de material de apoio); depreciação salarial dos profissionais; deficiente serviço de imunização, dificuldades de acesso aos medicamentos.

Quanto à educação, o índice de analfabetismo registrado pelo censo de 1980, apontava 43,7%. Hoje, esse índice regrediu um pouco, mas continua muito grande. No corredor da EFC o analfabetismo atinge em média 1/4 da população de cada município, sendo que em alguns, a proporção é alarmante, como em Pio XII, onde atinge o índice de 47,7%.

No Corredor, 31,41% das crianças em idade escolar estão fora da escola e isto é apenas o aspecto quantitativo, pois se formos considerar os índices de repetência, evasão escolar e aprendizado daquelas que conseguem ingressar em uma escola, aí a situação complica ainda mais.

TABELA 03

RENDA MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Nº. de Salários Mínimos	Até 01	De 01 a 02	De 02 a 03	De 03 a 05	Mais de 05	Sem declaração
Corredor EFC	54,0	27,4	08,4	5,5	04,7	-
Pará	41,2	31,8	11,3	8,3	07,4	-
Maranhão	69,8	19,7	04,9	3,0	02,6	-
Brasil	39,8	28,4	10,7	9,0	11,1	0,2

Fonte: Censo Demográfico de 1980  
Nota: não inclui São Luís.





A nível de 2º grau as escolas são poucas e, em geral, de má qualidade. As Universidades são apenas duas, que atendem a uma minoria de privilegiados na capital e em algumas outras cidades. E, por fim, uma grande queixa do próprio empresariado, é que no Maranhão, dez anos depois do PGC, ainda não existe mão-de-obra qualificada para as novas atividades económicas, nem tampouco, uma política eficiente voltada à superação do problema.

### 5 - CONCLUSÕES PRELIMINARES

Como ficou claro, o presente texto tem um carácter apenas introdutório no estudo das estratégias de sobrevivência no Corredor da Estrada de Ferro Carajás. Seu objetivo, como é dito na introdução, se volta à apresentação muito mais do cenário onde estas estratégias se desenvolvem do que relacioná-las, caracterizá-las e qualificá-las, propriamente. Esta parte, que consideramos bastante relevante, virá depois e certamente trazendo atrás de si não apenas pesquisas bibliográficas, mas fundamentalmente, um convívio mais próximo e mais permanente com as populações do Corredor.

Só assim, através da pesquisa participante, teremos condições de ter um quadro mais real e mais abalizado sobre a questão, acumulando também, a oportunidade de contribuirmos com estas famílias no sentido de que as suas estratégias de sobrevivência se conjuguem à luta e à organização política.

### NOTAS

1. A este respeito, consultar: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. HIROSHI, Matsumoto et alii. Necessidade de treinamento de mão de obra em áreas de influências do Programa Grande Carajás. São Luís, julho de 1988. p. 23.
2. p. 25.
3. Também já foi instalada a METALMAN, fábrica de manganês eletrolítico. Localizada na cidade de Rosário, a Metalman deveria ter sido inaugurada desde o dia 21 de fevereiro quando da visita do então presidente José Sarney. A visita foi feita, a fábrica está montada mas, até hoje não conseguiu entrar em operação devido a dificuldades tecnológicas.
4. SEPLAN-PR/PROGRAMA G. CARAJÁS. Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás - bases para o relatório final do plano diretor de desenvolvimento integrado do Corredor da Estrada de Ferro Carajás. Elaborado pela NATRON - Consultoria S. A. Vol. I e II. Rio de Janeiro, nov. 1988.
5. Um exemplo bem recente: dos 324 empregos que a Metalman afirma ter gerado, apenas 18 são ocupados por pessoas da cidade de Rosário, onde ela se encontra instalada.

6. Sobre isso consultar: GISTELINCK, Franz. Carajás Usinas e Favelas. São Luís, junho de 1988, na página 37, onde é mostrado que o custo de vida para uma família de 05 pessoas, exige um mínimo de 05 salários mínimos, segundo cálculo feito em 1987. Ver também: OCCHIUSSO, José. Olho do Ciclone. Isto é Senhor, Nº. 1075 de 25 de abril de 1990. p. 18, onde é posto que o poder de compra do salário mínimo hoje é inferior a 1987.
7. A principal fonte dos dados sobre saúde e educação foi o relatório da NATRON vol. I (já citado). Exceção se faz ao índice de 31,41% de crianças fora da escola, cuja origem é Franz Gistelínck, Carajás Usinas e Favelas - p. 40.

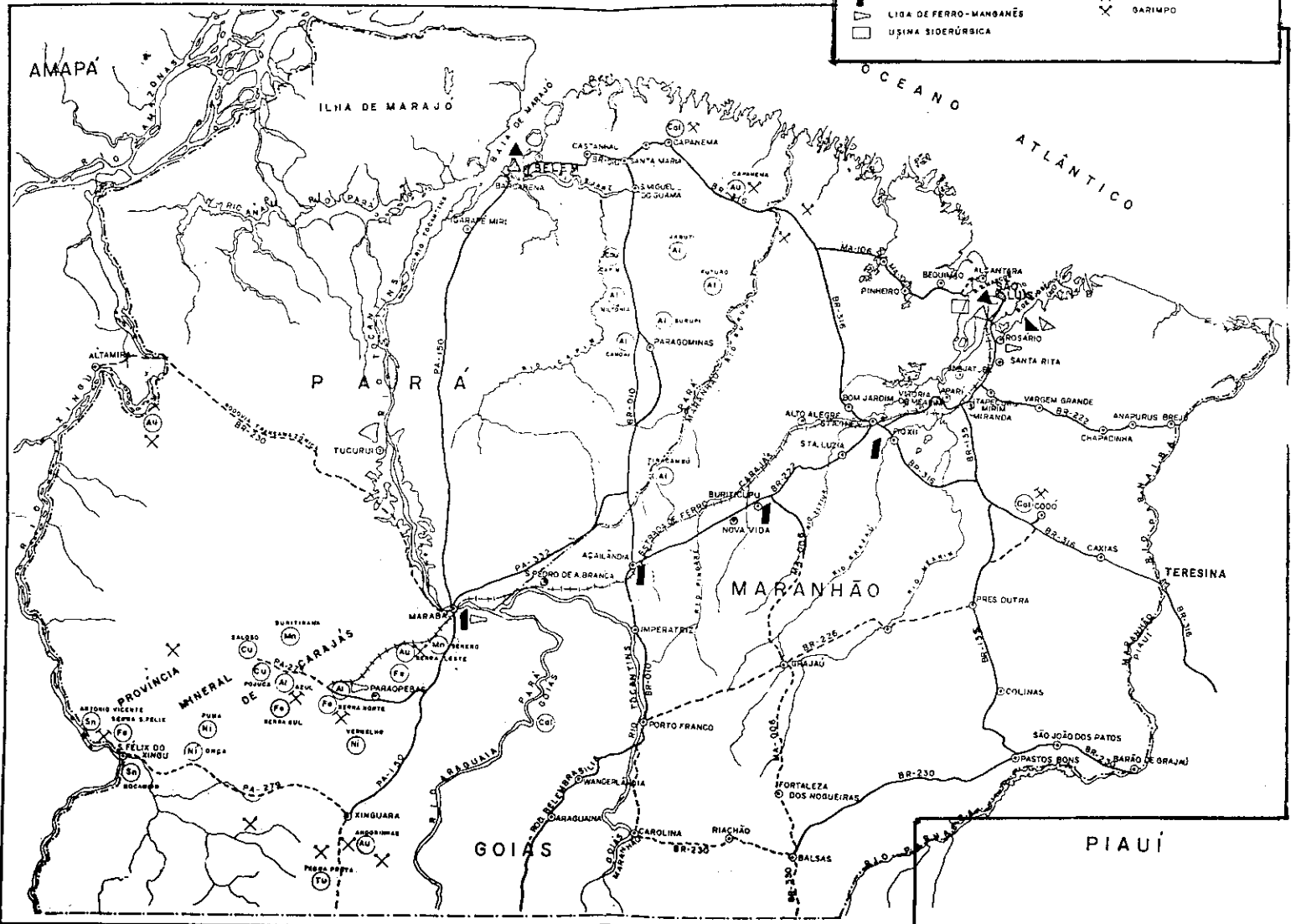
\* ARLETE SANTOS BORGES, assistente social e ILSE GOMES SILVA, formada em Ciências Políticas, ambas integrantes da Equipe do CIMI.

# PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

ESCALA GRÁFICA

50km 0 50 100 150 200 250 300km

CONVENÇÕES		PRINCIPAIS VAZIOS OU DEPÓSITOS	
—	RODOVIA PAVIMENTADA	(F)	FERRO
- - -	RODOVIA IMPLANTADA	(Mn)	MANGANÊS
+++++	ESTRADA DE FERRO	(Al)	ALUMÍNIO
---	LIMITE DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS	(Co)	COBRE
<b>POLOS METALÚRGICOS</b>		(Ni)	NÍQUEL
▲	ALUMINA	(Au)	OURO
△	ALUMÍNIO (METAL)	(Sn)	ESTANHO
▽	SILÍCIO (METAL)	(W)	TUNGSTÊNIO
▲	ÓXIDO DE MANGANÊS IELETROLÍTICO	(Ca)	CALCÁRIO
▽	MANGANÊS (METAL)	(Cu)	CAULIM
■	FERRO-GUSA	(Mn)	MINA
▭	LIGA DE FERRO-MANGANÊS	(X)	BARIMPO
□	USINA SIDERÚRGICA		



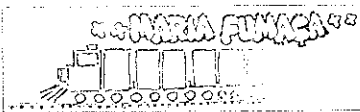




Mania Fumaca  
 CADERNO DE DEBATES  
 Nº 01 SAO LUIS

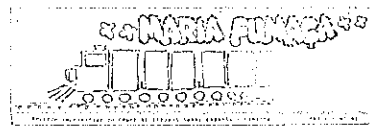


A Situação Fundiária do Maranhão



ACOMPANHANDO A POLÍTICA  
 DOS GRANDES PROJETOS  
 NO MARANHÃO.

Em setembro de 1980, o governo paulista...  
 ...com as tendências marcadas que se...  
 ...realização de uma proposta...  
 ...de desenvolvimento...  
 ...projeto de desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...



USIMAR, METALMAN  
 E O DESENVOLVIMENTO  
 DO  
 MARANHÃO.

Em setembro de 1980, o governo paulista...  
 ...com as tendências marcadas que se...  
 ...realização de uma proposta...  
 ...de desenvolvimento...  
 ...projeto de desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...  
 ...desenvolvimento...

